**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL**

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

**GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA
NA DÉCADA DE 2000**

**SÃO PAULO
2017**

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA NA
DÉCADA DE 2000

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e
Ambiente da Universidade de São Paulo para a
obtenção de título de Doutor em Ciência
Ambiental

Orientador: Professor Dr. José Goldemberg

Versão Corrigida

(versão original disponível na Biblioteca do Instituto de Energia e Ambiente e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP)

SÃO PAULO
2017

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Capobianco, João Paulo Ribeiro.

Governança socioambiental na Amazônia brasileira na década de 2000./ João Paulo Ribeiro Capobianco; orientador : José Goldemberg. – São Paulo, 2017.
250 f.: il.; 30 cm.

Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em
Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São
Paulo

1. Conservação ambiental. 2. Política ambiental. 3. Amazônia

Nome: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro

Título: Governança socioambiental na Amazônia brasileira na década de 2000

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e
Ambiente da Universidade de São Paulo para a
obtenção de título de Doutor em Ciência
Ambiental

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Ao meu avô Custódio Ferreira Leite (in memorian), defensor das matas do sul de Minas Gerais, que praticou os princípios do ambientalismo no início do século passado, quando este termo ainda nem havia sido criado.

Aos meus queridos pais, Julio e Joana D'Arc (in memorian), pelo carinho, orientação e respeito que marcaram nosso relacionamento desde sempre.

À minha querida esposa, Luciana, pelo apoio, estímulo e amor que faz a vida valer a pena.

Às minhas queridas Luana, Ana Terra e Maria Clara e meus queridos João Pedro e Leonardo, filhas e filhos que me recompensam diariamente o trabalho de buscar contribuir para um mundo melhor.

“Na primeira fome que eu tive no mato, comi meu primeiro tracajá na água grande. Comi cru. Não tinha nada, só sal. Encontrei com ele na mata: ou eu ou você meu parceiro! Isso é o que eu chamo de meio ambiente.”
Garimpeiro em Itaituba, Pará.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Goldemberg, pelas fundamentais contribuições que nortearam a presente tese e pelo constante apoio e confiança em mim depositada durante todo o Curso.

À Comissão de Pós-Graduação do Instituto de Energia e Ambiente (CPG-IEE) e à equipe do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM).

Aos professores Pedro Jacobi, Neli Aparecida de Mello-Théry, Wanderley Messias da Costa, Wagner Costa Ribeiro, Ana Paula Fracalanza e Silvia Helena Zanirato, pelos ricos momentos de convivência durante o Curso.

Aos amigos de longa data, Prof. Dr. Carlos Alfredo Joly e Prof. Dr. Claudio B. Valladares-Padua, pelo estímulo em enfrentar o desafio de ingressar na vida acadêmica e pelas tantas batalhas compartilhadas em defesa da Mata Atlântica e no aprimoramento das ações de conservação da biodiversidade brasileira.

Ao Prof. Dr. Archimedes Perez Filho, que me orientou durante meus estudos no curso de doutorado na Unicamp, infelizmente interrompido devido a minha transferência para Brasília como Secretário do Ministério do Meio Ambiente, mas que deixou muitos ensinamentos que me auxiliaram na conclusão dessa tese.

Ao Instituto Socioambiental, organização não governamental de grande relevância nacional, que ajudei a criar e onde iniciei os estudos e análises sobre a Amazônia brasileira que tornaram esta tese possível.

A Nícia Wendel de Magalhães, minha professora no colegial e posteriormente amiga e companheira de muitos trabalhos, que me despertou para o estudo da biologia e das ciências ambientais.

A Don J. Melnick e equipe do Center for Environment, Economy, and Society, da Universidade de Columbia, Nova Iorque, onde iniciei primeiros estudos e análises que vieram a se desdobrar na presente tese e a Paulo Moutinho do Ipam – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, que me apoiou durante o período que fui professor visitante na Universidade de Columbia.

Marcos Rosa e Fernando Frizeira Paternost, especialistas em sistemas de informação geográfica, que colaboraram no tratamento das informações e elaboração de análises espaciais durante a elaboração deste trabalho.

A Leandro dos Santos Souza e Gustavo Marcos Szniter Mentlik pelos trabalhos de busca e organização de dados essenciais para a elaboração deste trabalho e Ana Luiza Arra, pelo trabalho de revisão.

RESUMO

CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro. Governança socioambiental na Amazônia brasileira na década de 2000. 2017. 250 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A Tese trata da ação pública voltada à governança socioambiental da Amazônia na década de 2000. Os objetivos da pesquisa foram registrar o conjunto de ações implementadas e analisar os principais elementos que explicam os resultados do sucesso obtido na inédita redução do desmatamento verificada no período, que se caracterizou pela consistência e constância. A metodologia adotada consistiu na identificação e classificação das iniciativas desenvolvidas nos campos institucional, legal e político pelo Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm); avaliação do esforço governamental empreendido de forma comparativa com as iniciativas da década anterior; suas correlações com as taxas de desmatamento; o grau de impacto nas mídias nacional e regional das medidas implementadas; e a percepção de atores locais sobre os principais fatores que explicam a redução obtida no desmatamento. Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizada extensa revisão bibliográfica; analisados dados secundários das principais instituições de pesquisa e de produção de estatísticas socioeconômicas sobre a região; feito levantamento detalhado dos atos legais e infralegais elaborados e das ações implementadas pelo governo federal na região no período de 1990 a 2010; levantamento pormenorizado das matérias sobre desmatamento na Amazônia veiculadas pelos principais veículos de imprensa, em âmbito nacional e regional do período de 1990 a 2010; produção de dados primários, notadamente por meio da utilização de sistema de informação geográfica, que permitem o cruzamento e espacialização de informações secundárias; e realizada pesquisa semiestruturada com atores locais. Os resultados indicam que, associadas ao efeito direto das ações desenvolvidas, muitas das quais tiveram baixa implementação, o volume expressivo de ações de fiscalização e ordenamento territorial, principalmente com a criação de unidades de conservação em terras públicas nas zonas de expansão da fronteira agrícola e no aperfeiçoamento do monitoramento por satélite, somadas à grande repercussão das operações lideradas pela Polícia Federal e a presença do governo federal de forma articulada e constante, estabeleceu na sociedade local uma percepção acentuada de aumento do risco, que induziu a uma mudança de comportamento em relação ao cumprimento da legislação ambiental. A conclusão gera elementos para uma discussão sobre a importância da coerência de posicionamento do Estado e sua clara comunicação à sociedade, constância de atuação e rigor na exigência do cumprimento das normas legais para, juntamente com medidas objetivas de ação pública, na indução da governança socioambiental com efetividade e eficácia. As mudanças no posicionamento do governo federal frente ao tema observadas nos últimos cinco anos e a estabilização da curva descendente da taxa de desmatamento observada a partir de 2012 juntamente com o recente aumento registrado nos anos 2014 e 2015, reforçam os argumentos para a oportunidade dessa discussão.

Palavras-chave: Amazônia, desflorestamento, áreas protegidas, governança socioambiental

ABSTRACT

CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro. Socio-environmental governance in Brazilian Amazon in years 2000. 2017. 250 p. Doctorate Thesis – Graduate Program of Environment Science. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

The thesis deals with public action focused on the socio-environmental governance of the Amazon in the decade of 2000. The goals of the research were to record the set of actions implemented and to analyze the main elements that explain the results of the success obtained in the unprecedented reduction of deforestation in the period, characterized by consistency and constancy. The methodology adopted consisted in identifying and classifying the initiatives developed in the institutional, legal and political fields by the Plan for Prevention and Control of Deforestation in the Amazon (PPCDAm, in Portuguese acronym); evaluation of the governmental effort undertaken in a comparative manner with the initiatives of the previous decade; their correlations with deforestation rates; the impact of the implemented measures on national and regional media; and perception of local actors about the main factors that explain the achieved reduction in deforestation. For the development of the research, an extensive bibliographic review was carried out; secondary data from the main research institutions and socioeconomic statistics on the region were analyzed; a detailed survey of the legal and regulatory acts and the actions implemented by the federal government in the region in the period from 1990 to 2010 was produced; a detailed survey of the press material about Amazon deforestation carried out by the main media outlets at national and regional levels from 1990 to 2010 was developed; production of primary data, notably through the use of geographic information system, thus allowing secondary information intersection and spatialization; and a semi-structured research with local actors was undertaken. The results indicate that, associated with the direct effect of the developed actions, many of which had low implementation, the expressive number of actions on territorial control and planning, mainly with the creation of conservation units on public lands in the agricultural frontier zones and the improvement of satellite monitoring, along with the great repercussion of operations led by the Federal Police and the presence of the federal government in an articulated and constant manner, established among local society a remarkable perception of risk increase, which induced a change of behavior in relation to their compliance with environmental legislation. The conclusion creates elements for a discussion about the importance of the coherence in the State's position and its clear communication to the society, constancy of action and rigor in the requirement of compliance with the legal norms, together with objective measures of public action, in the induction of an effective and efficiency socio-environmental governance. The changes in the federal government's position in the last five years and the stabilization of the downward trend in the rate of deforestation observed from 2012, as well as the recent increase in 2014 and 2015, reinforce the arguments for the opportunity of this discussion.

Keywords: Amazon, deforestation, protected areas, socio-environmental governance

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da distribuição da Floresta Amazônica na América do Sul e Brasil	25
Figura 2 – Mapa dos biomas terrestres do Brasil	27
Figura 3 – Taxa anual de desmatamento na Amazônia no período de 1988 a 2004 (km ²)	33
Figura 4 – Taxa anual de desmatamento na Amazônia no período de 1988 a 2014 (km ²)	34
Figura 5 – Taxa média geométrica de crescimento anual da população nos estados da Amazônia Legal e Brasil (%)	37
Figura 6 – Taxa média geométrica de crescimento anual da população na Amazônia Legal e Brasil (%)	38
Figura 7 – Taxa anual de desmatamento nos três estados com maiores índices de perda florestal na Amazônia no período de 1988 a 2004 (km ²)	43
Figura 8 – Evolução das iniciativas do governo federal voltadas ao controle do desmatamento na Amazônia Legal nas décadas de 1990 e 2000, excluídas a homologação de TIs	61
Figura 9 – Evolução da participação da Amazônia Legal na área plantada de soja no Brasil	67
Figura 10 – Taxa de crescimento anual da área plantada de soja no Brasil e Amazônia Legal (% em relação ao ano anterior)	67
Figura 11 – Análise comparada da evolução anual da área de soja plantada e do desmatamento na Amazônia Legal e a evolução anual médio do preço da saca de soja	68
Figura 12 – Evolução anual do rebanho bovino na Amazônia Legal e de sua participação no rebanho nacional	69
Figura 13 – Taxa de crescimento anual do rebanho bovino no Brasil e na Amazônia Legal (% em relação ao ano anterior)	70
Figura 14 – Análise comparada da evolução anual do rebanho bovino (em milhares de cabeças) e do desmatamento na Amazônia Legal (em km ²) e a evolução anual média do preço do boi gordo em São Paulo (R\$/@ – mês de dezembro)	71
Figura 15 – Variação do desmatamento nos municípios da Amazônia Legal entre os anos de 2001 e 2002	72
Figura 16 – Variação do desmatamento nos municípios da Amazônia Legal entre os anos de 2002 e 2003	73
Figura 17 – Variação do desmatamento nos municípios da Amazônia Legal entre os anos de 2003 e 2004	73
Figura 18 – Variação do desmatamento nos municípios da Amazônia Legal entre os anos de 2004 e 2005	74

Figura 19 – Variação do desmatamento nos municípios da Amazônia Legal entre os anos de 2005 e 2006	74
Figura 20 – Variação do desmatamento nos municípios da Amazônia Legal entre os anos de 2006 e 2007	75
Figura 21 – Variação do desmatamento nos municípios da Amazônia Legal entre os anos de 2007 e 2008	75
Figura 22 – Variação do desmatamento nos municípios da Amazônia Legal entre os anos de 2008 e 2009	76
Figura 23 – Variação do desmatamento nos municípios da Amazônia Legal entre os anos de 2009 e 2010	76
Figura 24 – Variação do desmatamento nos municípios da Amazônia Legal entre os anos de 2010 e 2011	77
Figura 25 – Variação do desmatamento nos municípios da Amazônia Legal entre os anos de 2011 e 2012	77
Figura 26 – Evolução do desmatamento anual no perímetro das unidades de conservação criadas no âmbito do PPCDAm (ha)	80
Figura 27 – Evolução do desmatamento anual no perímetro das unidades de conservação criadas em data anterior ao início do PPCDAm (ha)	81
Figura 28 – Evolução do desmatamento anual nas glebas da União (mil ha)	81
Figura 29 – Número de Infrações por danos à flora aplicadas pelo Ibama na Amazônia Legal no período de 2000 a 2012	82
Figura 30 – Valor total anual de multas por danos à flora aplicadas pelo Ibama na Amazônia Legal no período de 2000 a 2012 (milhões de R\$)	83
Figura 31 – Valor anual total efetivamente pago de multas por danos à flora aplicadas pelo Ibama na Amazônia Legal no período de 2000 a 2012 (R\$)	83
Figura 32 – Crédito rural disponibilizado para atividades de custeio na Amazônia Legal (R\$ correntes)	85
Figura 33 – Crédito rural disponibilizado para investimento na Amazônia Legal (R\$ correntes)	85
Figura 34 – Crédito rural disponibilizado para comercialização na Amazônia Legal (R\$ correntes)	86
Figura 35 – Taxa de variação anual dos valores totais do crédito destinado à agropecuária na Amazônia Legal e no Brasil nas três modalidades (custeio, investimento e comercialização), em porcentagens em relação ao ano imediatamente anterior, no período de 2000 a 2012	87
Figura 36 – Evolução anual da área plantada dos principais produtos agrícolas na Amazônia Legal (ha)	88
Figura 37 – Evolução anual da quantidade produzida dos principais produtos agrícolas na Amazônia Legal (Toneladas)	88
Figura 38 – Mapa dos municípios prioritários para ações de controle do desmatamento na Amazônia	90

Figura 39 – Número de autos de infração por danos à flora emitidos pelo Ibama nos municípios prioritários e nos demais municípios da Amazônia Legal no período de 2000 a 2012	92
Figura 40 – Taxa de variação anual dos valores totais do crédito destinado à agropecuária na Amazônia Legal e nos municípios críticos nas três modalidades (custeio, investimento e comercialização), em porcentagens em relação ao ano imediatamente anterior, no período de 2000 a 2012	92
Figura 41 – Taxa de variação anual dos valores do crédito destinado à agricultura nos municípios críticos por modalidades (custeio, investimento e comercialização), em porcentagens em relação ao ano imediatamente anterior, no período de 2000 a 2012	93
Figura 42 – Taxa de variação anual dos valores do crédito destinado à pecuária nos municípios críticos por modalidades (custeio e investimento), em porcentagens em relação ao ano imediatamente anterior, no período de 2000 a 2012	93
Figura 43 – Evolução anual do desmatamento (km ²), número de autuações do Ibama por dano à flora e crédito destinado à agricultura e à atividade pecuária, no município de Amarante do Maranhão, Estado do Maranhão, no período de 1999 a 2012	95
Figura 44 – Evolução anual do desmatamento (km ²), número de autuações do Ibama por dano à flora e crédito destinado à agricultura e à atividade pecuária, no município de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no período de 1999 a 2012	95
Figura 45 – Evolução anual do desmatamento (km ²), número de autuações do Ibama por dano à flora e crédito destinado à agricultura e à atividade pecuária, no município de Dom Eliseu, Estado do Pará, no período de 1999 a 2012	96
Figura 46 – Evolução anual do desmatamento (km ²), número de autuações do Ibama por dano à flora e crédito destinado à agricultura e à atividade pecuária, no município de Marcelândia, Estado de Mato de Mato Grosso, no período de 1999 a 2012	96
Figura 47 – Análise comparada da evolução anual do crédito total destinado à agropecuária, desmatamento na Amazônia Legal e o número de autos de infração por danos à flora aplicados pelo Ibama	98
Figura 48 – Análise comparada da evolução anual do crédito destinado à agropecuária na modalidade investimento, desmatamento na Amazônia Legal e o número de autos de infração por danos à flora aplicados pelo Ibama	99
Figura 49 – Quantidade de notícias veiculadas pelos jornais OESP, FSP e O Globo nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000	131
Figura 50 – Evolução anual do número de notícias sobre desmatamento na Amazônia na década de 2000	135
Figura 51 – Quantidade de notícias veiculadas pelos jornais OESP, FSP e O Globo por ano na década de 2000	135
Figura 52 – Número de matérias sobre desmatamento na Amazônia veiculadas pelos canais televisivos no Estado de Mato Grosso por ano na década de 2000.	136

Figura 53 – Número de matérias sobre ações de punição ao desmatamento ilegal na Amazônia veiculadas pelos canais televisivos no Estado de Mato Grosso por ano na década de 2000	136
Figura 54 – Número de reportagens sobre desmatamento na Amazônia veiculadas em programas especiais da Rede Globo	137
Figura 55 – Número de matérias sobre desmatamento na Amazônia veiculadas pelo jornal televisivo Bom Dia Mato Grosso (Rede Globo)	137
Figura 56 – Número de matérias sobre desmatamento na Amazônia veiculadas nos principais jornais televisivos de âmbito nacional	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da Floresta Amazônica por país na América do Sul	26
Tabela 2 – Dez países com maiores taxas de desmatamento entre 2009 e 2010	29
Tabela 3 – Iniciativas de controle do desmatamento na Amazônia implementadas pelo governo federal de 1990 a 2010	60
Tabela 4 – Lista não exaustiva das principais iniciativas implementadas pelo PPCDAm no período de 2003 a 2010	62
Tabela 5 – Lista não exaustiva das principais iniciativas implementadas na Amazônia no período de 1990 a 2002	64
Tabela 6 – Evolução do desmatamento anual no perímetro das UCs federais criadas na Amazônia no âmbito do PPCDAm	79
Tabela 7 – Evolução do desmatamento anual no perímetro das UCs federais criadas na Amazônia em período anterior ao PPCDAm	80
Tabela 8 – Multas aplicadas pelo Ibama por danos à flora na Amazônia Legal no período de 2000 a 2012	84
Tabela 9 – Crédito Agropecuário destinado ao Brasil e Amazônia Legal no período de 2000 a 2012	89
Tabela 10 – Número de autos de infração por danos à flora emitidos pelo Ibama nos municípios prioritários e nos demais municípios da Amazônia Legal no período de 2000 a 2012	91
Tabela 11 – Classificação da evolução do crédito rural nos municípios prioritários para controle do desmatamento	97
Tabela 12 – Classificação da evolução do desmatamento nos municípios prioritários para controle do desmatamento	98
Tabela 13 – Notícias sobre desmatamento na Amazônia veiculadas em três jornais de circulação nacional nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000	130
Tabela 14 – Notícias sobre desmatamento na Amazônia identificadas e analisadas em veículos de comunicação de âmbito nacional e regional do período de 2000 a 2010	132
Tabela 15 – Evolução anual do número de notícias sobre desmatamento na Amazônia na década de 2000	134
Tabela 16 – Temas/assuntos mais noticiados no universo de artigos, matérias e reportagens analisado	138

LISTA DE SIGLAS

Acrimat	Associação dos criadores de Mato Grosso
Acrinorte	Associação dos Criadores do Norte de Mato Grosso
AFPL	Agência de Monitoramento de Informações Ltda.
Amot	Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós
APA	Área de Proteção Ambiental
AproSerra	Associação dos Moradores e Produtores Rurais de Cachoeira da Serra
Arie	Área de Relevante Interesse Ecológico
ATPFs	Autorização para Transporte de Produtos Florestais
BNDES	Banco Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CCIR	Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CC/PR	Casa Civil da Presidência
Cipem	Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira de Mato Grosso
Cites	Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção
Deter	Detecção de Desmatamento em Tempo Real
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Empaer	Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e extensão Rural S/A
Esec	Estação Ecológica
Famato	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso
FCP	Fundação Cultural do Pará
Flona	Floresta Nacional
Funai	Fundação Nacional do Índio
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICV	Instituto Centro de Vida
IDS	Instituto Democracia e Sustentabilidade
IEA/USP	Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo
Imazon	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IOV	Instituto Ouro Verde
Ipam	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
ISA	Instituto Socioambiental
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCidades	Ministério das Cidades
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MD	Ministério da Defesa
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Mdic	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MEPF	Ministro Extraordinário de Política Fundiária
MF	Ministério da Fazenda
MI	Ministério da Integração Nacional
MinC	Ministério da Cultura

MJ	Ministério da Justiça
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MPOG	Ministério de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MT	Ministério dos Transportes
MTE	Ministério do Trabalho
Parna	Parque Nacional
PAS	Programa Amazônia Sustentável
PMV	Programa Municípios Verdes
PPA	Plano Plurianual
PPCDAm	Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia
Probem	Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia
Prodes	Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Rebio	Reserva Biológica
Resex	Reserva Extrativista
SAD	Sistema de Alerta de Desmatamento
Saden	Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional
SEEG	Sistema de Estimativa das Emissões de Gases de Efeito Estufa
Sema/MT	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso
SEPMV	Secretaria Extraordinária de Estado para a Coordenação do Programa Municípios Verdes
Siganp	Sindicato dos Garimpeiros de Novo Progresso
Simaspa	Sindicato das Indústrias Madeireiras do Sudoeste do Pará
Sindusmad	Sindicato da Indústria Madeireira do Norte de Mato Grosso
Sipri	Sindicato dos Produtores Rurais de Itaituba
Sipam	Sistema de Proteção da Amazônia
Sivam	Sistema de Vigilância da Amazônia
TNC	The Nature Conservancy
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
WWF	Fundo Mundial para a Vida Selvagem e Natureza

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 A FLORESTA AMAZÔNICA: IMPORTÂNCIA, AMEAÇAS E INICIATIVAS PARA SUA PROTEÇÃO	24
2.1 Considerações iniciais sobre a Floresta Amazônica e sua importância no contexto nacional e internacional	24
2.2 Evolução da degradação da Floresta Amazônica no Brasil	28
2.3 A emergência das iniciativas de proteção da Floresta Amazônica no Brasil	30
3 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS E O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA ATÉ O ANO DE 2003	35
3.1 Décadas de 1950 a 1990	35
3.2 As ações de controle do desmatamento na Amazônia do final da década de 1990 e início na década de 2000	40
4 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA NO PERÍODO DE 2003 A 2010	44
4.1 A estratégia de “três frentes” planejada pelo Ministério do Meio Ambiente	45
4.1.1 Plano Amazônia Sustentável (PAS)	46
4.1.2 Plano BR-163 Sustentável	48
4.1.3 Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm)	52
5 ANÁLISE DOS EFEITOS DAS AÇÕES DE CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA IMPLEMENTADAS PELO GOVERNO FEDERAL NO PERÍODO DE 2003 A 2010	66
5.1 Análise comparativa entre a evolução da área plantada de soja e do rebanho bovino, preço das <i>commodities</i> e desmatamento	66
5.2 Dinâmica espacial do desmatamento	72
5.3 Evolução do número de autuações por danos à flora emitidas pelo Ibama no período de 2000 a 2012	82
5.4 Evolução do crédito destinado à agricultura e à atividade pecuária na Amazônia legal no período de 1999 a 2012	84
5.5 Evolução do crédito destinado à agricultura e à atividade pecuária na Amazônia legal no período de 1999 a 2012 nos municípios prioritários para a implantação de medidas de controle do desmatamento	89
6. VISÃO DOS ATORES LOCAIS SOBRE AS AÇÕES DE CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA NA DÉCADA DE 2000	100
6.1 Caracterização do grupo de entrevistados	102

6.2 Análise dos resultados das entrevistas	103
6.2.1 Sobre o Inpe	103
6.2.2 Sobre o Ibama	105
6.2.3 Sobre o ICMBio	108
6.2.4 Sobre o SBF	109
6.2.5 Sobre as ONGs	110
6.2.6 Sobre as causas do aumento do desmatamento e dos picos de 1995 e 2004	107
6.2.7 Porquê reduziu o desmatamento a partir de 2005	118
6.2.8 Visão de futuro	123
6.2.9 Grau de conhecimento e opinião sobre os Ministros de Meio Ambiente da década de 2000	126
7 REPERCUSSÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA NA DÉCADA DE 2000 NOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO COM ABRANGÊNCIA NACIONAL E REGIONAL	130
8 CONCLUSÕES	139
REFERÊNCIAS	143
APÊNDICES	151

1 INTRODUÇÃO

O Brasil possui em seu território a maior floresta tropical do Planeta, sendo mais de três vezes superior à área existente na República Democrática do Congo, segunda colocada no ranking mundial para estes tipos de florestas (FAO, 2010). Além de sua grande dimensão, a alta concentração de carbono fixado por hectare, faz com que a Amazônia possua o maior estoque de carbono florestal do mundo, sendo, portanto, de grande importância para o equilíbrio climático global (SAATCHI, 2007). A Amazônia possui, ainda, grande diversidade cultural e biológica (MMA, 2002).

A despeito dessas características de elevada importância estratégica para o país, a Amazônia tem sido vítima de um acelerado processo de desmatamento predatório que já eliminou aproximadamente 18,64% de sua cobertura florestal original, sem que a substituição da floresta tenha gerado benefícios socioeconômicos perenes e de importância regional (ALMEIDA, org., 1996; BECKER, 2000; ANDERSEN et al., 2002; NOBRE, 2014).

Ao final da década de 1980 e início da seguinte, após as intensas repercussões negativas da divulgação de dados alarmantes do desmatamento da Amazônia, o Brasil aprovou um conjunto expressivo de leis e aprimoramentos institucionais, incluindo o cancelamento dos incentivos fiscais para projetos de ocupação da região e a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – Ibama, para o controle da degradação florestal. Os resultados dessas ações, no entanto, não foram capazes de reverter o quadro que, ao contrário, se agravou. Na década de 1990, o desmatamento apresentou curva de crescimento ascendente que perdurou até 2004, quando foi registrada a segunda maior taxa da história, com a derrubada de 27.772 km² de florestas (Inpe, 2014), mesmo com a implementação de várias tentativas de contenção aplicadas durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (MMA, 2001).

A partir de 2004, no início do primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Amazônia passou a receber um conjunto expressivo de iniciativas voltadas à redução do desmatamento, com a implantação de vários programas de alcance regional, severas medidas de fiscalização e controle e ações de ordenamento fundiário e territorial. Nos anos seguintes, o ritmo do desmatamento caiu de forma consistente e contínua, chegando em 2010 com o menor índice até então registrado desde 1988, quando teve início o monitoramento da

região pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe, por meio do Projeto Prodes¹ – Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite.

Diante deste contexto, a presente pesquisa de tese teve como objetivo desenvolver uma reflexão aprofundada a respeito das políticas públicas planejadas e implantadas na Amazônia Legal² no período compreendido entre os anos de 2003 e 2010 e suas relações com os resultados obtidos na redução do desmatamento regional. Nesse sentido, foram associados os seguintes objetivos específicos:

- a) identificar e descrever o marco conceitual e os fundamentos que orientaram as ações governamentais na região e seus diferenciais em relação ao desenvolvido por governos anteriores, desde a década de 1960, quando a Amazônia passou a ser objeto de ações planejadas por parte do governo federal;
- b) registrar de forma organizada e estruturada o conjunto de políticas públicas, planos e ações elaboradas no período de 2003 a 2010, comparando o esforço dispendido pelo governo federal nesse período, com o empreendido nos governos anteriores, especificamente da década de 1990;
- c) avaliar de forma mais específica e detalhada a estruturação, o grau de implementação e os resultados alcançados pelo Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm;
- d) analisar os eventuais efeitos das políticas públicas implementadas no período sobre os vetores socioeconômicos responsáveis pelo histórico desmatamento e uso predatório dos recursos naturais da Amazônia, a fim de discutir se seus efeitos geraram resultados duradouros na região;
- e) contribuir para o aprimoramento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

¹ Projeto Prodes – Monitoramento da Amazônia Brasileira por Satélite – criado na década de 1980, mede o corte raso anual em polígonos superiores a 6,25 hectares. Essas medições são realizadas em períodos que apresentam boas condições de observação na Amazônia que, em geral, ocorrem de julho a setembro, quando 90% da região pode ser vista devida a redução da cobertura de nuvens. O período de análise compreende o início do mês de agosto ao final do mês de julho do ano seguinte. Por ser mais detalhado que outros sistemas e depender de condições climáticas adequadas à captura de imagens, sua análise é realizada apenas uma vez por ano. Sua primeira estimativa é divulgada até o mês de dezembro do ano em curso e os dados consolidados são disponibilizados no final do primeiro semestre do ano seguinte.

² Macrorregião criada pela Lei 1.806 de 06/01/1953, posteriormente alterada pela Lei 5.173/1966 e pela Lei Complementar 31/1977, com o intuito de melhor planejar o desenvolvimento social e econômico da Amazônia (SUDAM, 2015). A atual área de abrangência da Amazônia Legal corresponde à totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°), perfazendo uma superfície de aproximadamente 5.020.000 km² (IBGE, 2015). Representa 59% do território brasileiro, distribuído por 775 municípios, com uma população de 24,3 milhões de habitantes em 2010 (IBGE, 2016).

A redução do desmatamento na Amazônia nos últimos anos é, conforme comprovado por inúmeros trabalhos (ASSUNÇÃO et al., 2013; AZEVEDO et al., 2015; FERREIRA, 2010; INPE, 2014; MMA, 2008; NEVES et al., 2015; SOARES-FILHO et al., 2015; IPEA et al., 2011), um fato incontestado e se configura numa conquista inédita da sociedade brasileira obtida com 26 anos de atraso; se tomarmos a Constituição Federal de 1988 como um marco que estabeleceu o início do desenvolvimento de uma nova visão da sociedade brasileira sobre a importância da conservação ambiental e na qual foram estabelecidas novas condições para o uso e ocupação da região.

Devido a enorme repercussão nacional e internacional desse feito, inúmeras discussões sobre quais seriam os reais fatores responsáveis por esse resultado vêm sendo suscitadas a partir de dezenas de documentos, artigos científicos, dissertações e teses.

Grande parte desses estudos buscam, por meio de metodologias da área das ciências econômicas, em especial da econometria, as conexões entre mercado, preços de *commodities*, disponibilidade de recursos para investimentos e crédito, entre outros fatores, para justificar as razões para a variação nos índices de degradação florestal. Há, em grande número de trabalhos consultados uma rejeição *a priori* ou uma relativização da possibilidade da ação governamental ter desempenhado papel principal para o resultado obtido.

As chamadas ações de “comando e controle” que, de certa forma, consolidam a presença do Estado são, via de regra, consideradas como acessórias e de impacto limitado, com base em análises de dados como a baixa efetividade das ações de cobrança das multas aplicadas ou da efetiva penalização dos degradadores autuados (BRITO, 2006; SCHMITT, 2015). Por outro lado, as ações empreendidas pelo poder público, organizações da sociedade e setores acadêmico e empresarial, na direção do controle ambiental, são apresentadas de forma desconectadas como se tivessem surgido espontaneamente, desvinculadas de fato gerador comum (NEPSTAD et al., 2014; MEIJER, 2015; ABIOVE, 2016).

Explorando um caminho diferenciado, o presente trabalho visou testar a hipótese de que o histórico resultado obtido na redução do desmatamento, decorreu, principalmente, do aumento da percepção do risco de descumprimento da legislação ambiental por parte da população regional, em função da forte e permanente presença do Estado na região, a partir da implantação do PPCDAm e outras iniciativas associadas.

O presente trabalho está organizado em três blocos. O primeiro, que engloba os itens 2 e 3, é dedicado a apresentar os principais dados relativos à importância da Amazônia nos contextos nacional e internacional; a evolução do quadro de degradação do bioma ao longo das últimas décadas, desde que teve início o monitoramento do desflorestamento pelo Inpe,

em 1988; e as principais políticas públicas concebidas e implementadas pelo governo federal na região na Amazônia Legal, a partir da década de 1950, até o final do Governo FHC, em 2002.

O segundo bloco, composto pelos itens 4 e 5, reúne as informações sobre as políticas públicas desenvolvidas e implementadas na região a partir do início do governo Lula, em 2003, até o seu final em 2010. Nesta etapa do trabalho, buscou-se analisar as principais diferenças de enfoque e organização da atuação pública federal em relação aos governos anteriores, a partir de uma análise detalhada de sua concepção e da comparação do esforço empreendido, em especial por meio da implementação do PPCDAm. Para tanto, foi descrita a visão norteadora das ações e reunidas e analisadas 515 medidas adotadas nos campos legal, institucional e operacional nas décadas de 1990 e 2000 voltadas diretamente ao combate ao desmatamento, bem como as que, mesmo não tendo sido concebidas originalmente para esse fim, contribuíram para tal. As iniciativas analisadas foram identificadas por meio de extenso e detalhado levantamento em fontes bibliográficas, acervos de instituições públicas e privadas e bancos de dados disponíveis. Mesmo adotando critérios que permitem assegurar que seu conjunto é significativo e representa adequadamente o universo das medidas implementadas nas duas décadas consideradas, adotou-se a denominação de “lista não exaustiva”, visto não ser possível garantir que todas tenham sido devidamente identificadas.

Além da avaliação comparativa acima descrita, foram analisados nesta etapa dos trabalhos os resultados obtidos pelas ações de controle do desmatamento adotadas no período de 2003 a 2010. Foram consideradas nestas análises: (i) as relações entre a evolução das taxas de desmatamento, a variação da área de soja plantada e do número de cabeças do rebanho bovino na região de estudo e as oscilações dos preços destas *commodities*; (ii) a dinâmica espacial do desmatamento, tendo como base o recorte municipal; (iii) a evolução do número de autuações do Ibama relativas a danos à flora; e (iv) relação entre a evolução das taxas de desmatamento e o crédito agropecuário disponibilizado para a Amazônia Legal e para os municípios prioritários para o controle do desmatamento. O objetivo da realização das análises acima descritas, foi o de verificar se teriam ocorrido, no período considerado, variações coincidentes entre a queda nas taxas de desmatamento e eventuais oscilações negativas nos preços e na produção das *commodities*, ou se teria ocorrido o desacoplamento entre esses indicadores, contrariando o verificado em períodos anteriores. Com relação às autuações do Ibama, o objetivo foi o de verificar se teria havido esforço adicional de fiscalização, em relação ao passado.

No terceiro bloco, que inclui os itens 6 e 7, foram reunidos os resultados de pesquisa de campo realizada com informantes-chave da região, a fim de identificar a percepção dos mesmos sobre os impactos e os resultados das políticas públicas de controle do desmatamento implantadas na Amazônia e suas avaliações sobre os principais fatores que explicam a redução das taxas verificada no período estudado. Também integra esse bloco, os dados de uma pesquisa detalhada de matérias e reportagens sobre desmatamento na Amazônia, veiculadas na imprensa escrita, televisão e rádio, pelos principais veículos de comunicação nos âmbitos regional e nacional, com o objetivo de avaliar o enfoque adotado, bem como se teria ocorrido aumento do interesse e do esforço de cobertura jornalística no período.

Finalmente, no item 8, são apresentadas as principais conclusões da pesquisa. A partir do conjunto de dados reunidos, buscou-se demonstrar que ocorreu, a partir de 2004, um esforço significativo do governo federal em implementar uma agenda afirmativa de combate ao desmatamento, marcada por uma mudança de concepção do formato e estruturação das ações, principalmente no que diz respeito às responsabilidades dos diferentes ministérios e órgão da administração federal que passaram, de forma inédita, a atuar de forma integrada. A prioridade conferida à questão, associada à ação articulada do governo, se traduziu no crescimento significativo de medidas concretas e de forte impacto, propiciando, inclusive, avanços acelerados no aperfeiçoamento da legislação e dos arranjos institucionais.

As diferentes análises realizadas demonstram que, mesmo sem ter sido possível superar alguns problemas estruturais, como a baixa eficiência na efetiva punição de causadores de danos ambientais, dificuldades para a implementação de uma agenda econômica positiva e implantação das unidades de conservação, entre outros, a presença permanente do poder público e o conjunto expressivo de iniciativas de comando e controle e ordenamento territorial, associado ao combate intenso das ilegalidades promovidas pelo setor privado, teve forte impacto sobre os vetores responsáveis pelo desmatamento. Essas iniciativas tiveram expressiva repercussão nos meios de comunicação, que aumentaram significativamente a cobertura jornalística sobre o tema e impactaram fortemente a opinião pública e as lideranças locais.

Por último, merece destaque o fato do autor ter atuado diretamente nas etapas de concepção, planejamento e implantação das medidas de combate ao desmatamento na Amazônia desenvolvidas pelo governo federal, ao exercer as funções de Secretário de Biodiversidade e Florestas (de janeiro de 2003 a dezembro de 2006) e Secretário Executivo (de janeiro de 2007 a junho de 2008), junto ao Ministério do Meio Ambiente. Durante todo esse período, assumiu a responsabilidade de coordenar a secretaria executiva do PPCDAm,

em apoio ao representante da Casa Civil da Presidência da República, participando ativamente de todos os debates com representantes dos governos federal, estaduais e municipais, academia, empresas, organizações não governamentais e movimentos sociais. Ocupou, ainda, ao longo desses anos, a presidência do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, da Comissão Brasileira de Florestas, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e a vice-presidência do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

A experiência acumulada neste trabalho junto ao governo federal foi importante para a concepção inicial do projeto de pesquisa, identificação de fontes e referências, assim como acesso à informações relevantes. Nesse contexto, ao optar por desenvolver a presente reflexão sobre a experiência de governança socioambiental implementada na Amazônia na década de 2000, no formato de uma tese, o autor pretendeu recorrer ao rigor científico, sob a orientação de profissionais de reconhecida competência acadêmica, a fim de produzir uma avaliação metodologicamente adequada e, portanto, útil aos interessados no tema.

2 A FLORESTA AMAZÔNICA: IMPORTÂNCIA, AMEAÇAS E INICIATIVAS PARA SUA PROTEÇÃO

2.1 Considerações iniciais sobre a Floresta Amazônica e sua importância no contexto nacional e internacional

O Brasil possui, atualmente, cerca de 4,9 milhões de km² de florestas³, ocupando o segundo lugar na lista dos países com maior área florestal densa do mundo, perdendo apenas para a Rússia com 8,1 milhões de km² e seguido pelo Canadá (3,4 milhões de km²), Estados Unidos (3,1 milhões de km²) e China (2,0 milhões de km²) (FAO, 2015). Esses cinco países detêm conjuntamente 53,3% de toda a cobertura florestal existente atualmente no Planeta, sendo que o Brasil abriga 12,8% do total mundial.

Em termos de florestas tropicais o Brasil é o país com maior cobertura, possuindo uma área três vezes superior a existente na República Democrática do Congo (1,5 milhão de km²), segunda colocada no ranking mundial para estes tipos de florestas (FAO, 2015).

A grande maioria das florestas brasileiras está concentrada na região amazônica, visto que a Mata Atlântica se encontra reduzida a cerca de 163,7 mil km², 12,5% de sua área original⁴ (SOSMA, 2013).

Embora não haja consenso a respeito da dimensão da área abrangida pela bacia Amazônica (MELLO, 2011) ou da extensão da cobertura florestal nos países sul-americanos, estima-se que dos cerca de 6,9 milhões de km² da área total da Floresta Amazônica na América do Sul, 60,1% estão em território brasileiro (RAISG, 2012), sendo o restante distribuído por sete países e a Guiana Francesa, conforme Figura 1 e 2 e Tabela 1.

³ Considerando áreas com mais de 0,5 hectares, com árvores de mais de cinco metros e um dossel de mais de 10% da área, excluídas as terras predominantemente destinadas à utilização agrícola ou urbana (FAO, 2015).

⁴ Considerando-se a cobertura em estado primário ou secundário em estágio avançado de regeneração.

Figura 1 – Mapa da distribuição da Floresta Amazônica na América do Sul e Brasil

Fontes: IBGE (2004); RAISG (2012). Elaborada pelo autor.

Tabela 1 – Distribuição da Floresta Amazônica por país na América do Sul

País	Área de Floresta Amazônica no país (km ²)	Área do país coberta pela Floresta Amazônica (%)	Participação na área total da Floresta Amazônica (%)
Bolívia	479.264	43,6	6,9
Brasil	4.196.943 (*)	49,28	60,1
Colômbia	483.164	42,3	6,9
Equador	116.284	46,7	1,7
Guiana	214.969	100	3,1
Guiana Francesa	86.504	100	1,2
Peru	782.820	60,9	11,2
Suriname	163.820	100	2,3
Venezuela	453.915	49,5	6,5
Total	6.977.683		

Fonte: RAISG (2012). Modificada pelo autor.

(*)Área do Bioma Amazônia – IBGE (2004).

A dimensão do bioma Amazônia⁵ e a sua grande heterogeneidade ambiental, com 25 diferentes fitofisionomias, incluindo quatro tipos de florestas – ombrófilas densa e aberta e estacionais decidual e semidecidual – são fatores determinantes para a existência de uma expressiva diversidade biológica (CAPOBIANCO, 2002). Na Amazônia, há cerca de 1.000 espécies de aves, das quais 283 possuem distribuição restrita ou são raras; 1.300 de peixes, quantidade superior a encontrada nas demais bacias do mundo; 21.000 espécies de plantas superiores; e 311 de mamíferos, 62% das espécies que ocorrem no Brasil (MMA, 2002). Há, ainda, registros de 550 espécies de répteis, das quais 62% destes são endêmicas e 163 de anfíbios, 27% das 600 estimadas para o Brasil (HADDAD, 1998) e uma enorme diversidade de invertebrados. Cabe ressaltar, no entanto, que estes números representam um índice mínimo, uma vez que ainda se conhece muito pouco da diversidade biológica deste bioma, haja vista a grande lacuna de áreas com inventários florísticos e faunísticos já realizados na Amazônia (CAPOBIANCO, 2001).

Além da riqueza natural, a Amazônia abriga uma expressiva diversidade cultural. São 184 povos indígenas totalizando cerca de 505 mil indivíduos de 38 diferentes famílias linguísticas e vasta variedade de populações tradicionais, que incluem seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, babaqueiras, entre outros. Como ressalta Mello (2011, p. 110), “trata-se de um mosaico de ambientes e sociedades”.

⁵ O Bioma Amazônia ocupa 61% da Amazônia Legal, sendo o restante constituído de 24% de áreas do Bioma Cerrado e de transição e 15% de áreas antropizadas compostas por 8% de pastagens cultivadas, 5% de vegetação secundária e 2% de agricultura (IBGE, 2004).

Figura 2 – Mapa dos biomas terrestres do Brasil

Fonte: IBGE (2004). Adaptado pelo autor a partir do Mapa de Biomas Terrestres.

A Amazônia possui, ainda, grande importância para a estabilidade ambiental do Planeta. Na Amazônia Legal estão fixadas cerca de 49 bilhões de toneladas de carbono (SAATCHI, 2007; NEPSTAD et al, 2008). Sua massa florestal libera algo em torno de 20 bilhões de toneladas de água diariamente para a atmosfera via evapotranspiração e seus rios descarregam, através do Rio Amazonas, cerca de 17 bilhões de toneladas de água por dia no oceano Atlântico (NOBRE, 2014), 20% de toda a água doce que é despejada nos oceanos pelos rios existentes no globo terrestre (MMA, 2002). Em termos de recursos hídricos, a contribuição média da bacia hidrográfica do rio Amazonas, em território brasileiro, é da ordem de 132.145 m³/s, equivalente a 73,6% do total do País⁶.

A evolução recente dos debates em torno da questão das mudanças climáticas levou ao esclarecimento da forte ligação entre o desmatamento e o aquecimento global (NOBRE et al, 2002; OMETTO et al, 2015). Segundo os dados do Sistema de Estimativa das Emissões de Gases de Efeito Estufa – SEEG, do Observatório do Clima, em 2005 a mudança de uso da terra e floresta, cujo principal vetor é o desmatamento, era responsável por 64,1% das

⁶ Disponível em: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/amazonica.aspx>. Acesso em jul. 2015.

emissões totais de CO₂ no Brasil. Embora essa participação tenha diminuído com a redução recente nos índices de desmatamento da Amazônia, em 2015 a mudança de uso da terra e floresta ainda representava mais de 45,9% das emissões nacionais de gases de efeito estufa (SEEG, 2016).

A Amazônia do século XXI é, entretanto, muito mais do que um ícone de representação simbólica-cultural em termos de seu valor como natureza e cultura e para o equilíbrio planetário. Ela é uma fronteira para a ciência e tecnologia, em uma era marcada pelo avanço das biotecnologias e da engenharia genética. Seu potencial neste campo é enorme. O Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica (MMA, 1998) afirma que a diversidade biológica tem importância decisiva no plano econômico, sendo que o setor da agroindústria, por exemplo, que se beneficia diretamente do patrimônio genético, responde por cerca de 40% do PIB nacional. O crescente mercado mundial de produtos biotecnológicos, por sua vez, movimentou entre 470 bilhões e 780 bilhões de dólares por ano na década de 1990 (ARNT, 2001), e o seu crescimento depende de princípios ativos e códigos genéticos existentes na natureza. Neste campo, a ironia da história une as duas pontas da linha do tempo: em um dos extremos, os laboratórios mais avançados que a ciência já desenvolveu e, no outro, os conhecimentos das populações tradicionais, que permitem a aceleração da identificação dos princípios ativos existentes nos complexos ecossistemas tropicais (CAPOBIANCO, 2001).

2.2 Evolução da degradação da Floresta Amazônica no Brasil

A despeito da importância de seu patrimônio socioambiental, da contribuição para a estabilidade dos processos climáticos em nível nacional, regional e mundial e do enorme potencial de sua biodiversidade para o desenvolvimento econômico, o desmatamento já comprometeu parcela importante do bioma. Segundo Nobre (2014) o corte raso de florestas na Amazônia somou 762.979 km² em 2013. Adicionando-se os números recentes disponibilizados pelo Inpe, por meio do Prodes, o desmatamento acumulado até 2016 chega a 782.187 km², correspondendo a 18,64% da floresta original.

Segundo dados da FAO (2010), o Brasil foi o que mais desmatou no período de 1990 a 2010, comparado com os 10 países com maior perda florestal no mundo. Mesmo com a redução do desmatamento ocorrido na Amazônia a partir de 2005, a contribuição brasileira para a degradação florestal do grupo aumentou de 36,4% entre 1990 e 2000 para 43,7% entre

2000 e 2010, principalmente devido a forte redução da participação da Indonésia, que diminuiu em 73,9% o corte raso de suas florestas na última década, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Dez países com maiores taxas de desmatamento entre 2009 e 2010

1990 a 2000			2000 a 2010	
Posição	País	Desmatamento (1.000 ha/ano)	País	Desmatamento (1.000 ha/ano)
1º	Brasil	2.980	Brasil	2.642
2º	Indonésia	1.914	Austrália	562
3º	Sudão	589	Indonésia	498
4º	Mianmar	435	Nigéria	410
5º	Nigéria	410	Tanzânia	403
6º	Tanzânia	403	Zimbábue	327
7º	México	354	Rep. Dem. do Congo	311
8º	Zimbábue	327	Mianmar	310
9º	Rep. Dem. do Congo	311	Bolívia	290
10º	Argentina	293	Venezuela	288
	Total	7.926	Total	6.041

Fonte: FAO (2010). Elaborada pelo autor.

É importante destacar que os levantamentos oficiais elaborados pelo Inpe, por meio do Prodes, identificam apenas áreas onde a floresta foi completamente retirada, por meio das práticas conhecidas como corte raso. As degradações provocadas por atividades madeireiras e queimadas não são contabilizadas (KRUG, 2001). A título de exemplo, se fossem computados os 11.730 km² de florestas queimadas no incêndio de Roraima de 1998 (SHIMABUKURO et al, 2000) mais os 15 mil km² que se estima ser a área impactada pela extração seletiva de madeiras nobres a cada ano na região (COCHRANE, 2000), a área total de floresta degradada no ano de 1998 se elevaria para 44.113 km², mais do que o dobro dos 17.383 km² computados pelo Inpe (CAPOBIANCO, 2002).

Nesse sentido, os dados organizados por Nobre (2014), oferecem um quadro da gravidade do problema, pois indicam ser 1.255.100 km² a área da floresta mantida em pé e, portanto, não computada nos números do Prodes, mas que já teria sido perturbada em variados graus. Se somarmos esse número às áreas eliminadas por corte raso, o impacto total da ocupação humana sobre o Bioma Amazônia no Brasil seria de 2.018.079 km², 48% da área original.

Outro aspecto importante a se destacar é que o desmatamento na Amazônia não ocorre de forma dispersa, mas se concentra na área conhecida como o “arco do desflorestamento”⁷ e

⁷ Região onde a fronteira agrícola avança em direção à floresta e também onde encontram-se os maiores índices de desmatamento da Amazônia. São cerca de 500 mil km² de terras que vão do leste e sul do Pará em direção a oeste, passando por Mato Grosso, Rondônia e Acre.

nas fisionomias florestais. Desta forma, embora em termos de área total o bioma ainda esteja relativamente conservado, há regiões dos Estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia, em que a floresta foi quase completamente eliminada e o processo de fragmentação é tão grave como na Mata Atlântica (CAPOBIANCO, 2002).

2.3 A emergência das iniciativas de proteção da Floresta Amazônica no Brasil

A partir da década de 1980, inicia-se no Brasil uma mudança em relação a percepção das questões ambientais e do problema do desmatamento, sendo aprovada, em 1981, a Lei 6.938/81 que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente. Se até então a substituição de florestas em larga escala era não apenas considerada necessária ao desenvolvimento regional, mas diretamente estimulada por programas e recursos públicos, com a ampla divulgação dos altos índices de desmatamento verificados nas décadas de 1970 e 1980, com a promulgação da lei, o problema ganha contornos de escândalo internacional. Para Mello (2011), o assassinato de Chico Mendes e a divulgação do elevado número de focos de queimadas, fizeram do ano de 1988 um importante marco nesse processo. A escalada predatória na Amazônia, envolvendo não apenas a destruição florestal, mas a violenta desagregação de comunidades indígenas e extrativistas, passa das manchetes dos principais veículos de comunicação mundiais e nacionais para a pauta das reuniões intergovernamentais, envolvendo as Nações Unidas e os bancos multilaterais que passam a ter que justificar seus investimentos no país e os impactos por eles gerados.

No bojo dessa intensa mobilização da opinião pública internacional e nacional ocorrida na década de 1980, o Brasil dá o primeiro passo no campo legal em direção a uma mudança na visão sobre o futuro de sua maior floresta, com a aprovação da Constituição de 1988 que, em seu Artigo 225⁸, parágrafo quarto, definiu a Amazônia como patrimônio nacional e estabeleceu condicionantes a sua utilização:

A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais (CASA CIVIL, 2014).

Posteriormente, sete dias após a promulgação da Constituição pelo Congresso Nacional, o então Presidente José Sarney edita, em 12 de outubro de 1988, o Decreto Federal

⁸ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 14 abr. 2015.

96.944/88 instituindo o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal, denominado Programa Nossa Natureza⁹.

Conforme registra Mello (2006), no âmbito desse Programa é elaborado um diagnóstico coordenado por uma Comissão Executiva presidida pela Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional – Saden, que reconhece a gravidade do quadro socioambiental da Amazônia: altas taxas de desflorestamento e queimadas em função dos incentivos fiscais e dos investimentos em projetos agropecuários; superposição entre instrumentos e ações das instituições envolvidas; falta de um sistema ordenado de proteção ambiental; reduzida área de unidades de conservação na Amazônia; falta de demarcação das terras indígenas; e grandes impactos gerados pela mineração e pela garimpagem.

Independentemente de sua profundidade ou abrangência, esse diagnóstico se configurou no primeiro documento oficial do governo brasileiro a assumir como realidade o que vinha sendo denunciado por cientistas e lideranças do movimento conservacionista há anos (MELLO, 2006).

Não se pretende nesse momento analisar a eficácia do status de patrimônio nacional conferido à Amazônia, quanto a sua real contribuição para a conservação, ou os resultados efetivos do Programa Nossa Natureza, considerado por alguns estudiosos como uma peça de propaganda para aplacar as pressões internacionais (MELLO, 2006). O que se pretende é demarcar o momento em que há uma mudança na percepção da questão do desmatamento e do papel da Amazônia nos planos nacional e internacional. É inegável que há num curto período tempo – pouco mais de um ano – uma rápida evolução nos marcos institucional e legal no país, entre os quais se destacam: (i) criação do Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, em fevereiro de 1989 (Lei 7.735¹⁰); (ii) regulamentação da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81) por meio dos decretos 97.632¹¹, de abril de 1989 e 99.274¹², de junho de 1990; (iii) suspensão dos incentivos fiscais para projetos que implicassem em desmatamento na Amazônia Legal, em abril de 1989 (Decreto 97.637¹³); (iv) criação do Fundo Nacional do Meio Ambiente, em julho de 1989 (Lei 7.797¹⁴); (v) revisão do Código Florestal Brasileiro (Lei nº 4.771/65),

⁹ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D96944.htm

¹⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7735.htm. Acesso em 25 set. 2015.

¹¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97632.htm. Acesso em 25 set. 2015.

¹² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d99274.htm. Acesso em 25 set. 2015.

¹³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d97637.htm. Acesso em 25 set. 2015.

¹⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7797.htm. Acesso em 25 set. 2015.

através da Lei nº 7.803¹⁵, de 15 de julho de 1989, com a finalidade de ampliar as áreas de preservação permanente, disciplinar a reserva florestal legal estabelecida em cada propriedade rural, visando impedir o corte raso das florestas e o desmembramento da área reservada e normatizar a comercialização e o uso de motosserras, entre outros dispositivos; (vi) e instituição do Prodes, pelo Inpe, também em 1989.

Essas iniciativas, no entanto, a despeito da importância para a montagem do arcabouço legal e institucional brasileiros na área ambiental, geraram resultados positivos no controle da degradação florestal da Amazônia por um curtíssimo espaço de tempo. Como pode ser verificado na Figura 3, após o crítico período compreendido pelos anos de 1980, internacionalmente conhecido como a “década da destruição”, devido a média anual de desmatamento estimada em 21.130 km², houve uma queda significativa na taxa de desflorestamento, chegando a 11.130 km² no ano de 1991. Nos anos seguintes, entretanto, contrariando o citado esforço institucional empreendido e as expectativas criadas pela Rio-92, quando o governo brasileiro assumiu compromissos firmes de proteger suas florestas, o ritmo de desmatamento da Amazônia voltou a crescer, atingindo seu recorde histórico em 1995, quando foram desmatados quase 29.059 km². A partir de então, manteve-se uma tendência de alta, com apenas mais um registro importante de queda, ocorrido em 1997 (CAPOBIANCO, 2002).

Desta forma, mesmo sendo alvo permanente da atenção da opinião pública nacional e internacional e destinatária de inúmeras iniciativas e ações de combate ao desmatamento, empreendidas pelo governo e sociedade civil organizada, notadamente as ONGs ambientalistas e socioambientalistas, a degradação florestal predatória e ilegal prosseguiu em todo o período compreendido entre o final da década de 1980 e início dos anos 2000. Isto porque essas iniciativas apresentavam descontinuidade, falta de sinergia e baixa implementação, levando a perda da eficácia. Além destas características que são comuns à maioria das ações governamentais, o volume de recursos destinados à essas ações era insignificante, frente aos investimentos econômicos públicos e privados que viabilizavam, por meio de obras de infraestrutura e financiamento a empreendimentos econômicos; iniciativas contraditórias aos esforços de conservação (ANDERSEN et al., 2002).

Sendo assim, o desmatamento regional permaneceu em patamares extremamente elevados nesse período, com apenas dois momentos de reduções significativas (1991 e 1997), conforme Figura 3.

¹⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7803.htm. Acesso em 25 set. 2015.

Figura 3 – Taxa anual de desmatamento na Amazônia no período de 1988 a 2004 (km²)

Fonte: INPE (2014). Elaborada pelo autor.

A partir do final dos anos 1990, o governo federal inicia um esforço para superar as ações episódicas, desarticuladas e voltadas exclusivamente ao comando e controle. A primeira iniciativa nesse sentido é o estabelecimento das chamadas “Agendas Positivas”, acordos pactuados entre os governos federal e estaduais, com a participação da sociedade local e regional a fim de harmonizar interesses e implementar ações integradas para o controle do desmatamento e o desenvolvimento regional (MMA, 2001).

Posteriormente, a partir de 2003, uma nova estratégia é adotada com a priorização da transversalidade, ou seja, a integração dos diferentes ministérios e órgãos federais sob a coordenação direta da Presidência da República nas ações de controle do desmatamento.

Assim foi na proposta do Programa Amazônia Sustentável, desenvolvido a partir de 2003 pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com o Ministério da Integração Nacional, para estabelecer critérios e procedimentos necessários a condicionar as transferências de recursos da União para os Estados da Amazônia a uma agenda socioambiental responsável.

O mesmo procedimento seguiu com o Decreto Federal de criação do Grupo de Trabalho Interministerial Permanente para o Controle e Redução do Desmatamento na Amazônia¹⁶, envolvendo 12 ministérios (depois ampliado para 14)¹⁷, assinado em 3 de julho

¹⁶ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2003/Dnn9922.htm. Acesso em 25 set. 2015.

¹⁷ Casa Civil/PR; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); Ministério da Defesa (MD); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério do

de 2003 e, posteriormente, com a instituição do Grupo Interministerial da BR-163 Sustentável, reunindo 15 ministérios (ampliando para 18 ministérios e duas Secretarias da Presidência da República)¹⁸, também por Decreto Federal¹⁹, de 15 de março de 2004. É importante destacar que ambos os GTs eram coordenados pela Casa Civil da Presidência da República, fato político de grande envergadura e inédito para assuntos da área ambiental.

A partir desse movimento, um conjunto de iniciativas organizadas principalmente, mas não exclusivamente, no âmbito do PPCDAm, elaborado em 2003 e lançado no início de 2004, inaugurou um processo de intensa ação do governo federal, criando condições inéditas de governabilidade na região (MMA, 2008).

Passados dez anos de execução desses e outros programas, os dados do Inpe registraram, pela primeira vez, um período de dez anos de queda consistente e constante no desmatamento da Amazônia, chegando a 5.012 km² em 2014, uma redução de 81,9% em relação a 2004, quanto tiveram início as ações de controle, conforme Figura 4.

Figura 4 – Taxa anual de desmatamento na Amazônia no período de 1988 a 2014 (km²)

Fonte: INPE (2014). Elaborada pelo autor.

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Ministério da Integração Nacional (MI); Ministério da Justiça (MJ); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério de Minas e Energia (MME); Ministério do Trabalho (MTE); Ministério dos Transportes (MT); Ministério das Relações Exteriores (MRE); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

¹⁸ Casa Civil da Presidência; Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; Mapa; Ministério das Cidades (MDCidades); MCT; Ministério da Cultura (MinC); MD; MDA; Midic; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério da Educação (MEC); MI; MJ; MMA; MME; MPOG: Ministério da Saúde (MS); MTE; MT.

¹⁹ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10132.htm

3 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS E O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA ATÉ O ANO DE 2003

3.1 Décadas de 1950 a 1990

A Amazônia entrou na agenda do governo federal a partir do primeiro mandato do Presidente Getúlio Vargas, quando tiveram início as ações de integração da Região Norte ao contexto socioeconômico nacional. A primeira iniciativa nesse sentido foi a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953. A visão norteadora das iniciativas que se sucederam a partir de então era de que o planejamento regional impunha-se como necessário ao atendimento das peculiaridades responsáveis pelas diferenciações naturais e geográficas entre as regiões do imenso território nacional e deveria ser comandado pelo governo federal.

A criação da SPVEA decorreu de uma determinação da Constituição de 1946 que, em seu artigo 199 instituiu o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, definindo que a União deveria aplicar na região, durante pelo menos 20 anos consecutivos, quantia não inferior a 3% da renda tributária nacional. Reafirmando o poder de comando que o governo federal reservava para si, o parágrafo único do mesmo artigo constitucional definiu que os Estados, Territórios e Municípios, também, deveriam destinar 3% das suas rendas tributárias ao Fundo de Valorização Econômica da Amazônia, gerido pela União.

Em mensagem ao Congresso Nacional no ano de 1952, informando sobre a implementação do referido artigo 199 da Constituição, o Presidente Getúlio Vargas relatou a elaboração de um Projeto de Lei²⁰ regulamentando o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Segundo o texto da Lei, o Plano “constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País”, sendo vedado o uso dos recursos “em medidas, serviços, empreendimentos ou obras, que não tenham fim estritamente econômico ou relação direta com a recuperação econômica da região”²¹.

O principal projeto desenvolvido pela SPVEA, instituição responsável pela

²⁰ Lei nº 1.806, sancionada em 06/01/1953.

²¹ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 30 set. 2015.

implementação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, foi a construção da rodovia Belém-Brasília (BR-010), concluída em 1960, durante a administração de Juscelino Kubitschek (FERREIRA, 2010).

Posteriormente, em outubro de 1966, o Presidente Castelo Branco sanciona duas leis voltadas ao desenvolvimento da região. A primeira foi a Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que criou a Sudam – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia em substituição à SPVEA, que foi extinta no mesmo ato²² (LIRA, 2005). A segunda, Lei nº 5.174/66, assinada no mesmo dia, inaugurou o ciclo de concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica. Além da isenção de impostos de renda e taxas federais às atividades industriais, agrícolas, pecuárias e de serviços básicos, concedeu isenção de impostos e taxas para importação de máquinas e equipamentos, bem como para bens doados por entidades estrangeiras destinados à Amazônia²³.

Um ano depois, em 1967, a questão do planejamento regional ganha maior peso político e institucionalidade dentro do governo, com a criação dos ministérios de Planejamento e Coordenação Geral e do Interior²⁴, pelo Presidente Castelo Branco (Becker, 1982).

Foi no começo da década de 1970, entretanto, que o governo federal deu início efetivo a implementação de uma intervenção estruturada e intensa na região, com o ambicioso objetivo de viabilizar a sua integração às demais regiões do país, por meio de programa de colonização que atendesse, simultaneamente, o grave problema social decorrente da desastrosa seca, que impactava severamente o Nordeste. Segundo Berta (1982, p. 29):

[...] diante das tensões persistentes no Nordeste e da necessidade de estender a soberania nacional aos limites do território, a incorporação da Amazônia ao sistema nacional configura-se para o governo como um imperativo, capaz de oferecer uma solução conjunta para as duas regiões-problema.

Para Kohlhepp (2002) tratou-se da implementação de uma estratégia geopolítica combinando programas de infraestrutura e exploração econômica da Amazônia com um projeto de colonização para o assentamento de nordestinos sem-terra, baseada na visão de que a região poderia ser considerada um “escape espacial para os conflitos sociais não-solucionados”, ou uma “alternativa para a reforma agrária”. Essa estratégia do governo federal, foi registrada de forma explícita pelo então Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, em discurso proferido em outubro de 1970, quando disse que a iniciativa

²² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5173.htm. Acesso em 19 set. 2015.

²³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L5174.htm. Acesso em 19 set. 2015.

²⁴ Decreto-Lei No 200, de 25 de fevereiro de 1967

visava “a solução dos dois problemas: o do homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia” (Becker, 1982). A partir de então, a Amazônia passou a receber seguidas ondas de intervenções governamentais que, conforme descreve Costa (2008, p. 6), eram:

[...] inspiradas em concepções clássicas da geopolítica, que tiveram como foco uma estratégia de integração nacional, que se desdobrou em projetos diversos de ocupação da região, tais como os programas de colonização, o incentivo a empreendimentos agroindustriais e de mineração e a implantação de infraestruturas diversas, com destaque para a rede rodoviária. Como consequência, as taxas anuais de crescimento populacional e de urbanização da Amazônia nas três últimas décadas foram as maiores do país.

Conforme pode ser observado nas figuras 5 e 6, a seguir, a taxa de crescimento populacional na Amazônia foi superior ao dobro da média nacional no período entre 1980 e 1991, quando cresceu a uma taxa absoluta de 54,21% em 11 anos.

Figura 5 – Taxa média geométrica de crescimento anual da população nos estados da Amazônia Legal e Brasil (%)

Fonte: IBGE (2014). Elaborada pelo autor.

Figura 6 – Taxa média geométrica de crescimento anual da população na Amazônia Legal e Brasil (%)

Fonte: IBGE (2014). Elaborada pelo autor.

Desde a concepção e implementação do Programa de Integração Nacional (PIN), no início dos anos 1970, passando pelo Programa Polamazônia, da segunda metade da década de 1970, o Polonoroeste e os mega-programas e projetos dos anos 1980 – com destaque para o Programa Grande Carajás –, baseados nas teorias das vantagens comparativas e dos polos de crescimento voltados à exportação (MADEIRA, 2014), até os mais recentes programas Brasil em Ação (1997-99) e o Avança Brasil (2000-2003), as medidas para o desenvolvimento econômico regional na Amazônia tiveram no Estado, por meio do governo federal, seu principal ator e indutor. Esses programas estavam sustentados no paradigma de economia de fronteira, que tinha como pressuposto a possibilidade de crescimento econômico de longo prazo, a partir da exploração de recursos naturais percebidos, à época, como infinitos (BECKER, 2010).

Numa frente de ação estatal direta, a prioridade foi o desenvolvimento da infraestrutura de transporte, centrada na construção de rodovias, como eixo fundamental da estratégia de integração da região. Numa outra frente, o Estado utilizou-se em larga escala de instrumentos tributários, basicamente incentivos fiscais por meio de renúncia fiscal e redução de impostos, para atrair o setor privado para a região, principalmente, para as atividades de

pecuária, indústria e mineração (KOHLHEPP, 2002).

Ao longo do período de três décadas, compreendido entre os anos 1970 e 2000, a única exceção nesse padrão de intervenção do governo federal na região foi o desenvolvimento e implementação do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras – PPG-7, criado por iniciativa dos países do G-7, a partir de sugestão do governo alemão e coordenado pelo Banco Mundial. Com início em 1992, o PPG-7 se constituiu em espaço de cooperação internacional importante para o desenvolvimento de iniciativas voltadas à implementação de projetos demonstrativos de conservação e desenvolvimento sustentável de base comunitária na Amazônia. Embora relevante como experiência geradora de alternativas locais de desenvolvimento em pequena escala e de arranjos institucionais envolvendo de forma inédita a capacitação e aperfeiçoamento de órgãos ambientais estaduais, bem como para o financiamento para a instituição de áreas protegidas, em especial para as terras indígenas que tiveram um incremento significativo em termos de reconhecimento, demarcação e homologação nesse período, o PPG-7, mesmo com a participação de outras instituições públicas federais e estaduais, foi uma ação quase que exclusiva do Ministério do Meio Ambiente. Certamente não foi uma ação articulada do governo federal ou a expressão de uma estratégia geopolítica. Ao mesmo tempo em que foram investidos, somando os valores doados pelos países do G-7 e a contrapartida do governo brasileiro, cerca de US\$ 428 milhões, entre 1992 e 2004, na conservação e no uso sustentável (MMA, 2006), bilhões de dólares em créditos subsidiados e financiamentos diretos do governo alimentaram políticas desenvolvimentistas e contraditórias em relação à conservação e promoção da diversidade socioambiental da Amazônia, que o PPG-7 se propunha a promover.

As consequências de quatro décadas de sucessivos planos desenvolvimentistas na Amazônia foi o agravamento sem precedentes da degradação ambiental, com alarmantes índices de desmatamento, desagregação social, conflitos crescentes pela posse da terra, desorganização fundiária e violência contra povos indígenas, comunidades e lideranças locais (ALBERT, 1991; LOUREIRO, 2002).

Como bem descreve Huertas (2009, p. 226), os municípios da Amazônia que compõem o que ele denomina de “mancha pioneira”, concentram o desmatamento da região,

[...] reflexo do desmate desordenado e irracional de áreas para a indústria madeireira e para a prática agropecuária – e um expressivo e perverso processo de especulação fundiária, no qual a grilagem e a venda ilegal de terras [...] é o seu principal artífice. Consequentemente, os povos da floresta ficam à mercê da ação de grileiros, jagunços, pecuaristas e latifundiários inescrupulosos, que enxergam apenas a perspectiva de expropriação e a avidez do lucro, impondo verticalidades agressivas e alheias aos interesses locais. [...] A débil integração da "mancha pioneira" ao tecido nacional faz com que ela se torne foco constante de movimentos migratórios, tanto

de especuladores quanto de camponeses expulsos das zonas rurais mais atrasadas ou até mesmo pela concentração do agronegócio em áreas mais prósperas.

3.2 As ações de controle do desmatamento na Amazônia do final da década de 1990 e início na década de 2000

O final da década de 1990 foi marcado por uma intensa movimentação da sociedade e consequente forte pressão sobre o poder público, pela implementação de instrumentos e programas de ações no sentido de reverter os alarmantes e crescentes índices de desmatamento na Amazônia.

Esses movimentos decorreram da retomada do ímpeto da degradação florestal observado a partir de 1997, ano em que atingiu seu segundo menor índice (13.227 km²) desde 1988, quando o Inpe passou a divulgar os dados do Prodes (INPE, 2014).

No ano de 2000, o desflorestamento crescente chegou a 18.226 km², um aumento de 37,8% e com viés de alta, de acordo com as avaliações na época (INPE, 2014).

Na tentativa de reverter esse quadro que se tornara previsível com as prévias dos dados de 1998 e 1999, o governo federal editou em fevereiro de 1999 a Instrução Normativa 04/99²⁵, assinada pelo então Ministro José Sarney Filho, que suspendeu, pelo período de 120 dias, a execução dos desmatamentos decorrentes de autorizações concedidas pelo Ibama nos Estados da Amazônia Legal, anteriormente à sua edição.

Conforme explicitado na própria IN, a medida se fundamentou no fato de que os

[...] recentes dados apresentados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe, referentes ao desflorestamento da Região Amazônica, [...] demonstram, inequivocamente, desmatamentos superiores aos volumes autorizados, ou executados sem autorização do Órgão Ambiental competente.

A reação à IN 04/99 foi muito intensa, pois ao contrário de medidas anteriores que limitavam autorizações futuras, essa suspendeu licenças já emitidas pelo Ibama que, na época, era o único órgão ambiental com atribuição para autorizar a remoção da cobertura vegetal na região. Segundo relatou Mary H. Allegretti, então Secretária de Coordenação da Amazônia, órgão do Ministério do Meio Ambiente: “Essa medida foi capaz de provocar uma reação contrária de forma quase unânime na Região, entre os que se sentiram diretamente prejudicados pela medida, bem como mobilizou aqueles que a apoiaram” (MMA, 2001).

A disputa ganhou acalorados debates e ações na justiça, tendo a Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso – Famato, obtido liminar suspendendo os efeitos da IN

²⁵ Disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=170&data=26/02/1999>. Acesso em 14 abr. 2015.

04/99, posteriormente derrubada pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, em Brasília. Em seu despacho, o juiz Plauto Ribeiro determinou a suspensão da liminar com a justificativa de que o poder de polícia dos órgãos ambientais pode e deve ser utilizado a qualquer momento, podendo cancelar sumariamente as autorizações para desmatamento, quando convier ao interesse público, sem indenização.

A garantia legal de sua validade, no entanto, não impediu que as reações contrárias prosseguissem. Segundo relata Mary Allegretti:

[Sua implementação] provocou um intenso debate, na Amazônia, que funcionou como um processo necessário e como eixo de uma discussão em torno da questão do desmatamento na região. Desta forma, essa Portaria motivou uma discussão que nós transformamos em uma iniciativa que deu origem às Agendas Positivas (MMA, 2001, p. 2).

Nesse contexto, as duas principais iniciativas do governo federal na Amazônia Legal a partir de então foram a implantação das chamadas Agendas Positivas e a Campanha Amazônia Fique Legal. O objetivo explícito de ambas era o de reverter o modelo de ocupação predominante na região, caracterizado por atividades econômicas de alto custo ambiental e baixo retorno social, conforme comprovado em diversos estudos (CELENTANO, 2007). A estratégia adotada foi apostar na busca de consenso entre os segmentos econômicos, agentes sociais e setores do governo em seus diversos níveis, federal, estadual e municipal. A concretização desses processos se deu por meio das Agendas Positivas, que deveriam desenvolver acordos pactuados com a sociedade local e regional, a fim de congregiar os interesses em torno de medidas capazes de deter o ritmo do desmatamento, com a concomitante geração de emprego, renda e riqueza na economia regional.

A ferramenta proposta, além das políticas, caracterizadas pelas negociações em torno das Agendas Positivas, foi a assinatura de termos de cooperação técnica entre MMA, Ibama e Estados da Amazônia Legal, voltados para o que foi então denominado de “Gestão Compartilhada e Descentralizada da Política de Uso dos Recursos Florestais da Região” (MMA, 2001).

Essa cooperação previu a instituição do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Licenciamento Ambiental em Propriedade Rural – SLAPR, que passaria a monitorar a cobertura vegetal de forma compartilhada e descentralizada entre MMA/Ibama e os órgãos estaduais de meio ambiente, com base em sensoriamento remoto. O sistema começou a ser implantado de forma experimental nos estados de Mato Grosso e Acre.

Foi, ainda, instituída uma Comissão Regional de Avaliação e Monitoramento do SLAPR (Portaria 183 de 10/05/2001)²⁶, integrada por MMA, Ibama, Fórum de Secretários de Meio Ambiente dos Estados da Amazônia, dos municípios, dos setores produtivos e da sociedade civil, sob o comando da presidência da Secretaria de Coordenação da Amazônia.

Os objetivos do processo eram dividir com os estados a responsabilidade de gestão das florestas e do solo na Amazônia; regulamentar o desmatamento das pequenas propriedades, de maneira a respeitar suas especificidades; criar instâncias de consulta com os setores produtivos, comunidades locais e representantes da sociedade civil, com vistas à regularização do desmatamento; desburocratizar e agilizar os procedimentos de tramitação dos plano de manejo florestal; e dar visibilidade ao processo de autorização de desmatamento junto à sociedade.

Embora meritórias, as iniciativas adotadas no sentido de estabelecer um processo de integração de políticas públicas ente os estados da Amazônia Legal e o governo federal, com o objetivo de controlar e reduzir o desmatamento predatório, não surtiram efeito. Ao contrário, os dados sobre a evolução do desflorestamento regional publicado pelo Inpe nos anos seguintes, mostraram alta ano a ano, passando de 17,2 mil km² em 1999, para 21,3 mil km² em 2002, um aumento de cerca de 24% no período (INPE, 2014). Chama a atenção o caso do Estado de Mato Grosso que, apesar de ter recebido especial atenção no período, tendo sido escolhido juntamente com o Acre para receber os recursos para a implantação do SLAPR, se torna nos anos seguintes o estado com o maior crescimento nas taxas de degradação florestal, conforme Figura 7. Estudo elaborado pelo Instituto Socioambiental (ISA) demonstrou que o SLAPR, apesar de ser considerado na época de sua implantação o “mais sofisticado mecanismo para o monitoramento e o controle dos desmatamentos em imóveis rurais em operação no país”, não foi capaz de reverter o processo de degradação nas propriedades de Mato Grosso. Os dados levantados pelo ISA mostraram que a área desmatada nos imóveis cadastrados no sistema foi superior ao dobro dos não cadastrados, sendo que 31% desse total ocorreu em florestas inseridas no SLAPR como reserva legal (ISA, 2005). Posteriormente, estudo contratado pelo MMA (2005, p. 127) chegou às mesmas conclusões:

Embora conceitualmente o SLAPR seja um instrumento fundamental para o desenvolvimento de estratégias e ações de controle dos desmatamentos em propriedades rurais no Estado de Mato Grosso, foi constatado neste estudo que o sistema não teve impacto no controle dos altos índices de desmatamentos verificados no Estado recentemente. Carece de aperfeiçoamento importantes e vitais, fundamentalmente no que diz respeito à eficácia e transparência na sua gestão, a

²⁶ Disponível em :

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=269&data=14/05/2001>. Acesso em 29 de mai. 2015.

efetividade na responsabilização, ao controle social e à articulação com instituições e políticas públicas.

Figura 7 – Taxa anual de desmatamento nos três estados com maiores índices de perda florestal na Amazônia no período de 1988 a 2004 (km²)

Fonte: INPE (2014). Elaborada pelo autor.

4 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA NO PERÍODO DE 2003 A 2010

A experiência desenvolvida no governo FHC baseada nas “agendas positivas”, que deram início ao esforço organizado para a definição de políticas públicas voltadas ao controle do desmatamento na Amazônia, conforme explicitado no capítulo anterior, embora não tenham tido continuidade nos moldes implantados, dada a avaliação de que não geraram os resultados esperados – redução do desmatamento –, tiveram continuidade do ponto de vista da manutenção dos objetivos a que se propunham. Como define Caldas (2013), a continuidade de uma política se dá quando se mantém os objetivos iniciais, mesmo que ocorram alterações decorrentes da incorporação de novos atores no processo.

A eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, criou grandes expectativas na sociedade. Na área ambiental, a indicação de Marina Silva para o Ministério do Meio Ambiente – segunda nomeação anunciada – junto com Antonio Palocci Filho, para a Fazenda, se constituiu um fato inédito, visto que até então o titular da pasta ambiental era um dos últimos a ser nomeado.

A nova gestão do Ministério do Meio Ambiente tem início sob forte impacto dos dados de aumento do desmatamento na Amazônia. As estimativas iniciais apresentadas pelo Inpe indicavam uma taxa em torno de 24 mil km² (posteriormente confirmada em 25.396 km²). Esses números eram referentes ao ano de 2002, mas só seriam divulgados em 2003, pois até então o sistema do Inpe de anúncio das taxas de desflorestamento seguia uma tradição de deslocar em um ano os dados, sendo ainda estimativas que seriam finalmente confirmadas no próximo ano, ou seja, dois anos depois do desmatamento de fato ocorrido²⁷.

Os números elevados, mesmo que referentes a um período anterior de governo, revelavam um fato que gerou imensa preocupação: tratava-se de um aumento consistente desde 1998 e que consumava um incremento, no mínimo, da ordem de 25% em relação àquele ano e, pelo menos, 10% em relação ao ano anterior (2001). Dado a especialização da equipe do MMA nesse tema, ficava claro a perspectiva de que as taxas de 2003 e 2004 seriam necessariamente altas, pois desmatamento em ritmo crescente na Amazônia apresenta, historicamente, grande inércia, tornando sua reversão em curto prazo extremamente difícil.

²⁷ A mudança de procedimentos na elaboração e divulgação dos dados do Inpe ocorreu a partir de 2005, quando, em cooperação com o MMA, foram realizados ajustes nos processamentos e a incorporação de imagens de outros satélites nas análises do desmatamento, que permitiram a agilização dos trabalhos e a apresentação de estimativas no final do próprio ano de ocorrência.

Havia, portanto, que se considerar que o mandato do novo governo seria marcado por um aumento da degradação florestal na região, com todas as repercussões nacionais e internacionais negativas que esse fato provocaria.

4.1 A estratégia de “três frentes” planejada pelo Ministério do Meio Ambiente

A estratégia elaborada no MMA para a Amazônia tinha a ambição de reorganizar a atuação do governo federal na região, com o objetivo fundamental de superar o modelo de ações desconexas, desenvolvidas sem planejamento integrado e consideradas, portanto, como um dos mais importantes fatores responsáveis pelo avanço da degradação socioambiental, cuja face mais visível era o desmatamento. O objetivo era estabelecer uma referência para um novo modelo de desenvolvimento econômico para a Amazônia, capaz de favorecer o crescimento da economia, atender as principais demandas da população local e romper com modelos anteriores, por meio da incorporação, de forma estruturante, da perspectiva da sustentabilidade.

O desenho da atuação concebida pelo MMA foi organizado em três frentes integradas e complementares: um programa de desenvolvimento para a macrorregião que comprometesse os investimentos diretos do governo federal e os repasses aos governos estaduais a um planejamento prévio, que tivesse como premissa fundamental a sustentabilidade socioambiental da região (Programa Amazônia Sustentável – PAS); um plano de desenvolvimento local para uma das regiões mais ameaçadas pelas frentes de expansão da fronteira predatória, onde pudessem ser implementadas e testadas de forma concreta iniciativas para reversão do problema, com base na integração entre as diferentes esferas de governo, os setores econômicos, os movimentos sociais e as organizações não governamentais atuantes na região (Plano BR-163 Sustentável); e um plano de ações para intervenções imediatas para a reversão dos índices acelerados de desmatamento em curso, o PPCDAm.

As três iniciativas foram apresentadas e discutidas logo no início do novo governo (2003), sendo duas delas aprovadas e iniciadas nesse ano (PAS e PPCDAm) e a terceira, o Plano BR-163 Sustentável, lançada formalmente em 2004. Todas tinham como característica comum o forte envolvimento de um conjunto significativo de ministérios e órgãos vinculados e o deslocamento da coordenação para outros ministérios, considerados mais capacitados que o MMA do ponto de vista de condições institucionais e políticas para liderar esses processos.

Ao construir essa nova diretriz, Marina Silva reconhecia, por um lado, a complexidade das questões ambientais e, por outro, as fragilidades de seu Ministério para enfrentá-las isoladamente devido às limitações de suas funções institucionais, reduzida estrutura e escassez de recursos financeiros e humanos (CAPOBIANCO, 2009). Esse posicionamento inaugurou um esforço para promover no âmbito do governo federal o princípio da corresponsabilidade no enfrentamento dos desafios estabelecidos pela agenda socioambiental.

As estratégias para atuação nas três frentes citadas se baseavam em cinco premissas tidas como essenciais para o sucesso das iniciativas:

- a) tornar a questão da sustentabilidade na Amazônia um problema de governo, saindo da esfera setorial do MMA e obtendo o aval direto da Presidência da República para a sua articulação;
- b) garantir densidade política e poder de convocação interna no aparato de governo;
- c) tornar as ações intersetoriais, comprometendo todos os ministérios e órgãos vinculados do governo federal que, direta ou indiretamente, tivessem relação com o problema ou detivessem capacidades e/ou expertises institucionais para solucioná-lo;
- d) estabelecer sistema de avaliação permanente das políticas implementadas, gerando *feedback* periódico, com qualidade e credibilidade;
- e) consolidar uma comunidade externa de apoio para a definição, implementação e pressão por continuidade.

4.1.1 Plano Amazônia Sustentável (PAS)

Em maio de 2003, durante sua primeira viagem como presidente eleito à Amazônia, Lula e ministros²⁸ se deslocaram para Rio Branco, no Acre, para discutir *in loco* o desenvolvimento da Amazônia com os governadores da região Norte²⁹. "Essa reunião simboliza o fim da era em que o desenvolvimento do país era pensado a partir da tecnocracia e da burocracia de Brasília", disse Lula aos jornalistas após o encontro³⁰.

²⁸ Guido Mantega (Planejamento), Ciro Gomes (Integração Nacional), Dilma Rousseff (Minas e Energia), Miguel Rosseto (Desenvolvimento Agrário), Luiz Dulci (Secretaria Geral), Márcio Thomaz Bastos (Justiça) e Marina Silva (Meio Ambiente)

²⁹ Jorge Viana (PT) do Acre, Eduardo Braga (PPS) do Amazonas, Valdes Góis (PDT) do Amapá, Ivo Cassol (PSDB) de Rondônia e Flamarion Portela (PSL) de Roraima.

³⁰ Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/inter/reuters/2003/05/09/ult27u35085.jhtm>. Acesso em 15 ago. 2016.

O principal objetivo da reunião seria a discussão das demandas locais para o Plano Plurianual 2004-2007, em fase inicial de elaboração. Em entendimento construído anteriormente a partir de proposta apresentada por Marina Silva, no entanto, foi acertado com o presidente o compromisso de vincular as reivindicações que seriam apresentadas pelos governadores a um plano articulado que fosse capaz de evitar que o governo assumisse compromissos com iniciativas que levassem ao agravamento do quadro de degradação socioambiental da região. Esse entendimento foi o embrião do PAS.

O início da concretização do PAS se deu, portanto, na reunião de Rio Branco, quando foi assinado um termo de cooperação entre o presidente e os governadores do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima, com a adesão posterior dos governadores do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão (MMA, 2008).

Posteriormente, em junho de 2003 foi criada a Comissão de Coordenação Interministerial do PAS, sendo que, por sugestão de Marina Silva, a responsabilidade principal ficou a cargo no Ministério da Integração Nacional, chefiado na época por Ciro Gomes, e a secretaria executiva com o MMA. Em outubro do mesmo ano, foi elaborada uma primeira versão do Programa, com as diretrizes gerais e as estratégias propostas.

O PAS, pretendia inovar na estratégia que fundamentou os programas anteriores de consolidar a integração de determinados pontos do Brasil e da América do Sul por meio de uma política de eixos de infraestrutura (MADEIRA, 2014). Neste sentido, a mudança pretendida pelo Programa seria reverter a lógica das políticas baseadas no paradigma da “economia de fronteira” (BECKER, 2010) e do foco na infraestrutura viária capaz de transportar a produção regional por longas distâncias com velocidade e eficiência, como principais formas de desenvolvimento regional (BECKER, 2005).

Por sua amplitude e ambição, o PAS se constituiu na principal estratégia de política ambiental integrada do governo Lula para a Amazônia, definido como um conjunto de orientações para a implementação de políticas públicas na região, com o objetivo de consolidar um modelo de desenvolvimento sustentável, combater processos de degradação ambiental e estabelecer diretrizes para o ordenamento territorial e gestão ambiental. O PAS foi organizado em cinco eixos (MMA, 2008):

- a) produção sustentável com inovação e competitividade;
- b) gestão ambiental e ordenamento territorial;
- c) inclusão social e cidadania;
- d) infraestrutura para o desenvolvimento;
- e) novo padrão de desenvolvimento

Em junho de 2006, foram realizadas consultas públicas em nove capitais de estados da Amazônia Legal, com a participação de 1.653 representantes dos diversos setores de governo e da sociedade. Concluído em 2007, foi finalmente lançado em 2008, quando o Presidente da República anunciou a transferência da coordenação de sua implantação para a Secretaria de Assuntos Estratégicos, sob o comando de Mangabeira Unger.

4.1.2 Plano BR-163 Sustentável

A segunda iniciativa de impacto na região foi a decisão de instituir o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163, trecho Cuiabá-Santarém (Plano BR-163 Sustentável), elaborado para promover o desenvolvimento sustentável e evitar os impactos negativos que, ao longo da história, acompanham a pavimentação de estradas na Amazônia (NEPSTAD et al, 2001; HOGAN, 2001; LAURANCE et al, 2004; FERREIRA et al, 2005; SOARES-FILHO et al, 2005; PFAFF et al, 2009).

O Plano BR-163 Sustentável foi uma iniciativa decorrente das discussões iniciadas no âmbito do PAS, pois suas diretrizes influenciaram a visão do MMA sobre a viabilidade socioambiental da pavimentação da rodovia BR-163, no trecho que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), obra defendida não só internamente no governo, mas pelos atores locais que participaram das discussões públicas que se deram a seu respeito. Nesse sentido, o Plano não se restringiu a medidas ambientais e sociais (CASA CIVIL, 2006).

Os representantes do agronegócio, em especial os produtores de soja do Estado de Mato Grosso, defendiam a estrada como condição para garantir a competitividade da produção agrícola da região Centro-Oeste, que tem influência no equilíbrio macroeconômico do país, devido a expressiva redução nos custos de transporte da safra agrícola pelos portos de Miritituba, localizado nas cercanias de Itaituba, ou Santarém, em comparação com outras rotas utilizadas para acesso aos portos de Paranaguá e Santos. Os prefeitos e autoridades locais também defendiam a pavimentação imediata da estrada, na expectativa de que o progresso chegasse com o asfalto. A proposta original para a pavimentação da rodovia foi elaborada no governo FHC. Em 2003, estavam adiantadas as negociações para a formação de um consórcio privado que financiaria a obra. No entanto, os impactos ambientais já podiam ser observados. Somente a expectativa da obra fez com que o desmatamento aumentasse em até 500%, no período 2001-2002, nos municípios de Novo Progresso e Altamira, no Pará. A

grilagem de terras e a expulsão de populações tradicionais foram outros problemas que também assumiram proporções alarmantes (MMA, 2007).

Em decorrência desses fatos, havia forte contraposição entre setores econômicos, favoráveis à pavimentação, e movimentos sociais da região e ONGs socioambientais, que temiam a repetição de desastres ocorridos em obras semelhantes na Amazônia. Segundo estudo sobre os impactos potenciais do Programa Avança Brasil elaborado por Nepstad et al (2000), o potencial de desmatamento ao longo da BR-163, caso fosse asfaltada, seria de 20 mil a 50 mil km² e a área florestal não derrubada, mas sujeita a incêndios florestais devido à degradação, poderia chegar a 51 mil km². Além da preocupação com a degradação florestal, essas organizações projetavam para a região, altamente instável em termos de arranjos políticos e de governança, um provável aumento da ação de grileiros, atraídos pela valorização das terras ao longo da rodovia, com consequente agravamento dos conflitos fundiários. O cenário esperado pelos críticos ao projeto era o da repetição da ocorrência de ciclos curtos e insustentáveis de crescimento econômico e de melhorias do índice de desenvolvimento social (IDH), seguido do colapso econômico e social, com o agravamento dos problemas socioeconômicos, conforme descrito por Celentano e Veríssimo (2007, p. 27):

[...] 43 municípios com mais de 90% de sua superfície desmatada [...] [apresentam] PIB médio de US\$ 23 milhões, [sendo] 60% inferior à média da Amazônia. Além disso, 33% desses municípios apresentaram uma queda no PIB entre 2000 e 2004. O desmatamento não gerou uma economia estável nem robusta quando comparada aos municípios florestados.

Com o objetivo de promover o debate entre os setores envolvidos o MMA promoveu em novembro de 2003, na cidade de Sinop, um dos mais dinâmicos polos da sojicultura mato-grossense, o seminário “Encontro BR-163 Sustentável – Desafios e Sustentabilidade ao longo do Eixo Cuiabá-Santarém” para discutir com os governos e sociedade locais as possibilidades de viabilizar a obra atendendo às perspectivas de ambos os lados. O evento reuniu mais de 250 participantes, sendo 100 deles índios do Parque Indígena do Xingu, da Terra Indígena (TI) Panará, da TI Capoto/Jarina e da TI Baú.

Ao final do seminário, cujo encerramento contou com a presença dos ministros Ciro Gomes e Marina Silva, além do governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, prefeitos, deputados estaduais e vereadores da região, foi lido por Adriana Ramos, coordenadora do ISA, o início do documento produzido pelo encontro³¹:

A perspectiva da pavimentação da BR-163 nos parece uma providência racional e desejável, longamente reclamada pelas populações que hoje vivem em sua área de influência, que dela necessitam para o escoamento dos seus produtos e para a atenção às suas demandas de assistência básica. Com o objetivo de contribuir para

³¹ Disponível em: <https://www.indios.org.br/pt/noticias?id=10365>. Acesso em 10 jun. 2016

que o processo de implementação da obra não implique, como tem ocorrido em outras similares, no aumento dos já impressionantes índices de desmatamento observados nos Estados que integram o chamado Arco do Desmatamento, assim como não precipite a intensificação da grilagem de terras públicas, assassinato de líderes sindicais e deterioração das condições de vida das regiões afetadas, diversas organizações da sociedade estão mobilizadas na discussão e definição de um modelo de gestão territorial para a região de influência da rodovia através da proposição de ações e estratégias, visando a sustentabilidade social, econômica e ambiental da região, de forma a garantir que os benefícios da pavimentação da estrada beneficiem aos diferentes segmentos da sociedade e garantam a perenidade da cobertura florestal e da riqueza da biodiversidade.

Com as recomendações resultantes do seminário de Sinop, Marina Silva e Ciro Gomes apresentaram à Presidência da República uma proposta para compatibilizar os diferentes interesses envolvidos e resguardar o cumprimento da legislação ambiental, por meio da criação de um grupo de trabalho interministerial (GTI) com a responsabilidade de formular um plano de desenvolvimento regional complementar à obra, mediante consulta a todos os segmentos sociais interessados. A proposta foi aprovada pelo Presidente da República e o GTI criado por decreto assinado em 15 de março de 2004.

A definição da área de abrangência do Plano considerou a zona de influência direta e indireta da BR-163, tendo sido, portanto, ampliada para além dos tradicionais 50 km utilizados nos estudos de impacto ambiental de rodovias na Amazônia até então, devido à presença de estradas secundárias associadas a fluxos demográficos e relações econômicas identificadas em uma vasta região da Amazônia Central. Foram considerados, ainda, o respeito a integridade territorial de unidades étnicas e socioambientais, como terras indígenas e reservas extrativistas.

Desta forma, passaram a compor a área do Plano 73 municípios (28 no Pará, 39 em Mato Grosso e 6 no Amazonas), perfazendo uma área total de 1,2 milhões km², correspondente a 14,47% do território nacional. Desse total, 828.619 mil km² estão no Pará, 280.550 km² no Mato Grosso e 122.624 km² no Amazonas, correspondendo a 66,41% 31,06% e 7,81% da área desses Estados, respectivamente (CASA CIVIL, 2006).

O GTI da BR-163 Sustentável realizou duas rodadas de consultas públicas, totalizando 16 eventos em locais estratégicos dos 73 municípios envolvidos, com a participação direta de mais de cinco mil pessoas. Além disso, foram promovidos inúmeros seminários e reuniões técnicas. Todo esse esforço se traduziu no Plano BR-163 Sustentável, lançado em junho de 2006.

Ao ser lançado, o Plano apresentava o seguinte objetivo geral (CASA CIVIL, 2006, p. 75):

Implementar um novo modelo de desenvolvimento local e regional e organizar a

ação de governo, com base na valorização do patrimônio sociocultural e natural, na viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras e no uso sustentável dos recursos naturais, visando à elevação do bem estar da população em geral.

E os seguintes objetivos específicos:

- a) prevenir e mitigar impactos associados à pavimentação da rodovia Cuiabá-Santarém, em particular os conflitos fundiários, a violência no campo, o deslocamento de produtores familiares e populações tradicionais de seus territórios, o desmatamento acelerado e outros problemas socioambientais;
- b) promover um conjunto de ações voltadas à criação das condições estruturantes necessárias ao desenvolvimento local e regional, nas áreas de ordenamento territorial e ambiental, fomento a atividades sustentáveis com inovação tecnológica e agregação de valor, melhorias na logística de infraestrutura socioeconômica e fortalecimento da inclusão social e cidadania;
- c) Ampliar a presença do Estado, garantindo maior governabilidade sobre os processos de ocupação territorial e maior capacidade de orientação dos processos de transformação sócio-produtiva;
- d) estimular processos de diálogo, negociação e formação de consenso entre órgãos governamentais e diferentes grupos da sociedade, em contextos democráticos de gestão de políticas públicas, contemplando as necessidades de arbitragem de conflitos pelo Estado;
- e) promover a gestão compartilhada das políticas públicas, por meio da efetivação de parcerias entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal);
- f) reconhecer e valorizar a diversidade sociocultural, econômica e ambiental nos territórios contemplados na área de abrangência do Plano, como aspecto fundamental de sua estratégia de implementação;
- g) promover uma estratégia de ordenamento territorial capaz de impedir movimentos indesejados de ocupação de áreas conservadas da floresta e de estimular a melhor utilização de áreas já desmatadas que, às vezes, encontram-se abandonadas;
- h) fomentar as atividades produtivas pautadas no uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade, com densidade técnico-científico, valorização de sabedorias das populações locais e agregação de valor, de modo a contribuir para a geração de emprego e renda e para o fortalecimento da segurança alimentar;
- i) apoiar a estruturação dos núcleos urbanos, considerando suas funções de apoio à produção (energia, armazenagem, transportes e comunicações) e de prestação de serviços essenciais à qualidade de vida de seus habitantes (saneamento básico, destinação de resíduos sólidos, saúde, educação e segurança pública).

A fim de viabilizar sua implementação em uma área tão ampla e diversificada, o Plano BR-163 Sustentável foi subdividido em três mesorregiões com definição de ações específicas para cada uma delas, totalizando 277 iniciativas envolvendo: planejamento territorial para o desenvolvimento sustentável, ordenamento fundiário, criação e consolidação de unidades de conservação, regularização e proteção de terras indígenas, pactos sociais para o manejo de recursos naturais, monitoramento e controle ambiental, infraestrutura (transporte, energia, comunicação e sistemas de armazenagem), formação de cadeias produtivas e arranjos produtivos locais, fortalecimento da agricultura familiar, uso sustentável da floresta, economia solidária, turismo ecológico, pesquisa e tecnologia, crédito, assistência técnica, sustentabilidade da produção mineral, segurança pública, saúde, educação, desenvolvimento agrário, trabalho e combate à fome.

Para a sua implementação foi concebido um sofisticado modelo de gestão, composto por uma câmara de políticas de integração nacional e desenvolvimento regional; um conselho gestor, com participação de representantes de governo e da sociedade; um comitê gestor; uma gerência regional, com funções executivas; e gerências locais.

O Plano BR-163 Sustentável foi, finalmente, aprovado e instituído pelo Presidente Lula em 6 de dezembro de 2007, através do Decreto nº 6.290³², que criou o Comitê Executivo, com a participação de representantes dos governos federal, estaduais e municipais e o Fórum do Plano BR-163 Sustentável, com a participação de representantes da sociedade civil.

4.1.3 Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm)

A terceira frente de atuação foi a proposição de processo para elaboração do PPCDAm.

A conjuntura de degradação florestal crescente, anteriormente mencionada, contribuiu de forma decisiva com a determinação da equipe do MMA em tornar o combate ao desmatamento na Amazônia prioridade a ser assumida antes mesmo da apresentação pública dos dados em elaboração pelo Inpe. Nesse sentido, a previsão de um aumento significativo das taxas, foi apresentado à Presidência da República como um argumento de grande peso na

³² Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6290.htm. Acesso em 14 de abr. 2015.

defesa de um envolvimento direto do governo no estabelecimento de um novo paradigma para o tratamento da questão: a transferência de sua coordenação para a Palácio do Planalto.

Essa proposta enfrentou fortes resistências internas e externas. Dentro do governo, titulares de outras pastas apresentavam grande oposição, considerando uma pauta fortemente “negativa” e que não estaria, conforme argumentavam, dentro de suas atribuições institucionais. Externamente, a sociedade civil criticava o que seria uma atitude de “lavar as mãos” por parte da Ministra Marina Silva, pois consideravam que o Planalto não agiria de forma eficaz para combater o desmatamento, dado, segundo afirmavam, a ligação direta de vários ministérios com iniciativas que eram, no fundo, as estimuladoras da degradação.

Foram semanas de debates, inclusive com uma longa e complexa discussão sobre a minuta de decreto presidencial que criaria o grupo de trabalho interministerial responsável por estabelecer as políticas de combate ao desmatamento.

Para o MMA, o decreto deveria ser o mais detalhado possível, a fim de amarrar objetivamente a composição e as tarefas dos demais ministérios, que preferiam um decreto genérico, sem previsões específicas. Ao final, prevaleceu a visão do MMA e o decreto foi finalizado e assinado pelo Presidente Lula com cinco diretrizes consideradas fundamentais para dar força política e direcionamento ao trabalho que se iniciaria.

A primeira dizia respeito a assunção de que o grupo de trabalho deveria atuar para reduzir o desmatamento. Esse ponto aparentemente óbvio, não foi facilmente aceito, pois vários interlocutores do governo apresentavam dúvidas sobre a viabilidade de assumir um compromisso destes, frente às dificuldades de sucesso. Ao final, o artigo 1º definiu com objetividade que o trabalho a ser desenvolvido tinha “a finalidade de propor medidas e coordenar ações que visem a **redução dos índices de desmatamento** na Amazônia Legal” (grifo nosso).

A segunda tratava de definir claramente no corpo do decreto os instrumentos a serem adotados para se obter a redução do desmatamento. Mais uma vez a polêmica se instalou, pois estabelecia obrigações para outros ministérios como:

- a) ordenamento fundiário nos municípios que compõem o Arco do Desmatamento, atribuição do MDA;
- b) incentivos fiscais e creditício com o objetivo de aumentar a eficiência econômica e a sustentabilidade das áreas já desmatadas, atribuições do MPOG, Ministério da Fazenda (MF), Mapa e Mdic;
- c) procedimentos para implantação de obras de infraestrutura ambientalmente sustentáveis – MMA, MT e MME;

- d) geração de emprego e renda em atividades de recuperação de áreas alteradas – Mapa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e MDA;
- e) incorporação ao processo produtivo de áreas abertas e abandonadas e manejo de áreas florestais – Mapa, Embrapa e MDA;
- f) atuação integrada dos órgãos federais responsáveis pelo monitoramento e a fiscalização de atividades ilegais no Arco de Desmatamento – MJ, PF, PMR, Exército, MCT e Inpe.

A terceira diretriz se referia à restrição para participação do grupo de trabalho a funcionários de segundo ou terceiro escalão, sem poder de decisão; prática comum até então, que costuma inviabilizar ações efetivas de colegiados de governo. Neste caso, o próprio decreto limitou essa participação aos ministros titulares ou, no máximo, aos vice-ministros: “Os titulares poderão ser representados em seus impedimentos pelos respectivos Secretários-Executivos” (parágrafo 1º do artigo 2º).

A quarta diretriz importantíssima definida no decreto foi a fixação de um prazo para que o grupo de trabalho submetesse ao Presidente da República um plano de ação detalhado: “O Grupo de Trabalho submeterá ao Presidente da República, no prazo de trinta dias, a contar da data da publicação deste Decreto, plano de ação contendo as medidas emergenciais a serem implementadas” (Art. 3º), bem como a previsão de reuniões bimestrais para “monitorar e avaliar a implementação das ações e propor medidas complementares, ou a qualquer tempo por convocação de seu coordenador”.

A quinta diretriz inovadora foi a de possibilitar a participação de outras organizações, incluindo as da sociedade civil, nas reuniões de um grupo de trabalho de alto nível: “O Coordenador do Grupo de Trabalho poderá convidar representantes de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas, para participarem das reuniões por ele organizadas” (§ 2º).

Há outros aspectos importantes que foram incluídos no decreto de criação do Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para a redução do desmatamento na Amazônia – GPTIDAm, assinado em 3 de julho de 2003 pelo Presidente da República, mas estas apresentadas foram as consideradas mais relevantes e inovadoras para o estabelecimento de uma dinâmica acelerada do envolvimento do conjunto de ministérios que viabilizaram a elaboração do PPCDAm, submetido à Presidência da República em 2003 e aprovado e lançado publicamente em março de 2004. Conforme noticiou o Jornal Folha de São Paulo:

Ao apresentar um balanço do grupo permanente de trabalho interministerial sobre o desmatamento da Amazônia, criado por decreto de julho de 2003, o governo federal anunciou ontem o início do que chamou de "maior investida" já realizada no país

para combater a retirada ilegal de madeira da região Norte do país. Em 2004, o orçamento anunciado para tais ações é de R\$ 394 milhões. [...] A cerimônia, realizada no Palácio do Planalto, teve a presença, além de ministros, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo, a partir de agora, é colocar em prática o Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal.³³

A elaboração do PPCDAm envolveu diretamente 54 integrantes das equipes dos 12 ministérios responsáveis, se tornando o primeiro esforço registrado no histórico de formulação de políticas públicas para a Amazônia a mobilizar um conjunto tão expressivo de profissionais de diferentes setores do governo federal na definição de estratégias e prioridades.

A estruturação do PPCDAm foi liderada pelas equipes da Casa Civil e MMA. Enquanto a primeira era responsável pela convocação dos quadros técnicos e políticos dos órgãos públicos envolvidos e cobrança do envio de subsídios necessários a fundamentar o trabalho, coube à equipe do MMA sistematizar as propostas e contribuições recebidas e estruturar o Plano.

O Plano foi organizado em quatro eixos: ordenamento fundiário e territorial; monitoramento e controle ambiental; fomento a atividades produtivas sustentáveis; e infraestrutura ambientalmente sustentável. O quarto eixo foi posteriormente eliminado e as ações nele previstas incorporadas aos três outros eixos.

Seus objetivos específicos foram assim definidos:

- a) redução nos índices de desmatamento e queimadas na Amazônia brasileira, especialmente em termos de práticas ilegais que gerem significativos danos ambientais e problemas sociais;
- b) diminuição das práticas de grilagem de terras públicas em áreas críticas, associadas ao desmatamento ilegal;
- c) redução nos índices de exploração madeireira ilegal, associada a um crescimento expressivo na área sob manejo florestal para produtos madeireiros e não-madeireiros;
- d) aumento na adoção de práticas de prevenção e controle do fogo, manejo de pastagens e práticas agrícolas e agroflorestais sustentáveis entre produtores rurais;
- e) redução significativa no percentual de propriedades rurais com passivo ambiental referente à Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente,

³³ Folha de São Paulo, 16/03/2004, Caderno Ciência, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1603200402.htm>. Acesso em 12 de jul. 2016.

associada a um aumento nos casos de celebração de Termos de Ajustamento de Conduta e práticas de recuperação de áreas degradadas;

- f) avanços na viabilização de assentamentos rurais em bases sustentáveis para a Amazônia brasileira, com significativas implicações para a redução do desmatamento;
- g) avanços na criação e implantação de unidades de conservação e terras indígenas em áreas prioritárias, como elementos fundamentais de uma estratégia de conservação da floresta e o desenvolvimento sustentável da Amazônia;
- h) aumento da capacidade institucional de órgãos ambientais e outras instituições parceiras, inclusive da sociedade civil, na implementação integrada de medidas de prevenção e controle do desmatamento, e na viabilização de atividades produtivas sustentáveis.

O PPCDAm foi constituído com dois diferenciais relevantes em relação a outros planos e programas de governo lançados até então. O primeiro, foi o estabelecimento de um planejamento detalhado de 149 atividades, com responsabilidade institucional atribuída de forma explícita, período de execução e indicadores objetivos de avaliação de implementação, para cada uma delas. O segundo foi a vinculação dos recursos necessários ao desenvolvimento do Plano, no valor total de R\$ 394 milhões, aos orçamentos já aprovados nos Planos Plurianuais (PPA)³⁴ dos ministérios participantes. Esse fato garantiu as condições financeiras para o início imediato das ações, sem depender de complexas negociações para obtenção de recursos adicionais do Orçamento da União.

Ainda no ano de 2003, foi dado outro importante passo que teria impacto positivo no processo: a abertura dos dados do Inpe para instituições públicas e privadas que operavam sistemas de geoprocessamento no país. Esse foi mais um momento de conflitos internos no governo, visto que, até então, os dados digitais do Prodes nunca haviam sido abertos para qualquer instituição, mesmo as do próprio governo. Contrariando protocolos de transparência de dados públicos, o Inpe sempre se negou a fornecer os dados resultantes de anos de levantamentos de informações sobre o desmatamento na Amazônia. As únicas informações que o governo e a sociedade possuíam eram as fornecidas nos relatórios anuais do Instituto, agrupadas por unidade da federação e, mais recentemente, por fitofisionomia florestal. Essa

³⁴ O PPA, com vigência de quatro anos, tem como função estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública.

postura impedia que os dados fossem utilizados para análise de dinâmica espacial, pois, além de agrupados, não era possível acessar a base digital necessária a elaborar mapas comparativos da evolução anual e, por consequência, identificação dos vetores e das tendências espaciais do desmatamento. Mesmo com a mudança de diretoria do Inpe, que se mostrou aberta a franquear os dados, foram necessários meses de negociação junto ao MCT, ao qual está vinculado o Inpe, a fim de obter a liberação, que só ocorreu em maio daquele ano, após determinação direta do Presidente da República.

Com a liberação dos dados, foi possível realizar, antes mesmo da criação do grupo de trabalho interministerial, no dia primeiro de junho de 2003, o primeiro seminário para a análise dos dados recentes do desmatamento na Amazônia, contando com a participação de técnicos do governo, pesquisadores e representantes da sociedade civil envolvidos na temática. Neste seminário, presidido pela Ministra Marina Silva e que passou a ser anual, foi possível pela primeira vez uma melhor qualificação dos processos de desflorestamento na região, principalmente em termos de sua espacialização e estabelecimento de correlações com atividades produtivas, políticas públicas e forças sociais, econômicas e políticas da região (CASA CIVIL, 2004).

Participaram desse primeiro seminário técnicos de diversos órgãos públicos, como Inpe, Ibama, Embrapa, Incra, Mapa, MME, MDA e da sociedade civil: Amigos da Terra, CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros, COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, SOS Amazônia, Conservação Internacional, Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Greenpeace Amazônia, GTA – Grupo de Trabalho Amazônico, ICV – Instituto Centro da Vida, Imazon – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, Ipam – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, ISA – Instituto Socioambiental, TNC – The Nature Conservance Brasil e WWF Brasil.

Previamente à realização do seminário, foi enviado às organizações participantes que operavam sistemas de informação geográficas, os dados digitais concebidos pelo Inpe, o que permitiu a elaboração de análises espaciais, que foram apresentadas e analisadas pelos participantes, dando início a uma inédita dinâmica colaborativa na discussão de tendências do desmatamento e das políticas públicas necessárias a reorientá-las.

Esses seminários se repetiram anualmente até 2010 e são considerados uma das mais importantes ações que permitiram que a coordenação governamental do PPCDAm recebesse informações permanentemente atualizadas da realidade do processo de evolução do

desmatamento, viabilizando ajustes nas políticas públicas em tempo real, impedindo vazamentos ou ineficiência nos processos de fiscalização.

Outra iniciativa de importância estratégica desenvolvida nesse período foi a atuação junto ao IBGE, no sentido de contornar a grande resistência política encabeçada pelo governo de Mato Grosso, que questionava a aplicação das restrições impostas pelo Código Florestal no estado. Para reverter esse problema que vinha gerando atritos constantes entre o governo federal e estadual, por inexistência de um mapeamento oficial sobre os limites territoriais da Amazônia, o MMA colaborou com a realização de estudos e encontros técnicos-científicos que levaram à elaboração do primeiro Mapa dos Biomas do Brasil. Lançado em maio de 2004³⁵, esse mapa uniformizou o critério de definição de cada bioma e sua distribuição no território nacional, incluindo a presença do Bioma Amazônia em porção expressiva do Estado de Mato Grosso, cerca de 50%, e Tocantins, encerrando a histórica resistência de ambos estados em proteger suas áreas de florestas pelos parâmetros mais rigorosos, incluindo a exigência de reserva legal de 80% das propriedades rurais inseridas no bioma.

Passados dez anos de operação do PPCDAm, é possível constatar que os resultados obtidos foram significativos. O principal indicador desse sucesso relativo é a queda consistente dos índices de desmatamento na região. Isso se comprova pela inversão do viés de alta que marcou o final do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso e início do primeiro mandato do Presidente Lula, quando a área desmatada em 2004 atingiu 27.423 km² – o segundo mais alto índice da história. Desde aquele ano, quando foi lançado o PPCDAm, os índices registraram quedas consecutivas chegando a 2010 com 6.451 km², o menor índice registrado pelo Prodes até então.

Durante o período analisado, as ações com maior grau de implementação foram as voltadas ao monitoramento, fiscalização, controle ambiental e ordenamento territorial, desenvolvidas pelo Ibama/MMA, Inpe/MCT, Incra/MDA, com inédito protagonismo da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e do Exército Brasileiro. Entre 2004 e 2008 foram destinados cerca de 25 milhões de hectares para unidades de conservação, ampliando em mais de 70% a extensão territorial dessas áreas na região e homologadas terras indígenas equivalentes a aproximadamente 10 milhões de hectares (MMA, 2008).

No campo do combate à grilagem, foram cancelados cerca de 66 mil pleitos de títulos de terra, por meio da inibição e posterior cancelamento dos Certificados de Cadastro de

³⁵ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>. Acesso em 19 de set. 2015.

Imóvel Rural (CCIR)³⁶, que não possuíam origem legal comprovada nos cadastros do Incra, e modificados profundamente os mecanismos e procedimentos para registro de posse. Foram, ainda, deflagradas centenas de operações do Ibama integradas com a Polícia Federal e polícias ambientais nos estados, atendendo a um planejamento estratégico que considerou critérios técnicos e prioridades territoriais. Como consequência, aproximadamente 1.500 empresas clandestinas de madeira foram fechadas e mais de 1 milhão de m³ de madeira apreendidas. Foram, ainda, desenvolvidas investigações e ações de inteligência, que desmontaram organizações que promoviam a extração ilegal de madeira, levando à prisão 659 pessoas, incluindo funcionários públicos dos governos federal e estaduais.

Outros resultados significativos foram obtidos no âmbito específico da gestão florestal, com a proposição, aprovação e regulamentação da Lei 11.482/06, que instituiu o sistema de gestão de florestas públicas e a regulamentação do controle de circulação de madeira por Resolução CONAMA 379/06.

Também foram registrados aprimoramentos importantes no sistema de monitoramento dos desmatamentos pelo Inpe, com o desenvolvimento do Deter³⁷, que permite o acompanhamento das ocorrências de desflorestamentos na região em tempo real e do DETEX, para o monitoramento da exploração seletiva de madeira.

Merecem menção também, a ampliação de 300 mil para mais de 3 milhões de hectares de florestas manejadas certificadas segundo os critérios do FSC (*Forest Stewardship Council*) na Amazônia; a criação do Distrito Florestal Sustentável da BR-163; a instituição do cadastro nacional de terras públicas com cerca de 193 milhões de hectares de terras cadastrados; e o apoio prestado pelo governo federal à implementação de sistemas de licenciamento e cadastramento ambiental georreferenciado de imóveis rurais em seis estados amazônicos e à elaboração dos zoneamentos ecológico-econômico estaduais.

³⁶ O Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) é documento emitido pelo Incra que constitui prova do cadastro do imóvel rural e é indispensável para desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda o imóvel rural e para homologação de partilha amigável ou judicial (sucessão causa mortis) de acordo com os parágrafos 1.º e 2.º, do artigo 22, da Lei n.º 4.947, de 6 de abril de 1966, modificado pelo artigo 1.º da Lei n.º 10.267, de 28 de agosto de 2001. Os dados constantes do CCIR são exclusivamente cadastrais, não legitimando direito de domínio ou posse, conforme preceitua o parágrafo único, do artigo 3.º, da Lei n.º 5.868, de 12 de dezembro de 1972. O CCIR é essencial também para a concessão de crédito agrícola, exigido por bancos e agentes financeiros (INCRA, 2016).

³⁷ Em operação desde 2004, o Deter – Detecção de Desmatamento em Tempo real, foi concebido pelo Inpe, a pedido do MMA, como um sistema de alerta para suporte à fiscalização e controle de desmatamento. São mapeadas tanto áreas de corte raso, quanto áreas em processo de desmatamento por degradação florestal. É possível detectar apenas polígonos de desmatamento com área maior que 25 hectares por conta da resolução dos sensores espaciais (o DETER utiliza dados do sensor MODIS do satélite Terra e do sensor WFI do satélite sino-brasileiro CBERS, com resolução espacial de 250m). Devido à cobertura de nuvens, nem todos os desmatamentos maiores que 25 hectares são identificados pelo sistema.

Os levantamentos realizados ao longo da presente pesquisa, indicam um volume importante de iniciativas implementadas pelo governo federal no âmbito do PPCDAm entre 2003 e 2010. Foram aprovadas sete leis federais, apresentadas e convertidas em lei três medidas provisórias, deliberadas seis resoluções Conama e assinados 156 decretos e 16 atos normativos de órgãos do governo. Ocorreram, ainda, 29 grandes operações de fiscalização envolvendo a Polícia Federal.

Foram compiladas e analisadas 232 iniciativas, conforme relação apresentada no Apêndice A, sendo 134 diretamente voltadas ao controle e combate ao desmatamento em oito anos de atividades. Esse número é significativamente superior às 77 ações empreendidas com os mesmos objetivos no período de 13 anos de governos anteriores, entre 1990 e 2002 (Apêndice B). Os dados acima apresentados, estão classificados por linha de atuação de forma resumida na Tabela 3 e detalhados nas Tabelas 4 e 5, a seguir. Na Figura 8 é possível analisar a distribuição dessas iniciativas ao longo dos anos, entre 1990 e 2010.

Tabela 3 – Iniciativas de controle do desmatamento na Amazônia implementadas pelo governo federal de 1990 a 2010

Linha de atuação	Iniciativas implementadas para o controle do desmatamento		Outras iniciativas que podem ter contribuído para o controle do desmatamento	
	Período de 1990 a 2002	Período 2003 a 2010 (PPCDAm)	Período de 1990 a 2002	Período 2003 a 2010 (PPCDAm)
Gestão Territorial e ordenamento fundiário	48	53	195*	76
Gestão, integração de ministérios e órgãos do governo federal	5	19		5
Incentivo à conservação e uso sustentável	9	7	11	15
Monitoramento, fiscalização e controle	15	55		2
Total	77	134	206	98

*Reconhecimento e homologação de terras indígenas.

Fonte: Diversas. Elaborada pelo autor.

Figura 8 – Evolução das iniciativas do governo federal voltadas ao controle do desmatamento na Amazônia Legal nas décadas de 1990 e 2000, excluídas a homologação de TIs

Fonte: Resultado da pesquisa. Elaborada pelo autor.

Tabela 4 – Lista não exaustiva das principais iniciativas implementadas pelo PPCDAm no período de 2003 a 2010

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Normas relativas à exploração florestal sustentável									
Lei				1					1
Decreto	2	1		3	1	1	1	1	10
Resolução Conama				2			1		3
Atos normativos de órgãos do governo federal		1	1	1					2
Subtotal	2	2	1	7	1	1	2	1	16
Atos relativos às ações de monitoramento, fiscalização e controle									
Lei									
Medida Provisória	1								1
Decreto			1		2	2			5
Atos normativos de órgãos do governo federal						2	1	2	5
Iniciativa/Ação especiais de órgãos do Governo Federal	1	5	7	3	2	5	4	7	34
Subtotal	2	5	8	3	4	9	5	9	45
Atos relativos à gestão territorial e ordenamento fundiário									
Lei			1		1		1		3
Medida Provisória			1		1				2
Decreto	16	25	23	28	4	9	10	3	118
Resolução Conama				2				1	3
Atos normativos de órgãos do governo federal	1	2	2			2	1		8
Subtotal	17	27	27	30	6	11	12	4	134
Atos relativos à transparência de informações									
Lei	1								1
Decreto									0
Iniciativa/Ação especiais de órgãos do governo federal	2	1	1	1	1	1	1		8
Subtotal	3	1	1	1	1	1	1	0	9
Atos relativos a integração de ministérios e órgãos do governo federal									
Medida Provisória									
Decreto	2	2			1	1			6
Iniciativa/Ação especiais de órgãos do governo federal		1	1						
Subtotal	2	3	1	0	1	1	0	0	8

continua...

continuação									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Atos relativos ao incentivo à conservação e uso sustentável									
Lei							1	1	2
Decreto	1	1	1	2	4	3	2	3	17
Resolução Conama									
Iniciativa/Ação especiais de órgãos do governo federal				1			1		2
Subtotal	1	1	1	3	4	3	4	4	21
TOTAL	27	39	39	44	17	26	24	18	234
RESUMO									
Leis	1	0	1	1	1	0	2	1	7
Medidas Provisórias	1	0	1	0	1	0	0	0	3
Decretos	21	29	25	33	12	16	13	7	156
Resoluções Conama	0	0	0	4	0	0	1	1	6
Atos normativos de órgãos do governo federal	1	3	3	0	0	4	2	2	15
Iniciativa/Ação especiais de órgãos do governo federal	3	7	9	5	3	6	6	7	46
TOTAL	27	39	39	43	17	26	24	18	233
Operações Polícia Federal	1	2	5	4	2	5	4	6	29
Homologação de TIs	16	21	9	9	3	1	8	1	68
Criação de UCs		4	13	15		6	1		39

Tabela 5 – Lista não exaustiva das principais iniciativas implementadas na Amazônia no período de 1990 a 2002

	1990	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00	01	02	Total
Normas relativas à exploração florestal sustentável														0
Lei														0
Decreto							1		2		2		1	6
Resolução Conama														0
Atos normativos de órgãos do governo federal			1											1
Subtotal	0	0	1	0	0	0	1	0	2	0	2	0	1	7
Atos relativos às ações de monitoramento, fiscalização e controle														
Lei						1			1		1			3
Medida Provisória												1		1
Decreto	1			1	1				2	2		1	1	9
Resolução Conama	1					1			1			2		5
Iniciativa/Ação especiais de órgãos do governo federal						1								1
Subtotal	2	0	0	1	1	3	0	0	4	2	1	4	1	19
Atos relativos à gestão territorial e ordenamento fundiário														
Lei				1							1			2
Medida Provisória														0
Decreto	18	74	10	8	2	7	28	23	41	2	4	31	16	264
Resolução Conama	1						2						2	5
Atos normativos de órgãos do governo federal							2			2		1	2	7
Subtotal	19	74	10	9	2	7	32	23	41	4	5	32	20	278
Atos relativos à transparência de informações														
Lei														0
Decreto														0
Iniciativa/Ação especiais de órgãos do governo federal														0
Subtotal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

continua...

continuação

Atos relativos a integração de ministérios e órgãos do governo**federal**

Medida Provisória					1							1		2
Decreto					2		1		1		1	1	1	2
Resolução Conama							1			1				2
Subtotal	0	0	0	3	0	2	0	1	1	1	1	2	2	13

Atos relativos ao incentivo à conservação e uso sustentável

Lei								1						1
Decreto			1		3		1		2		2	1	3	13
Resolução Conama	1					1								2
Iniciativa/Ação especiais de órgãos do governo federal														0
Subtotal	1	0	1	0	3	1	1	1	2	0	2	1	3	16

TOTAL**RESUMO**

Leis	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	2	0	0	6
Medidas Provisórias	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	3
Decretos	19	74	11	11	6	8	30	24	47	5	9	34	23	301
Resoluções Conama	3	0	0	0	0	3	2	0	2	0	0	2	2	14
Atos normativos de órgãos do governo federal	0	0	1	0	0	0	2	0	0	2	0	1	2	8
Iniciativa/Ação especiais de órgãos do governo federal	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	22	74	12	13	6	13	34	25	50	7	11	39	27	333

Homologação de TIs	6	72	4	8	1	6	26	22	30		2	16		193
Criação de UCs	6		4						1	11	2	1	12	47

5 ANÁLISE DOS EFEITOS DAS AÇÕES DE CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA IMPLEMENTADAS PELO GOVERNO FEDERAL NO PERÍODO DE 2003 A 2010

A partir de um banco de dados georreferenciado constituído especialmente para esse projeto, foram realizados cruzamentos de dados compilados pela presente pesquisa a fim de analisar a correlação entre as medidas adotadas pelo governo federal, principalmente as do âmbito do PPCDAm, e a evolução do desmatamento regional, considerando variáveis econômicas, ações de comando e controle e iniciativas de ordenamento territorial e fundiário. Os principais resultados dessas análises são apresentadas a seguir.

5.1 Análise comparativa entre a evolução da área plantada de soja e do rebanho bovino, preço das *commodities* e desmatamento

É compartilhado pela maioria dos autores que vêm se dedicando a estudar o desmatamento na Amazônia que a pecuária e a soja estão entre os principais fatores econômicos de pressão sobre os remanescentes florestais (PFAFF, 1996; FEARNSIDE, 2001; MARGULIS, 2003; SOARES-FILHO et al, 2005; MELLO, 2011; SILVA, 2009), inclusive por meio do processo denominado Mudança Indireta do Uso da Terra – MIUT, onde a soja ocupa áreas de pecuária que, por sua vez, se expande para áreas florestadas, promovendo o avanço do desmatamento (ARIMA et al., 2011).

A partir do início da década de 1980, quando foram superadas as limitações fitoecológicas que circunscrevia a soja à região Sul do Brasil (MELLO, 2011), a leguminosa iniciou sua expansão para o Centro-Oeste, notadamente no Estado de Mato Grosso, onde seu crescimento se deu de forma notável (NEPSTAD et al, 2006). Na Figura 9, é possível verificar a acelerada evolução da área plantada de soja na Amazônia Legal, onde passou de 1,6 milhão de hectares em 1990 para 9,3 milhões de hectares em 2013 (IBGE, 2014), configurando um aumento de 481% em 24 anos. Sua participação na área total plantada no Brasil também cresceu significativamente, de 12% em 1990 para 33% em 2013.

Figura 9 – Evolução da participação da Amazônia Legal na área plantada de soja no Brasil

Fonte: IBGE, 2014. Elaborada pelo autor.

Figura 10 – Taxa de crescimento anual da área plantada de soja no Brasil e Amazônia Legal (% em relação ao ano anterior)

Fonte: IBGE, 2014. Elaborada pelo autor.

Na Figura 10, é possível verificar que o crescimento da área plantada de soja na Amazônia a partir de 1991 se mantém acima do crescimento nacional exceto em dois momentos, nos anos de 1996 e 2007. Destaca-se, também, que, a partir de 2004, o crescimento anual se reduz, sendo que até o momento não recuperou os picos de crescimento acima de 20% verificados em vários anos anteriormente a 2004.

A Figura 11 permite a visualização comparada entre a evolução anual da área de soja plantada na Amazônia Legal, o desmatamento computado pelo Inpe e o preço médio anual da saca da leguminosa no período de 2001 a 2013.

Figura 11 – Análise comparada da evolução anual da área de soja plantada e do desmatamento na Amazônia Legal e a evolução anual médio do preço da saca de soja

Fontes: IBGE (2014); Inpe (2014); CEPEA/ESALQ (2014). Elaborada pelo autor.

Como pode ser verificado, até o ano de 2003 é possível identificar uma forte correlação entre as três variáveis da Figura 11. No período 2004 a 2005, apesar da queda do preço da soja, a área plantada continua em expansão e o desmatamento inicia forte redução. No período 2005 a 2007, o preço da soja entra em trajetória ascendente, o que não é acompanhado de imediato pela ampliação da área plantada com a leguminosa. Nesse período, o desmatamento entra em processo de redução

anual constante, mostrando um gradativo descolamento entre as variáveis, notadamente após os anos 2007 e 2008 com aumentos constantes da área plantada e redução continuada do desmatamento, em um cenário de evolução positiva do preço da soja.

Com base nos estudos relacionados ao já citado efeito MIUT – Mudança Indireta do Uso da Terra, onde foi constatado que a ocupação de áreas de pastagens pela soja induz a atividade pecuária a desmatar novas áreas na zona da fronteira agrícola (ARIMA, 2011), seria esperada uma compensação do aumento da área plantada de soja, com mais desmatamentos, mesmo que provocado de forma indireta, o que não se verificou, conforme detalhado a seguir.

Na Figura 12 é possível constatar o crescimento acelerado do rebanho bovino na Amazônia Legal que, assim como ocorreu com a soja, aumentou significativamente em termos de participação no rebanho nacional (SOARES-FILHO et al, 2015), saindo de 9% em 1990 para 38% em 2013.

Figura 12 – Evolução anual do rebanho bovino na Amazônia Legal e de sua participação no rebanho nacional

Fonte: IBGE, 2014. Elaborada pelo autor.

Na Figura 13, é possível verificar que o crescimento anual do rebanho bovino na Amazônia Legal se mantém bem acima do crescimento do rebanho nacional desde 1991, sendo que em 2004 atingiu seu pico de crescimento, com um incremento de 11,86% no número de cabeças em apenas um ano. A partir dessa ano, no entanto, há uma severa inversão nessa tendência com uma redução na taxa de crescimento nos três anos subsequentes (2005, 2006 e 2007), chegando a haver, pela primeira vez na série analisada, uma redução no número absoluto de cabeças de bois de 4,7% em 2007. Segundo Valentim (2009) essa redução não ocorreu exclusivamente na Amazônia, pois no período houve queda no número de cabeças nos rebanhos de todo o Brasil (Figura 13), com exceção do Nordeste que apresentou variação positiva, como consequência da diminuição da oferta de bezerros provocado pelo abate de fêmeas e do aumento da atividade dos abatedouros no País, estimulado pela elevação do preço da arroba de carne. A partir de 2007, o rebanho na Amazônia volta a crescer, mas em níveis bem inferiores à média histórica do período 1991 a 2004, provavelmente devido a “redução das taxas de desmatamento na Amazônia Legal, em função do aumento da efetividade das ações de monitoramento e controle ambiental” (VALENTIM, 2009).

Figura 13 – Taxa de crescimento anual do rebanho bovino no Brasil e na Amazônia Legal (% em relação ao ano anterior).

Fonte: IBGE, 2014. Elaborada pelo autor.

A Figura 14 apresenta os índices relativos à evolução anual do rebanho bovino, em milhares de cabeças, o desmatamento e o preço médio de cada ano da arroba do boi gordo no mercado de São Paulo no período de 1997 a 2013.

A exemplo do verificado no caso da soja, a forte correlação positiva entre preço da arroba, aumento do rebanho e do desmatamento claramente identificável entre 1997 e 2006, se altera a partir desse ano quando o desmatamento permanece em queda mesmo com o aumento do rebanho e a tendência de alta do preço da arroba.

Figura 14 – Análise comparada da evolução anual do rebanho bovino (em milhares de cabeças) e do desmatamento na Amazônia Legal (em km²) e a evolução anual média do preço do boi gordo em São Paulo (R\$/@ – mês de dezembro)

Fontes: Elaborada pelo autor a partir de dados do IBGE (2014) Inpe (2014) e CEPEA/ESALQ (2015).

5.2 Dinâmica espacial do desmatamento

Para analisar a dinâmica espacial do desmatamento, foram elaborados cartogramas (Figuras 15 a 25) com a variação anual dos índices de desflorestamentos por município do Bioma Amazônia, no período de 2002 a 2011. Para tanto, os municípios foram agrupados em três categorias: municípios em que ocorreu aumento do desmatamento em relação ao ano anterior (variação de 10,01 a 761,00 km²), representados pela cor vermelha; municípios em que houve queda do desmatamento em relação ao ano anterior (-1.789,87 a 10,01 km²), cor azul; e municípios que não apresentaram variação de desmatamento significativa (-10,00 e 10,00 km²), cor amarela. Para a definição dos valores foram utilizados os valores máximos de crescimento e redução dos desmatamentos por municípios identificados nos dados do Inpe.

Figura 15 – Variação do desmatamento nos municípios da Amazônia Legal entre os anos de 2001 e 2002

Fonte: Inpe, 2014. Elaborada pelo autor.

Figura 16 – Variação do desmatamento nos municípios da Amazônia Legal entre os anos de 2002 e 2003

Fonte: Inpe, 2014. Elaborada pelo autor.

Figura 17 – Variação do desmatamento nos municípios da Amazônia Legal entre os anos de 2003 e 2004

Fonte: Inpe, 2014. Elaborada pelo autor.

Figura 18 – Variação do desmatamento nos municípios da Amazônia Legal entre os anos de 2004 e 2005

Fonte: Inpe, 2014. Elaborada pelo autor.

Figura 19 – Variação do desmatamento nos municípios da Amazônia Legal entre os anos de 2005 e 2006

Fonte: Inpe, 2014. Elaborada pelo autor.

Figura 20 – Variação do desmatamento nos municípios da Amazônia Legal entre os anos de 2006 e 2007

Fonte: Inpe, 2014. Elaborada pelo autor.

Figura 21 – Variação do desmatamento nos municípios da Amazônia Legal entre os anos de 2007 e 2008

Fonte: Inpe, 2014. Elaborada pelo autor.

Figura 22 – Variação do desmatamento nos municípios da Amazônia Legal entre os anos de 2008 e 2009

Fonte: Inpe, 2014. Elaborada pelo autor.

Figura 23 – Variação do desmatamento nos municípios da Amazônia Legal entre os anos de 2009 e 2010

Fonte: Inpe, 2014. Elaborada pelo autor.

Figura 24 – Variação do desmatamento nos municípios da Amazônia Legal entre os anos de 2010 e 2011

Fonte: Inpe, 2014. Elaborada pelo autor.

Figura 25 – Variação do desmatamento nos municípios da Amazônia Legal entre os anos de 2011 e 2012

Fonte: Inpe, 2014. Elaborada pelo autor.

A análise dos cartogramas acima apresentados, permite acompanhar a dinâmica territorial do desmatamento na Amazônia. Nos anos de 2002 a 2004, é nítida a variação dos índices de desmatamento, com forte presença da cor vermelha que representa os municípios onde ocorreu aumento do corte raso de floretas, em relação ao ano imediatamente anterior. Já no período 2005 a 2009, também há intensa variação, mas com predomínio da cor azul, representando os municípios com queda no desmatamento, com exceção do ano de 2007, em que se registrou uma retomada do desmatamento na região. Finalmente, de 2010 a 2012, registra-se maior estabilidade, com predominância da cor amarela.

Os resultados dessas análises espaciais mostram uma transição de um ambiente de alta instabilidade, caracterizado por variações positivas das taxas de desmatamento nos primeiros anos (2002 a 2004) com tendência a multiplicação dos municípios nessa situação (espalhamento da cor vermelha), seguida de uma abrupta inversão dessa tendência, que se inicia em 2005 e atinge o auge em 2006, quando praticamente todos os municípios da região apresentam redução das taxas de conversão de florestas (predomínio da cor azul).

Na sequência, há uma inversão da tendência em curso e ocorre o recrudescimento do desmatamento na região no ano de 2007, com a cor vermelha voltando a ocupar extensas porções do território amazônico. Esse foi considerado pela equipe de coordenação do PPCDAm como um dos momentos mais críticos da implantação do Plano, levando a uma revisão completa dos procedimentos de controle por meio da edição do decreto 6.321, em dezembro de 2007. Esse novo instrumento legal trouxe várias inovações importantes, entre as quais se destacam a definição do conceito de municípios prioritários para ações preventivas de controle que incluíram, entre outros dispositivos inibidores do desmatamento, restrições de acesso ao crédito agropecuário; obrigatoriedade de embargo administrativo de todas as áreas desmatadas irregularmente; e o estabelecimento da base normativa para a aplicação do princípio da responsabilidade compartilhada (entre governo federal, estaduais, municípios e cadeia produtiva agropecuária e florestal, incluindo toda a cadeia de custódia).

Passado esse momento de crise, volta a predominar a cor azul nos cartogramas dos anos seguintes, simbolizando a redução generalizada das taxas de desmatamento,

que, a partir de 2010 transitam gradativamente para uma nítida predominância da cor amarela, demonstrando a estabilidade ambiental, que passa a imperar na maior parte da Amazônia.

A correlação entre a estabilidade e o aumento da governança socioambiental na região é reforçada pela análise da evolução das taxas de desmatamento verificadas no mesmo período nas unidades de conservação criadas no âmbito do PPCDAm (MMA, 2014), onde se observou uma redução de 66,03% do desflorestamento anual médio (Tabela 6 e Figura 26). O mesmo ocorreu nas UCs criadas antes do PPCDAm (Tabela 7 e Figura 27) e nas glebas da União (Figura 28), que não foram objeto de ações específicas de proteção mas apresentaram quedas no desmatamento de 56,58% e 66,16%, respectivamente.

Tabela 6 – Evolução do desmatamento anual no perímetro das UCs federais criadas na Amazônia no âmbito do PPCDAm (ha)

Ano	Proteção Integral	Uso sustentável	Total/ano	Média anual
2000	5.538	20.135	25.672	
2001	8.484	23.719	32.203	
2002	19.620	19.288	38.908	
2003	20.805	41.282	62.087	
2004	32.828	45.185	78.013	
Subtotal antes do PPCDAm (2000 a 2004)			236.884	47.377
2005	15.907	18.964	34.871	
2006	8.464	13.972	22.436	
2007	7.812	19.875	27.687	
2008	5.480	12.808	18.288	
2009	1.129	14.885	16.015	
2010	1.745	5.404	7.148	
2011	1.112	4.315	5.428	
2012	1.728	6.220	7.947	
2013	1.199	10.615	11.814	
2014	869	8.394	9.262	
Subtotal durante PPCDAm (2005 a 2014)			160.896	16.090

Fonte INPE (2014), MMA (2014). Elaborada pelo autor.

Figura 26 – Evolução do desmatamento anual no perímetro das unidades de conservação criadas no âmbito do PPCDAm (ha).

Fonte INPE (2014), MMA (2014). Elaborada pelo autor.

Tabela 7 – Evolução do desmatamento anual no perímetro das UCs federais criadas na Amazônia em período anterior ao PPCDAm (ha).

Ano	Proteção Integral	Uso sustentável	Total/ano	Média anual
2000	11.406	22.838	34.244	
2001	10.187	6.959	17.146	
2002	5.085	7.159	12.244	
2003	3.036	8.912	11.948	
2004	10.589	12.059	22.648	
Subtotal antes do PPCDAm (2000 a 2004)			98.230	19.646
2005	7.923	10.765	18.688	
2006	2.309	5.372	7.681	
2007	1.520	5.563	7.083	
2008	4.938	6.135	11.073	
2009	3.209	4.304	7.514	
2010	1.488	2.303	3.791	
2011	926	3.789	4.714	
2012	1.602	7.793	9.396	
2013	1.523	5.309	6.831	
Subtotal durante PPCDAm (2005 a 2014)			76.771	8.530

Fonte INPE (2014), MMA (2014). Elaborada pelo autor.

Figura 27 – Evolução do desmatamento anual no perímetro das unidades de conservação criadas em data anterior ao início do PPCDAm (ha)

Fonte INPE (2014), MMA (2014). Elaborada pelo autor.

Figura 28 – Evolução do desmatamento anual nas glebas da União (mil ha)

Fonte INPE (2014), MMA (2014). Elaborada pelo autor.

5.3 Evolução do número de autuações por danos à flora emitidas pelo Ibama no período de 2000 a 2012

No período analisado no presente projeto, houve aumento significativo do esforço de fiscalização do governo federal, por meio do Ibama, com o pico de 7.991 autos de infrações emitidos por danos à flora no ano de 2005 e a manutenção dos autos de autuações/ano no patamar de 7.000 até 2008, conforme Figura 29.

Figura 29 – Número de Infrações por danos à flora aplicadas pelo Ibama na Amazônia Legal no período de 2000 a 2012

Fonte: Ibama (2014). Elaborada pelo autor.

Houve, também, aumento importante no valor total das multas aplicadas por desmatamento na região, variando de cerca de R\$ 250 milhões em 2003 para R\$ 1,3 bilhão em 2005 e atingindo valor superior a R\$ 2,5 bilhões em 2009, conforme Figura 30.

O esforço de aumento das autuações em número e valores, no entanto, não foi acompanhado do crescimento da cobrança efetiva por parte do órgão fiscalizador. Ao contrário, a Figura 31 mostra que, com exceção do ano de 2009, houve sistemática redução na arrecadação dos valores das multas aplicadas.

Desta forma, o Ibama havia efetivamente arrecadado até final de 2014, apenas

R\$ 124 milhões, equivalentes a 0,76% do valor total das multas aplicadas por danos à flora na Amazônia no período de 2000 a 2012, conforme Tabela 8.

Figura 30 – Valor total anual de multas por danos à flora aplicadas pelo Ibama na Amazônia Legal no período de 2000 a 2012 (milhões de R\$)

Fonte: Ibama (2014). Elaborada pelo autor.

Figura 31 – Valor anual total efetivamente pago de multas por danos à flora aplicadas pelo Ibama na Amazônia Legal no período de 2000 a 2012 (R\$)

Fonte: Ibama (2014). Elaborada pelo autor.

Tabela 8 – Multas aplicadas pelo Ibama por danos à flora na Amazônia Legal no período de 2000 a 2012

Quantidade	Valor total das multas aplicadas (R\$)	Valor total arrecadado (R\$)	Valor arrecadado em relação ao valor emitido (%)
78.347	16.534.826.287	124.998.129	0,76

Fonte: Ibama (2014). Elaborada pelo autor.

5.4 Evolução do crédito destinado à agricultura e à atividade pecuária na Amazônia legal no período de 1999 a 2012

O crédito rural tem sido apontado como um dos fatores indutores do desmatamento, na medida que libera recursos para atividades agropecuárias, que demandam a conversão de florestas para o uso do solo (FEREIRA, 2011). Para Assunção et al. (2013), no entanto, a relação entre crédito e desmatamento é “teoricamente ambígua” visto que seu impacto depende, entre outros aspectos, da maneira como ele é direcionado, pois o aumento da produção pode se dar por expansão de área ou por incremento da produtividade em áreas já ocupadas.

São apresentados a seguir, os dados da evolução do crédito agrícola e pecuário direcionados aos municípios da Amazônia Legal no período de 1999 a 2012, considerando os valores alocados nas três modalidades de destinação: investimentos, custeio e comercialização³⁸.

³⁸ Os créditos de custeio ficam disponíveis quando os recursos se destinam a cobrir despesas habituais dos ciclos produtivos, da compra de insumos à fase de colheita. Já os créditos de investimento são aplicados em bens ou serviços duráveis, cujos benefícios repercutem durante muitos anos. Por fim, os créditos de comercialização asseguram ao produtor rural e a suas cooperativas os recursos necessários à adoção de mecanismos que garantam o abastecimento e levem o armazenamento da colheita nos períodos de queda de preços (BACEM, 2014).

Figura 32 – Crédito rural disponibilizado para atividades de custeio na Amazônia Legal (R\$ correntes)

Fonte: Bacen (2014). Elaborada pelo autor.

Figura 33 – Crédito rural disponibilizado para investimento na Amazônia Legal (R\$ correntes). Fonte: Bacen (2014)

Fonte: Bacen (2014). Elaborada pelo autor.

Figura 34 – Crédito rural disponibilizado para comercialização na Amazônia Legal (R\$ correntes)

Fonte: Bacen (2014). Elaborada pelo autor.

No que se refere ao crédito destinada à agricultura, a análise das Figuras 32 a 34 permite verificar que há um crescimento acelerado dos valores entre os anos de 2002 e 2004. A partir de 2005, registra-se uma inversão, com queda nos recursos acessados pelos produtores rurais até o ano de 2006 nas modalidades de custeio e comercialização e o ano 2007 na modalidade de investimento. A partir de então, o crédito agrícola volta a crescer de forma constante, chegando em 2012 com valores significativamente superiores aos aplicados até 2004. O mesmo não se verifica com o crédito para pecuária que só apresenta redução nesse período na modalidade de comercialização.

A Figura 35, a seguir, apresenta a evolução anual dos valores totais do crédito destinado à agropecuária na Amazônia Legal e no Brasil no período de 2000 a 2012, somados os montantes das três modalidades (custeio, investimento e comercialização), em porcentagens em relação ao ano imediatamente anterior. Os dados demonstram que durante todo o período analisado há variação positiva, com exceção dos anos de 2005, quando se registrou redução de 2,06% em nível nacional e em 2006, quando houve retração de 17,67% na Amazônia Legal.

Figura 35 – Taxa de variação anual dos valores totais do crédito destinado à agropecuária na Amazônia Legal e no Brasil nas três modalidades (custeio, investimento e comercialização), em porcentagens em relação ao ano imediatamente anterior, no período de 2000 a 2012

Fonte: Bacen (2014). Elaborada pelo autor.

Como pode ser verificado, o crédito agropecuário destinado aos municípios da Amazônia Legal manteve crescimento anual superior ao registrado no País em todo o período analisado (2000 a 2012), com exceção do ano de 2006, quando houve forte retração e 2007, ano em que o crescimento nacional em relação a 2006 foi de 11,25%, superior, portanto, aos 8,09% registrado na região. Desta forma, a participação regional no total do crédito agropecuário nacional saltou de 4,49% em 2000 para 12,86% em 2012 (Tabela 9), de forma coerente com o gradativo aumento da contribuição da região ao aumento da produção brasileira no campo.

No período analisado, entre os principais produtos agrícolas produzidos na Amazônia Legal, há coincidência na redução da área plantada e na produção das culturas de soja e arroz nos anos em que se registou diminuição do crédito rural disponibilizado na região (Figuras 36 e 37).

Figura 36 – Evolução anual da área plantada dos principais produtos agrícolas na Amazônia Legal (ha)

Fonte: IBGE, 2014. Elaborada pelo autor.

Figura 37 – Evolução anual da quantidade produzida dos principais produtos agrícolas na Amazônia Legal (Toneladas)

Fonte: IBGE, 2014. Elaborada pelo autor.

Tabela 9 – Crédito Agropecuário destinado ao Brasil e Amazônia Legal no período de 2000 a 2012

Ano	Brasil (R\$ milhões)	Amazônia Legal	
		(R\$ milhões)	% sobre o total nacional
2000	36.121	1.620	4,49
2001	42.615	2.070	4,86
2002	46.962	2.471	5,26
2003	53.004	4.200	7,92
2004	63.006	5.501	8,73
2005	61.687	5.598	9,07
2006	63.250	4.608	7,29
2007	70.364	4.981	7,08
2008	81.808	6.080	7,43
2009	91.323	6.933	7,59
2010	94.422	8.411	8,91
2011	99.751	10.217	10,24
2012	114.710	14.750	12,86

Fonte: Bacen (2014). Elaborada pelo autor.

5.5 Evolução do crédito destinado à agricultura e à atividade pecuária na Amazônia legal no período de 1999 a 2012 nos municípios prioritários para a implantação de medidas de controle do desmatamento

Nesta etapa do trabalho, foram realizados cruzamentos entre os dados relativos à evolução do crédito rural, desmatamento e autuações do Ibama por dano à flora, nos 52 municípios prioritários³⁹ para o controle do desmatamento, conforme Figura 38,

³⁹ Alta Floresta/MT, Altamira/PA, Alto Boa Vista/MT, Anapu/PA, Amarante do Maranhão/MA, Aripuanã/MT, Boca do Acre/AM, Brasil Novo/PA, Brasnorte/MT, Claudia/MT, Colniza/MT, Confresa/MT, Cotriguaçu/MT, Cumarú do Norte/PA, Dom Eliseu/PA, Feliz Natal/MT, Gaúcha do Norte/MT, /MT, Rondon do Pará/PA, Santa Carmem/MT, Santa Maria das Barreiras/PA, Santana do Araguaia/PA, Senador Jose Porfírio, Grajaú/MA, , Itupiranga/PA, Juara/MT, Juína/MT, Lábrea/AM, Machadinho D'Oeste/RO, Marabá/PA, Marcelândia/MT, Moju/PA, Mucajá/RR, Nova Bandeirantes/MT, Nova Mamoré/RO, Nova Maringá/MT, Nova Ubiratã/MT, Novo Progresso/PA, Novo Repartimento/PA, Pacajá/PA, Paragominas/PA, Paranaíba/MT, Peixoto de Azevedo/MT, Pimenta Bueno/RO, Porto dos Gaúchos/MT, Porto Velho/RO, Querência/PA, São Félix do Araguaia/MT, São Félix do Xingu/PA, Tailândia/PA, Tapurah/MT, Ulianópolis/PA e Vila Rica/MT. Saíram da lista:

definidos a partir no Decreto 6.321/2007 e Portarias MMA 28/2008, 102/2009, 175/2-11 e 323/2012, cuja relação completa, incluindo as alterações ocorridas com entrada de e saída de municípios da lista encontra-se no Apêndice C.

Figura 38 – Mapa dos municípios prioritários para ações de controle do desmatamento na Amazônia

Fonte: Decreto 6.321/2007 e Portarias MMA 28/2008, 102/2009, 175/2-11 e 323/2012, MMA (2015), IBGE (2014). Elaborada pelo autor.

O Decreto 6321/07, em seu artigo 2º, introduziu um dispositivo que permite ao poder público federal priorizar ações de controle e de racionalização do uso do solo em zonas críticas, identificando áreas com risco iminente de degradação. Nessas áreas consideradas prioritárias, o governo pôde passar a estabelecer e implementar ações mais rigorosas a partir de fevereiro de 2008. Com essa medida, a sociedade local passou a se envolver diretamente no debate sobre causas e efeitos dos desmatamentos ilegais que até então era restrito ao governo federal e aos governos estaduais.

Três são os critérios previstos no Decreto 6321/07 para a seleção dos

Brasil Novo/PA, Brasnorte/MT, Dom Eliseu/PA, Feliz Natal/MT, Marcelândia/MT, Paragominas/PA, Ulianópolis/PA e Tailândia/PA

municípios prioritários para ações de fiscalização e controle: total desmatado desde o início do monitoramento pelo Inpe, total desmatado nos últimos três anos e aumento da taxa de desmatamento em pelo menos três vezes nos últimos cinco anos, consecutivos ou não.

Com base nesta previsão legal inédita, o MMA estabeleceu por meio da Portaria MMA 28, de 27 de janeiro de 2008, a lista dos inicialmente 36 municípios prioritários para ações preventivas e de controle dos desmatamentos, responsáveis por 50% dos desmatamentos verificados na Amazônia no ano de 2007 (Apêndice C).

Na Tabela 10 e nas Figuras 39 a 42, a seguir, permitem verificar que nos municípios críticos houve efetivamente intensificação das medidas de fiscalização de forma permanente a partir do início de 2008 e redução do crédito para agricultura nos anos 2005, 2006 e 2009 e para pecuária no ano de 2008 na modalidade de custeio e 2003, 2008 e 2010 na de investimento.

Tabela 10 – Número de autos de infração por danos à flora emitidos pelo Ibama nos municípios prioritários e nos demais municípios da Amazônia Legal no período de 2000 a 2012

Ano	Amazônia Legal quantidade	Municípios prioritários	
		quantidade	% em relação à AML
2000	4.728	842	17,81
2001	5.583	1.324	23,71
2002	5.213	1.290	24,75
2003	6.164	1.349	21,89
2004	6.284	1.568	24,95
2005	7.991	2.218	27,76
2006	6.941	2.062	29,71
2007	7.447	2.553	34,28
2008	7.528	2.856	37,94
2009	6.045	1.970	32,59
2010	5.343	1.672	31,29
2011	5.004	2.099	41,95
2012	4.076	2.132	52,31
Total	78.347	23.935	30,55

Fonte: Ibama (2014). Elaborada pelo autor

Figura 39 – Número de autos de infração por danos à flora emitidos pelo Ibama nos municípios prioritários e nos demais municípios da Amazônia Legal no período de 2000 a 2012

Fonte: Ibama (2014). Elaborada pelo autor.

Figura 40 – Taxa de variação anual dos valores totais do crédito destinado à agropecuária na Amazônia Legal e nos municípios críticos nas três modalidades (custeio, investimento e comercialização), em porcentagens em relação ao ano imediatamente anterior, no período de 2000 a 2012

Fonte: Bacen (2014). Elaborada pelo autor.

Figura 41 – Taxa de variação anual dos valores do crédito destinado à agricultura nos municípios críticos por modalidades (custeio, investimento e comercialização), em porcentagens em relação ao ano imediatamente anterior, no período de 2000 a 2012

Fonte: Bacen (2014). Elaborada pelo autor.

Figura 42 – Taxa de variação anual dos valores do crédito destinado à pecuária nos municípios críticos por modalidades (custeio e investimento), em porcentagens em relação ao ano imediatamente anterior, no período de 2000 a 2012

Fonte: Bacen (2014). Elaborada pelo autor.

Com base nos dados desses municípios, foram elaborados cartogramas com a sobreposição da evolução do valor do crédito rural (R\$), desmatamento (km²) e autuações do Ibama (número de autos de infração por dano à flora), de forma a permitir a visualização da evolução de cada indicador e da correlação entre eles. As Figuras 43, 44, 45 e 46 apresentam a evolução desses indicadores em quatro municípios selecionados entre os que os que registraram aumento do desflorestamento nos anos 2007 e 2008 e reduziram a partir da aplicação das medidas previstas no Decreto 6321/07. A relação completa com os cartogramas de todos os municípios prioritários encontra-se no Apêndice D.

Com base na avaliação dos cartogramas dessa sessão, foi elaborada uma tabela (Apêndice E) com a classificação dos municípios prioritários por evolução do crédito, desmatamento e fiscalização do Ibama. Para tanto, a evolução do crédito rural, do desmatamento e da intensidade da fiscalização do Ibama foi distribuída em cinco classes: redução forte, redução moderada, estável, aumento moderado e aumento forte. Para a correlação da fiscalização do Ibama com o desmatamento, ou seja, se houve aumento ou redução da fiscalização, de acordo com o aumento ou redução de desmatamento, foram consideradas três classes: fraca, média e alta.

Como resultado dessa classificação por evolução dos indicadores citados, foi possível verificar que não houve redução expressiva nos montantes do crédito rural contraído e, portanto, disponibilizado nesses municípios em dois períodos analisados. De 2004 a 2008, primeira fase do PPCDAm, apenas 21% dos municípios apresentaram redução forte ou moderada e, de 2008 e 2012, após a aprovação da Resolução 3.545/2008 do Banco Central, editada em 29 de fevereiro de 2008⁴⁰, que condicionou a concessão de crédito rural à comprovação de conformidade ambiental da propriedade rural do tomador, em apenas 2% dos municípios houve redução, conforme Tabela 11.

⁴⁰ Disponível em:

http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr/_arquivos/resoluo_cmn_bacen_n_3545_138.pdf. Acesso em 12 de ago. 2015.

Figura 43 – Evolução anual do desmatamento (km²), número de autuações do Ibama por dano à flora e crédito destinado à agricultura e à atividade pecuária, no município de Amarante do Maranhão, Estado do Maranhão, no período de 1999 a 2012

Fontes: Desmatamento: Inpe (2014); Infrações: Ibama (2014); e. Crédito: Bacen (2014). Elaboradas pelo autor.

Figura 44 – Evolução anual do desmatamento (km²), número de autuações do Ibama por dano à flora e crédito destinado à agricultura e à atividade pecuária, no município de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no período de 1999 a 2012

Fontes: Desmatamento: Inpe (2014); Infrações: Ibama (2014); e. Crédito: Bacen (2014). Elaboradas pelo autor.

Figura 45 – Evolução anual do desmatamento (km²), número de autuações do Ibama por dano à flora e crédito destinado à agricultura e à atividade pecuária, no município de Dom Eliseu, Estado do Pará, no período de 1999 a 2012

Fontes: Desmatamento: Inpe (2014); Infrações: Ibama (2014); e. Crédito: Bacen (2014). Elaboradas pelo autor.

Figura 46 – Evolução anual do desmatamento (km²), número de autuações do Ibama por dano à flora e crédito destinado à agricultura e à atividade pecuária, no município de Marcelândia, Estado de Mato de Mato Grosso, no período de 1999 a 2012

Fontes: Desmatamento: Inpe (2014); Infrações: Ibama (2014); e. Crédito: Bacen (2014). Elaboradas pelo autor.

A Tabela 11 permite verificar, ainda, que em ambos os períodos analisados houve aumento significativo do crédito rural contraído pelos agropecuaristas, sendo que entre 2008 e 2012, isso ocorreu em 97% dos municípios prioritários, nos quais 60% foram da classe “aumento forte”.

Tabela 11 – Classificação da evolução do crédito rural nos municípios prioritários para controle do desmatamento

Evolução do crédito rural	Período 2004-2008		Período 2008-2012	
	número de municípios	%	número de municípios	%
Redução forte	4	8	1	2
Redução moderada	7	13	-	-
Estabilidade	22	42	1	2
Aumento moderado	11	21	19	37
Aumento forte	8	15	31	60
Total de municípios	52		52	

Fonte: Resultado da pesquisa

A evolução do desmatamento nos municípios prioritários foi analisada em três períodos: 2004 a 2006, maior parte da primeira fase do PPCDAm, quando houve redução significativa do desmatamento em toda a Amazônia; 2007 a 2008, quando se verificou um crescimento no desmatamento regional; e de 2009 a 2012, já na segunda fase do PPCDAm (CASA CIVIL, 2009).

Como pode ser verificado na Tabela 12, o maior impacto do PPCDAm nesses 52 municípios foi no período 2004 a 2006, quando 83% apresentaram redução no desmatamento, sendo 58% “forte” e apenas 8% registraram crescimento. Nos demais períodos, 65% (2007 a 2008) e 73% (2009 a 2012), esses municípios reduziram ou mantiveram estáveis a taxa de desmatamento.

O aumento do desmatamento foi pouco significativo no período de 2004 a 2007. Nos período seguintes, o que registrou maiores índices foi o de 2007 a 2008, quando 31% dos municípios apresentaram crescimento, sendo 19% na classe “forte”.

Tabela 12 – Classificação da evolução do desmatamento nos municípios prioritários para controle do desmatamento

Evolução do Desmatamento	Período 2004-2006		Período 2007-2008		Período 2009-2012	
	número de municípios	%	número de municípios	%	número de municípios	%
Redução forte	30	58	9	17	9	17
Redução moderada	13	25	13	25	11	21
Estabilidade	5	10	12	23	18	35
Aumento moderado	3	6	8	15	10	19
Aumento forte	1	2	10	19	4	8
Total de municípios	52				52	

Fonte: Resultado da pesquisa

Figura 47 – Análise comparada da evolução anual do crédito total destinado à agropecuária, desmatamento na Amazônia Legal e o número de autos de infração por danos à flora aplicados pelo Ibama

Fontes: Bacen (2014), Inpe (2014) e Ibama (2014). Elaborada pelo autor.

Figura 48 – Análise comparada da evolução anual do crédito destinado à agropecuária na modalidade investimento, desmatamento na Amazônia Legal e o número de autos de infração por danos à flora aplicados pelo Ibama

Fontes: Bacen (2014), Inpe (2014) e Ibama (2014). Elaborada pelo autor.

6. VISÃO DOS ATORES LOCAIS SOBRE AS AÇÕES DE CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA NA DÉCADA DE 2000

No período de 16 a 28 de agosto de 2015 o autor realizou viagem ao longo da BR-163, partindo de Cuiabá, Estado de Mato Grosso e concluindo em Itaituba, no Estado do Pará.

O objetivo da viagem foi o de coletar as opiniões e avaliações de lideranças locais sobre o processo de controle do desmatamento implementado pelo governo federal por meio do PPCDAm.

Ao longo da viagem foram contatadas e entrevistadas 38 pessoas que exerceram, durante a década de 2000, papel de liderança junto às atividades agropecuária, madeireira e política na região, sendo: oito em Cuiabá/MT, seis em Sinop/MT, seis em Alta Floresta/MT, uma em Paranaíta/MT, uma em Guarantã do Norte/MT, cinco em Cachoeira da Serra/PA, seis em Novo Progresso/PA, cinco em Itaituba/PA. Além dessas realizadas *in loco*, foi entrevistado um pecuarista de Diamantino/MT, durante passagem por São Paulo em julho de 2015.

As entrevistas foram gravadas em formato digital e depois transcritas. A escolha dos informantes foi orientada a fim de identificar pessoas com as características de informantes-chave, ou seja, que conheceram ou vivenciaram os acontecimentos decorrentes das ações empreendidas pelo PPCDAm. Para tanto, foi realizada uma primeira identificação de informantes-chave a partir da leitura de um número expressivo de matérias sobre desmatamento na Amazônia, veiculadas em três jornais de circulação nacional: O Globo, O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo; e jornais líderes em número de leitores nos Estados do Pará: O Liberal; e Mato Grosso: A Gazeta de Mato Grosso e O Diário de Cuiabá. Com base na leitura atenta de inúmeras matérias, foram identificados nomes de lideranças locais que foram acionadas por jornalistas e repórteres dos citados periódicos, como fontes para comentarem fatos tratados nas reportagens.

Com base nesse trabalho prévio foi composta uma lista preliminar de 12 nomes, que foram contatados por telefone e assim agendadas as entrevistas. A partir das entrevistas e do contato realizado em campo, os primeiros informantes passaram a

sugerir nomes de outras lideranças a serem contatadas, o que permitiu concluir essa fase dos trabalhos com 39 entrevistas (Apêndice F).

Considerando o fato do pesquisador ter tido atuação relevante no processo de intervenção federal na região, o que foi lembrado por alguns dos entrevistados, procurou-se seguir as propostas de Pereira (2012, p. 24) no sentido de adotar uma conduta ética que incluísse "desnaturalizar" as eventuais relações estabelecidas anteriormente; esclarecer que se tratava de um projeto de pesquisa sem qualquer objetivo de intervenção; e adotar uma postura por parte do observante que evitasse influir no discurso do entrevistado.

O modelo escolhido foi o de entrevista semiestruturada, que combina perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. Como orienta Quaresma (2005), foi previamente definido um conjunto de questões e as entrevistas foram conduzidas em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador ficou atento para fazer perguntas adicionais a fim de elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, favorecendo respostas espontâneas e a abordagem de assuntos mais complexos e delicados.

As entrevistas foram organizadas a partir de um questionário composto por 24 questões, conforme pode ser visto no Apêndice G, e duraram em média 40 minutos. A sequência das perguntas foi definida com o intuito de estimular o entrevistado a discorrer inicialmente sobre a sua origem e decisão de mudança para a Amazônia, visto que a grande maioria das lideranças entrevistadas são imigrantes, notadamente de origem na região Sul do país. O intuito de estimular uma reflexão sobre a origem e as condições de chegada na região foi o de estabelecer um ambiente mais informal com o entrevistador, pois se tratavam de assuntos pessoais muito valorizadas pelos entrevistados.

A partir desse primeiro momento, buscou-se identificar o grau de conhecimento sobre algumas instituições públicas atuantes na região, suas funções e competências institucionais, bem como a avaliação que possuem das mesmas. Também buscou-se identificar o grau de conhecimento e a avaliação de organizações não governamentais.

Em uma terceira etapa, os entrevistados foram estimulados a discorrer sobre os fatores responsáveis pelo incremento do desmatamento na Amazônia, notadamente nos períodos que antecederam os anos de 1995 e 2004, quando o Inpe registrou os

dois recordes históricos nas taxas de desflorestamento, bem como os que levaram à sua redução a partir de 2005.

As entrevistas foram concluídas com perguntas sobre o grau de conhecimento dos ministros que estiveram à frente do MMA nos anos da década de 2000 e sobre as visões dos entrevistados a respeito das ações e iniciativas implantadas na região no passado, seus efeitos e consequências, e o as expectativas em relação ao futuro.

A fim de preservar o anonimato, garantido aos informantes-chave no início das entrevistas, seguiu-se as orientações de Gibbs (2009), retirando-se dos depoimentos, que serão apresentados nessa tese, as referências que pudessem identificar os entrevistados, tendo sido mantido, em arquivo separado, todas as entrevistas gravadas e suas correspondentes transcrições com a identificação completa dos participantes.

Com o intuito de tornar as transcrições organizadas e mais adequadas à leitura e interpretação, foram feitas correções gramaticais, visto que “a fala contínua muito raramente vem na forma de sentenças bem construídas [...] as pessoas interrompem uma linha de pensamento no meio da frase e muitas vezes a retomam sem seguir as regras gramaticais usadas na escrita” (GIBBS, 2009).

6.1 Caracterização do grupo de entrevistados

Como já foi explicitado anteriormente, foram contatadas e entrevistadas 39 pessoas consideradas relevantes para a pesquisa, por possuírem as características de informantes-chave. Destes, 15 possuíam formação superior, sendo três em agronomia, dois em administração de empresas, dois em direito e um para cada uma das seguintes áreas: zootecnia, odontologia, engenharia elétrica, engenharia ambiental e sanitária, pedagogia, engenharia florestal, geografia e biologia.

Com exceção de quatro entrevistados que nasceram na região, um no Pará e três no Mato Grosso, 28 imigraram de outros estados do país, sendo oito do Paraná, sete de São Paulo, três de Minas Gerais, três do Mato Grosso do Sul, dois Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão e Santa Catarina. Seis não informaram o local de nascimento e um havia nascido na França.

Quanto à idade, exceto por um que tinha 27 anos, todos os entrevistados tinham idade superior a 30 anos, distribuídos nas seguintes faixas etárias: seis entre 30

e 39, nove entre 40 e 49, nove entre 50 e 59 e sete entre 60 e 70. Sendo que sete não informaram a idade. Apenas dois estavam na região há menos de dez anos, período de interesse da presente pesquisa. Todos os demais lá estavam há mais de uma década, sendo a maioria, 26 pessoas, em período superior a 30 anos.

Quanto à atividade econômica, 12 atuavam na agropecuária; três exclusivamente na agricultura; cinco exclusivamente na pecuária; três na extração e comercialização de madeira; três no garimpo; e dois no comércio. Os demais entrevistados exerciam as seguintes funções: professor universitário; pesquisador da Embrapa; presidente e diretor da Empaer; promotor público; três funcionários do ICV; advogado e secretários do meio ambiente de Itaituba e Novo Progresso.

O grupo formado pelos informantes-chave apresentou alta relevância para os objetivos da pesquisa, pois, além de estarem diretamente envolvidos em atividades econômicas de grande interesse para análise das alterações ocorridas na região, a maioria ocupava ou havia ocupado cargos de representação importantes. Três haviam sido prefeitos (Itaituba, Novo Progresso e Alta Floresta); um exercia o cargo de vice-prefeito de Garantã do Norte; 14 eram presidentes de sindicatos e associações de produtores rurais, madeireiros e garimpeiros; e 11 exerciam cargo em instituições públicas federal, estaduais e municipais, incluindo dois secretários de meio ambiente.

Nas posições de representação ou exercendo cargos públicos, os informantes-chave não apenas tinham informações relevantes devido a atuação profissional direta, como mantinham contato com um amplo número de pessoas, sendo, portanto, conhecedores privilegiados da visão de seus representados ou de produtores por eles atendidos em programas de extensão rural e orientação técnica.

6.2 Análise dos resultados das entrevistas

6.2.1 Sobre o Inpe

Na primeira parte das entrevistas, buscou-se identificar o grau de conhecimento e a avaliação dos informantes-chave, a respeito dos principais órgãos do governo federal atuantes na região.

O primeiro órgão público abordado foi o Inpe, que relevou ser conhecido por 32 dos 35 entrevistados que responderam a essa questão. Desses, 19 conheciam em detalhes as atividades desenvolvidas pelo Instituto: "É um Instituto que tem uma

importância grande devido as informações que consegue trazer pra a gente, com mapas e tudo o mais.” (Conservacionista em MT). “Conheço o Inpe e até usei bastante material deles [...] para o planejamento das vicinais.” (Agricultor no PA). “O Inpe a gente usa bastante. É um Instituto que consegue ver as coisas lá de cima e que ajuda bastante a gente nesse sentido.” (Funcionário Público em MT) “O Inpe presta um serviço de informação de meio ambiente, tempo, estudos e pesquisas.” (Pecuarista em MT). “É um órgão que tem feito muitas pesquisas, especialmente combate a incêndio e coisa do gênero, boa credibilidade e boa repercussão.” (Pecuarista em MT)

Dos entrevistados que afirmaram conhecer bem as atribuições e ações do Inpe, 19 possuíam uma avaliação muito positiva ou positiva sobre a sua atuação. Para a grande maioria ele possui alta credibilidade e consideram que as informações por ele produzidas são relevantes. “O Inpe é uma referência importante, uma bela referência na história do monitoramento. Minha opinião é a melhor possível.” (Funcionário Público em MT)

Entretanto, mesmo reconhecendo a importância do Inpe, alguns fizeram ressalvas severas ao afirmarem que há distorções em alguns dados divulgados pelo Instituto. “Eles divulgam muitos dados com interesses que não são reais.” (Pecuarista em MT).

O Inpe é uma instituição séria que a gente vê, tá aí a serviço do Brasil [...] com certeza, mas na hora parece que produz aquilo que se quer falar [...] eu fui uma vez e contestei um valor de desmatamento que não existia, nem de longe [passava] por perto aquilo que estava sendo anunciado. (Agropecuária no PA)

A gente aqui pôde verificar que muitas coisas daquelas não eram queimadas e acabavam sendo jogadas na mídia como queimada. E a gente que estava aqui sempre sofreu muito com isso. Na época do passado principalmente que teve um período [em] que o setor de base florestal foi muito perseguido pelo desmatamento, quando na verdade o setor de base florestal precisa da floresta em pé para manter a sua atividade, ele é ao contrário, a gente não é a favor do desmatamento. A gente é a favor do manejo sustentável. (Madeireiro em MT)

Além do questionamento dos dados apresentados, há repetidas reclamações de entrevistados sobre o fato de não ser separado o desmatamento autorizado (legal), do ilegal.

Eu acho que é o instituto hoje que tem a maior credibilidade, embora, de acordo com alguns levantamentos que se tem no Estado, na minha visão particular, não acredito que os dados levantados de desmatamento sejam todos eles efetivamente desmatamento. E a preocupação que eu tenho levado ao governo do nosso Estado é também que a gente pudesse ter [...] levantado anualmente o que [...] é efetivamente legal e o que é ilegal. Muitas vezes nós temos um dado de desmatamento que efetivamente não

corresponde ao desmatamento ilegal que nós ajudamos combater. Mas, eu considero hoje o órgão com grande credibilidade. (Madeireiro em MT)

Houve, ainda, um questionamento importante a respeito da independência do órgão em relação a posições políticas do governo federal que levaram a recentes postergações no anúncio de dados que estavam prontos, mas apresentavam aumento no desmatamento. Também foi lembrada a restrição, a partir de 2012, do acesso público aos dados de desmatamento em tempo real produzidos pelo sistema Deter.

O Inpe é uma instituição com uma contribuição fundamental pra questão da Amazônia. Está faltando um pouco de transparência mais recentemente, o que é uma pena porque ele poderia ter mais independência do governo do que ela tem hoje mas, de forma geral, é uma avaliação bem positiva. (Conservacionista em MT)

6.2.2 Sobre o Ibama

Na sequência das entrevistas, foi perguntado aos participantes se conheciam e como avaliavam o Ibama. Todos os 35 entrevistados que responderam a essa questão afirmaram que conheciam o órgão, sendo que 31 deles declararam conhecer de forma aprofundada.

As atribuições de fiscalização do Ibama são claras para todos que responderam as perguntas sobre o órgão. Para a maioria, o trabalho é realizado com competência, mesmo que discordem da forma com que, na opinião de muitos, o Instituto age. “O Ibama é um órgão que tem o papel dele e diminuiu bastante o desmatamento graças ao seu trabalho.” (Advogado no PA). “Eu acho que eles até tem um trabalho no Brasil, hoje, até muito ativo. Estão vestindo bem a camisa porque eles chegam com tudo. Chegam com metralhadora. Chegam armados.” (Agropecuarista em MT). “O Ibama continua tendo um papel de guardião em termos de fiscalização ambiental principalmente.” (Conservacionista em MT) “Eu acho que ele tem feito o trabalho dele, tem batido bastante.” (Empresário no PA). “O Ibama está bem atuante ultimamente na região. Temos muitos problemas de derrubada ilegal, então eles têm que fazer o papel deles e eles estão aqui na cidade fazendo.” (Funcionário Público no PA).

Acho que vai ser difícil encontrar um cidadão que não saiba sobre o Ibama ou que não tenha escutado falar sobre ele. A minha impressão pessoal é de muito respeito no sentido da importância e do desafio que eles enfrentam para exercer seu ofício no Mato Grosso. Deve ser um trabalho muito desafiador. (Funcionário Público em MT)

O Ibama é forte, sempre foi forte. Aqui na [BR] 163 da divisa [do Pará com Mato Grosso] até Itaituba a atuação dele é muito forte. Força as vezes desnecessária, meio que desproporcional, em alguns casos. Por exemplo, um pequeno produtor que tá lá no assentamento, as vezes recebe a mesma medida [punitiva] de numa propriedade que tá desmatando aí 1.000 hectares ou 2.000 hectares. (Empresário no PA)

Eu não concordo com as ações do Ibama. Ele precisa existir sim, mas ele é um órgão muito repressor e eu não concordo com as atitudes dele, porque eles se acham acima da lei e eu não acho que eles estejam acima da lei, porque a lei é pra ser cumprida é lógico, mas você tem que saber como chegar, porque todos nós temos os nossos direitos e os nossos deveres, mas eles não agem, na minha concepção, da forma correta. Eles reprimem o tempo inteiro [...]. (Pecuarista no PA)

Acho que a violência só vai gerar violência, então a questão de queimar [equipamentos apreendidos], isso aí não é legal e acho que o Ibama tinha que ter um pouco mais de poder de doar lá no campo mesmo. Pegou, prendeu, doa pra a prefeitura com a condição de a prefeitura usar e não mais vender, usar mesmo pra fins específicos e daí compensa um pouco essa falta de estrutura das cidades da Amazônia. Agora pouco mesmo foram presos 3.000 [metros] cúbicos de tora, dava pra comprar pelo menos umas três ambulâncias, que resolvia o problema de milhares de pessoas. (Comerciante em MT)

Muitas ressalvas em relação ao Ibama decorrem do fato do órgão estar focado quase que exclusivamente na fiscalização e, por consequência, derivam também da falta de iniciativas do órgão para agilizar os licenciamentos de derrubadas e manejo florestal para os que teriam o direito legal de fazê-los. Na opinião de muitos entrevistados, essa questão leva a um acirramento das relações com os produtores rurais, madeireiros e garimpeiros que, mesmo que queiram, não conseguem agir de forma legal. “Você precisa de uma licença ambiental, você não consegue licença ambiental. Você quer fazer um projeto de manejo e você não consegue fazer um projeto de manejo.” (Agropecuária no PA). “O governo pôs o pessoal aqui e não deu segurança jurídica, não falou o que pode e o que não pode.” (Agricultor no PA)

O que acontece, aqui é que não licencia. O Estado não licencia e o Ibama muito menos. Aí eu continuo trabalhando e, que pra quem é bandido é bom, não deve satisfação a ninguém, faz a desgraça lá e não vai responder pelo crime. Se eu não tenho documento nenhum, tenho requerimento no DNPM, pego um quilo de ouro, dá cento e poucos mil, eu ponho ele no bolso da camisa. São uns troço que não entra na minha. Eu continuo insistindo: me responsabilize. (Garimpeiro no PA)

Aqui não tem ninguém mal intencionado, que veio pra cá pra ser bandido, tanto é que os incidentes são raríssimos assim. Acontece que a gente tá com o intuito de ser legal e não consegue ser legal. (Agropecuária no PA).

O DNPM autoriza, te dá a aptidão pra fazer o licenciamento, ou seja após fazer o estudo interno da área ele te torna apto. [...] Aí o DNPM diz: você tá apto a pegar o título de lavra, depende só de fazer a parte ambiental. Aí

você esbarra nesse sistema burocrático que não consegue avançar de jeito nenhum. Então, o nosso problema com o Ibama, que não chega a ser um problema, é que a gente precisa que ele cumpra o seu papel, o de licenciador. Se ele por um motivo ou outro não tiver interesse de legalizar as atividades dentro da unidade de conservação, ele tem que passar a bola pra outro, porque senão vai continuar essa briga. Quem está perdendo? É a natureza, porque o garimpo continua ilegal. E se você me tornar legal, automaticamente eu assumo a responsabilidade da degradação ambiental. E hoje quem é o responsável? Não tem responsável. (Garimpeiro no PA)

Foi possível verificar, também, que muitas críticas ao Ibama advêm da cobrança de responsabilidades que não são de sua competência institucional, como a regularização fundiária e a emissão de licença para queima controlada em pequenas propriedades rurais. Como o Instituto, com base no poder concorrente entre os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente, autua as atividades não licenciadas, mesmo que a atribuição de conceder a licença seja de instituições estaduais e municipais, a reclamação acaba recaindo sobre o órgão federal.

O Ibama é um órgão, no meu ponto de vista é assim, ele tá aí com a missão de fiscalizar, a gente tem interesse em que haja fiscalização, não somos contra à fiscalização. Agora, o que tá errado entre esse processo do Ibama, é porque o governo prometeu legalizar e vir corrigir o que tá errado, mas ele nunca veio com a legalização, só veio com o Ibama. Quer dizer, o Ibama tem helicóptero, tem carro, tem veículo, tem dinheiro, tem diária, tem um monte de coisa. Para o homem que licencia que faz as coisas não tem nada, então ele não consegue. Então a nossa reclamação é que eu quero ser legal e não posso ser legal, essa é a grande dificuldade nossa. (Agropecuário no PA)

O agricultor não gosta do Ibama, porque quê ele age de certa forma irregular como consequência da lei que leva ele às vezes a praticar a queima de pequenas roça sem a licença ambiental, porque hoje aqui no município de Itaituba pra pegar licença ambiental é uma burocracia imensa. O agricultor vai e pede a licença, aí eles precisam ir lá, *in loco*, ver como é que é, o tamanho realmente da área e tudo pra poder liberar a licença. É onde muitas vezes eles não vão. Teve agricultor que chegou aqui e falou: olha, eu passei cinco meses esperando, disseram que iam lá ver a propriedade pra poder autorizar a licença, e não foram. Ele veio e não foram de novo. Então assim, às vezes, o agricultor acaba perdendo a paciência, até porque também ele tem o tempo da queima, de fazer a sua roça, controlada, é claro, mas, às vezes, por conta dessa demora na documentação, ele faz e o Ibama vai e multa. (Agricultor no PA)

Outro aspecto levantado diz respeito às restrições previstas em lei, que são contestadas pelos produtores, mas são exigidas pelo Ibama. Nesses casos há uma reivindicação de que o órgão não exija que se cumpra determinados dispositivos legais, como se essa fosse uma opção viável para uma instituição pública.

Nós vivemos hoje no lusco-fusco. Nós estivemos com cara do Ibama essa semana, porque eu tenho a licença de limpeza de pasto, mas só posso usar trator de pneu. Aí o cara do Ibama, muito educado, falou assim: eu sei que você não vai lá com a picareta pra arrancar o toco, também eu sei que plantar tem que arrancar o toco. A lei tá errada mas eu não posso fazer

nada, eu tenho que fazer valer a lei. Se eu for lá na tua propriedade e você tá usando uma esteira, que você tem que usar esteira, eu sou obrigado a apreender, te multar porque a lei não permite que você faça isso. Então é assim, o governo não sentou com nós. Nas famosas audiências que eu participei, foram três, me arrependi de ter ido, porque o que nós falamos na audiência pública não fez nada, infelizmente. (Agricultor no PA)

Ainda tem uma outra coisa que o Ibama faz que eu acho que é pra barrar: você faz um projeto de manejo e é obrigado em seis meses a tirar toda a madeira que tá no inventário. Eu acho um grande erro, um grande erro porque você tá tirando do cidadão o direito de ele preservar aquelas espécies que não tem comércio, não é viável tirar, eu deixo ele lá produzindo semente, eu não estou mexendo no meio ambiente e nem nada. Não, eu sou obrigado a tirar por força de uma lei que não tem sentido. (Agropecuário no PA)

6.2.3 Sobre o ICMBio

Quanto ao ICMBio, dos 30 entrevistados que responderam, quatro não conheciam, cinco conheciam muito pouco e 21 demonstraram conhecer com clareza as atribuições do órgão. A avaliação do desempenho do Instituto foi significativamente baixa, com apenas quatro entrevistados com uma visão positiva. “O ICMBio [...] é só pra as reserva, é um órgão que fiscaliza exclusivamente as reserva da região.” (Agricultor no PA). “O ICMBio é mais recente [que o Ibama] e ainda não encontrou definitivamente o seu norte.” (Pecuarista em MT). “Tenho uma visão de um órgão que tá muito distante de conseguir cumprir seu papel. As unidades que eu conheço não estão conseguindo ser implementadas, falta total de recursos.” (Conservacionista em MT). “É muito novo e sem ideias claras do que seria. Acho meio perdido.” (Comerciante em MT). “ICMBio a gente vê eles uma, duas vezes ao ano por aqui [...]. A unidade de conservação foi criada mas nunca foi implantada, foi criada no papel.” (Advogado no PA)

ICMBio é o que cuida das unidade de conservação. Nós aqui temos sete no nosso entorno e ele é muito pouco eficiente. As unidades estão aí mal zeladas, abandonas, os conselhos que deveriam estar funcionando junto com a sociedade não estão funcionando. O ICMBio tá longe de cumprir a missão dele. (Empresário no PA)

Eu não sei se é por falta de estrutura ou falta de experiência, enfim eu sei que quem acaba criando as operações de proteção à floresta pública que seria da gestão do Chico Mendes [ICMBio] é o Ibama. Pelo menos aqui na região é o que acontece, o Chico Mendes a gente vê esporadicamente. (Madeireiro no PA)

6.2.4 Sobre o SBF

Na sequência, foi abordado o grau de conhecimento e a avaliação dos participantes a cerca do Serviço Florestal Brasileiro – SFB. Dos 30 entrevistados que responderam essa questão, nove nunca tinham ouvido falar a respeito do órgão; oito sabiam de sua existência, mas não souberam descrever as suas funções; e, apenas 13 tinham alguma informação e opinião sobre suas atividades. "Não, não tenho nenhuma informação" (Advogado em MT). "Eles estiveram uma vez aqui em 2013, pra lançar o edital da Flona de Altamira e não vi mais eles." (Advogado no PA).

Mesmo reconhecendo a importância da existência de um órgão público voltado ao estímulo da exploração florestal na região, todas as avaliações a respeito do funcionamento do SFB foram negativas, principalmente, devido a sua incapacidade de implementar as ações anunciadas quando foi criado em 2006.

O SFB está ausente aqui há muito tempo. No início eles tentaram viabilizar a [exploração da] floresta [Flona] do Jamanxim, mas pelo fato de ela ter litígio, ter ocupação que não foi observada na época da criação, acabou se descredenciando que poderia sair a concessão florestal. Nós não acreditamos que saia concessão florestal no Jamanxim. Havia a impressão que Novo Progresso se estabilizaria como um polo madeireiro, inclusive foi a própria intenção do governo federal instalar aqui um distrito florestal sustentável que nunca saiu do papel. (Madeireiro no PA)

O SFB é muito ausente, muito inoperante, você não acha resposta pra nada, sem estrutura. Uma coisa que foi criada como alternativa pra todos os dois lados e que não teve continuidade. Acho que 95 a 99% das pessoas nem sabe o que quê é isso. Eu falo com convicção que 98% para não falar 100% aqui da divisa do Estado de Mato Grosso até chegar lá no quilometro 30 na Transamazônica, não sabe o que é um Distrito Florestal. Eu quero incluir nesse percentual os políticos, prefeitos, vereadores, que se você perguntar pra eles o que é o Distrito Florestal da BR-163, ninguém sabe. Se você perguntar o que é o Serviço Florestal Brasileiro menos ainda. Quer dizer, uma coisa que não saiu do embrião ainda, ficou muito na casca. (Comerciante em MT)

O SFB eu conheço. Eu acho que é um serviço que evoluiu, mas que ainda tem muita coisa a ser feita através do Serviço Florestal Brasileiro, principalmente no sentido de fomento da atividade florestal, que é uma das finalidades dele. Exatamente, fomento e pesquisa. A nossa região é carente de pesquisas, nós deixamos hoje de poder valorizar o nosso ativo florestal, porque a gente não tem dados [...] e, enquanto nós não mensuramos o nosso ativo, a gente não tem como [...] trabalhar essa grande riqueza que a gente tem. (Madeireiro em MT)

Nós temos a riqueza hoje e o Serviço Florestal Brasileiro deveria ser o responsável por valorar essa riqueza. Nós temos crédito de carbono, nós temos o manejo florestal, que gera uma riqueza imensa, nós temos essa riqueza florestal e biodiversidade muito grande [...]. Eu acho que tem uma atribuição que ele [SFB] não está fazendo, que é justamente essa de poder

promover e mostrar essa riqueza e organizá-la de maneira com que o setor fique produtivo. (Madeireiro em MT)

O que estava proposto para as unidade de conservação, as concessões, muito pouco andou, atropelou nas próprias pernas. O próprio Ministério Público às vezes impediu ele de fazer alguma coisa devido ao marco legal, questões de legalidade. O SFB é o maior culpado hoje de nós não termos vários planos de manejo aqui na região. As áreas aptas para o manejo ele adjudicou, pegou, quer dizer, passou a cuidar daquilo e não fez uma coisa e nem outra. Já vai fazer oito anos que foi criado o SFB e até agora aqui na nossa região não tem uma unidade que está sendo explorada. (Empresário no PA)

6.2.5 Sobre as ONGs

Finalmente, foi abordado junto aos informantes-chave o conhecimento a cerca das organizações não governamentais (ONGs) com atuação na região. A mais conhecida é o Imazon, organização com sede em Belém que desenvolve estudos sobre desmatamento e faz análises de dados econômicos na Amazônia, na sua maioria voltados ao setor madeireiro. Além disso, essa ONG possui um sistema próprio de detecção de alertas de desmatamento e degradação florestal denominado SAD.

No total, 33 entrevistados responderam questões envolvendo o trabalho de ONGs na região. O Imazon foi lembrado por 27 participantes, dos quais 16 têm conhecimento detalhado. Dos que conhecem, nove avaliam positivamente o trabalho desenvolvido pela organização. “O Imazon é uma ONG, com alguns trabalhos em recuperação de pastagem e tentativa de entender um pouco disso que tá acontecendo na Amazônia. Tem credibilidade.” (Funcionário Público em MT) “O Imazon conheço, vejo eles como pessoal sério, embora meio distante da realidade.” (Garimpeiro no PA). “Imazon faz um monitoramento em tempo real. (Pecuarista em MT). “O Imazon nós utilizamos como referência aqui. O Imazon tem uma grande respeitabilidade, eu gosto muito dele.” (Advogado em MT)

O Imazon tem um papel na Amazônia como um todo, uma segunda opinião, uma fonte de informação independente sobre os números do desmatamento, um papel na sociedade que é fundamental. (Conservacionista em MT)

Outro aspecto avaliado como positivo no trabalho do Imazon é o apoio de capacitação e apoio técnico prestado às secretarias municipais em capacitação.

O Imazon é um parceiro grande nosso no PMV – Programa Municípios Verdes. Ele é mais regionalizado digamos assim, e é focado na região Amazônica. E todo esse avanço que nós temos tido, não só Itaituba, como também outros municípios que já são verdes, digamos assim, que

controlaram desmatamento, fizeram CAR e tudo, só foi possível com as ferramentas e as estratégias que eles fizeram e fazem até hoje. (Funcionário Público no PA)

A gente é parceiro do Imazon. Utilizamos os alertas de desmatamento que eles emitem. Temos agora uma parceria com o Terras, que é uma empresa que nasceu dentro do Imazon de monitoramento da pecuária. (Conservacionista em MT)

Eles [equipe do Imazon] estão numa parceria com a Secretaria de Meio Ambiente que o Estado e o Município para a implantação de um sistema de gerenciamento e licenciamento ambiental municipal. (Advogado no PA)

Imazon dá um suporte bacana pra a Secretaria [Municipal de Meio Ambiente]. Nós estamos habilitados desde o final de 2013 pra fazer licenciamento e eles fazem capacitação dos nossos funcionários. (Funcionário Público no PA)

As avaliações negativas sobre o Imazon geralmente são genéricas e decorrem do questionamento de dados que, para alguns, são manipulados para gerar interesse da mídia e do impacto das informações disponibilizadas pela ONG, sobre a cobertura jornalística e o aumento da fiscalização na região.

No Mato Grosso, toda vez que o Imazon divulgou alguma informação, foi inflada pra criar polêmica porque eles vivem de polêmica, eles vivem de marketing, dessa mídia positiva que faz deles e aí jogam números expressivos pra poder cair na mídia. (Agropecuária no PA)

Eles vivem produzindo dados inverídicos a respeito da região. Não produz um dado verídico, só dados que tem o poder de ir pra a mídia e vai lá pra a mídia falar aquilo que não é verdade. [...] Que há desmatamento há, não vou negar esse fato, mas se há desmatamento ainda irregular é exatamente por culpa do governo. (Madeireiro em MT)

O Imazon já esteve aqui, nos procurou através do sindicato. Mas eu diria que a grosso modo costumam colocar como desmatamento a reforma de pasto, quebra de juquirá, qualquer alteração da floresta mesmo que não seja desmatamento. Os dados do Imazon, digamos assim, não condizem com a total realidade. Então a forma que coloca em algumas reportagens, aumenta o índice de desmatamento na região, e por consequente reforço da fiscalização. São dados que teriam que ser questionados. (Madeireiro no PA)

Foram, ainda, mencionadas outras ONGs com trabalhos na região. A segunda mais lembrada foi o ICV, com 16 menções, principalmente de informantes-chave em Cuiabá e Alta Floresta, onde a organização é muito atuante. As outras citadas foram: TNC, com sete menções; Ipam, com seis; ISA, com cinco; WWF, com quatro; Greenpeace, com três; e IOV e Flora Nativa, com uma citação cada.

6.2.6 Sobre as causas do aumento do desmatamento e dos picos de 1995 e 2004

A questão sobre os fatores que os entrevistados consideravam responsáveis pelo aumento do desmatamento na Amazônia ao longo da década de 1990 e do início dos anos 2000, foi respondida por 36 participantes.

Em linhas gerais, a maioria identifica dois momentos na expansão do desmatamento. No primeiro momento, que compreende o período anterior ao pico de 1995, o aumento das derrubadas é atribuído basicamente ao estímulo direto do governo e da própria legislação que exigia a remoção das florestas para garantir os direitos de posse, além da oferta de terras baratas. Todos os entrevistados que responderam a essa pergunta ressaltaram que vieram para a região desempenhar um papel, que era exigido pelo governo federal e que o desmatamento era obrigatório e uma condição para que recebessem o título de propriedade.

Quando nós viemos pra cá, a gente tinha como regra e isso até hoje é religião pra nós, o Incra dizia assim: abre a tua propriedade e eu venho aqui e vou titular o dobro do que você tem. A gente sabia que 50% tinha que preservar, todo mundo, ninguém pode dizer que não sabe disso, isso tá encravado na consciência das pessoas. Agora, os 50% ele precisa trabalhar, ele precisa comer, ele não pode viver sem trabalhar (Agropecuarista no PA)

O governo federal que trouxe todo mundo, essa história vocês já estão cansados de ouvir, que foi o governo federal que nos trouxe pra cá, todos nós pra abrir essa Amazônia, tanto é que na época tinha que abrir 50%. Vocês sabem disso, conhece a história, conhece as leis, tinha que derrubar 50%. (Comerciante em MT)

A prática de quem [está] aqui na Amazônia, na verdade foi uma indução do poder público, foi um incentivo, foi induzido por várias políticas públicas oficiais. Integrar pra não entregar era uma delas. Plante que o João garante era outra [...]. (Pecuarista em MT)

O Mato Grosso era um estado novo, novo que foi ocupado mediante ações de planejamento do governo, então as pessoas foram colocadas aqui na década de 70, foram abertas as principais rodovias do estado e começaram a trazer populações do Sul e Sudeste pra ocupar essas regiões, desafogando conflitos lá do sul. Se a gente olha as imagens [de satélite] do final da década de 70 até meados da década de 80, o Mato Grosso está praticamente intacto. Com a abertura das estradas e o assentamento dessas populações, essas pessoas vieram motivadas a converter, isso era uma regra. E aí você tem o primeiro *boom* do desmatamento. (Funcionário Público em MT)

Vários entrevistados afirmaram que, mais do que um incentivo do Estado, atenderam a um chamado para desempenharem o papel de desbravadores a serviço do

desenvolvimento e da integração da Amazônia ao resto do país. Nesse sentido, muitos se sentem injustiçados pelo que consideram uma mudança repentina da posição do governo, que os passou a tratar como desmatadores, que agiam de forma ilegal. “A gente era agente de expansão de fronteira agrícola, estava trazendo divisas [...], na verdade a gente estava fazendo o que se propôs a fazer [...]” (Pecuarista em MT).

Quando eu vim para a região, estavam incentivando desmatar para poder produzir, porque aqui precisava ter gente com coragem pra desmatar. Eu mesmo não produzo no mato, eu tenho que produzir na terra, na terra desmatada, então é por isso que a gente veio e desmatou. (Agropecuarista em MT)

Eu tive a oportunidade de ir andando em Mato Grosso nos últimos cinco anos, [...] as pessoas têm o sentimento de que vieram pra essa região, deram a vida, tiveram malária, viram pessoas morrerem, viram a abdicação completa do que foi prometido do integrar para não entregar e as coisas começam a mudar com uma canetada de um cara que não tem a menor noção agrícola ou pecuária sentado numa cadeira bacana em Brasília. Então, pra quem tá aqui é um sentimento muito forte e um sentimento de difícil entendimento, porque é muito fácil estar sentado numa cadeira, metido num terno em Brasília e dizer pra você agora: Olha, mudou a regra do jogo, faz tudo diferente de hoje em diante porque nós decidimos que vai ser assim. (Funcionário Público em MT)

A oferta de terras abundantes e baratas foi citada por 10 entrevistados, como um dos fatores importantes para o processo de imigração para a região e a adoção de um modelo de ocupação baseados na expansão constante da fronteira, sem preocupação com as práticas agrícolas necessárias a manter a produtividade da terra. Nesse contexto, foi ressaltada a atuação de especuladores imobiliários na aceleração do desmatamento.

Pessoas do Sul que tinham uma propriedade pequena, enxergaram aqui uma possibilidade de ter uma propriedade maior pra produzir mais para ele e a família. (Empresário no PA)

O que influía mais [no desmatamento] por exemplo, é que era muito mais viável pra o agricultor desmatar, porque a terra fica nova e produz um capim de excelente qualidade nos primeiros anos, do que reparar, recuperar uma área degradada que já foi sugada naquilo que tinha de bom, que eram os nutrientes. Então, por isso que era melhor desmatar do que recuperar. (Agricultor em MT)

[As] pessoas vieram pra cá a procura de terra barata, porque realmente era barata, ela despertou aí esse gigante que foi um atropelamento de uma forma geral que o mato caiu mesmo de forma desordenada. (Garimpeiro no PA)

[...] com um, dois milhões de reais você faz chover num lugar igual a esse aqui [...] a especulação imobiliária ela foi muito forte em função também da [proposta] de pavimentação da BR-163. Então, os caras vinham, derrubavam tudo, vendia e ia embora. Os atores da região não tinham essa percepção. O governo achava que quem financiava todo desmatamento era

o dinheiro do madeireiro e não era, era dinheiro de fora mesmo, dinheiro novo. (Comerciante em MT)

No que diz respeito aos fatores responsáveis pelo desmatamento no período anterior a 1995, há um consenso manifestado pelos entrevistados que o principal foi a pecuária. Para a maioria, o setor madeireiro não promoveu grandes desmatamentos, pois, segundo afirmam, quem trabalha com madeira precisa da floresta, ao passo que a pecuária é o oposto, precisa da área aberta para produzir.

[...] Então, quem veio pra cá e derrubou 50%? Foram os pecuaristas, que eles podiam derrubar 50% só que eles também não se conformavam: como, eu comprei mil alqueires vou derrubar quinhentos e vou deixar esse mato aí pra quem? Porque, todo mundo veio pra cá pra ganhar dinheiro. [...] o grande pecuarista ele não veio aqui pra preservar a árvore, nada disso, o pecuarista veio aqui, saiu lá de São Paulo, pra ganhar dinheiro [...] veio aqui pra desmatar 50% que ele tinha que desmatar, mas ele não se conformava e aí ele foi desmatando mais [...], desmatou 50%, depois ele desmatou mais 10%, mais 20%. [...] O madeireiro nunca chegou numa mata e derrubou a mata, isso aí vocês têm que ter clareza sobre isso. (Comerciante em MT)

A pecuária e a soja andam sozinhas, não dependem de madeira pra nada. Eles nem fazem questão que tenha um madeireiro lá pra identificar e aproveitar a madeira antes da derrubada. (Madeireiro no PA)

Sobre a participação da atividade madeireira no crescimento do desmatamento: eu diria que a atividade madeireira ela foi prejudicada nesse processo, porque o pessoal da madeira depende da floresta em pé. Uma extração digamos não legalizada ela é de baixo impacto, porque tira uma árvore aqui, outra ali e a floresta continua em pé. De certa forma a atividade madeireira foi prejudicada, porque essas áreas foram desmatadas sem o aproveitamento da madeira e a madeira foi pra mais longe, então você tem uma logística e um custo maior de extração. (Madeireiro no PA)

Desde [19]78 a indústria madeireira tá aqui, quando eu cheguei a indústria madeireira já estava, já tinha alguma coisa aqui e ela se propagou numa velocidade muito grande. Chegamos a ter acho que 750 madeireiras aqui, na região aqui de Sinop e nos entornos. Na década de 90 começou a entrar a agricultura. A gente viu que na região do cerrado a agricultura estava indo muito bem e as madeireira começaram um certo declínio, aí começou entrar a agricultura. Então eu acredito que [o aumento do desmatamento] foi o fato da entrada da agricultura na região. (Agropecuário em MT)

Por outro lado, mesmo afirmando que os madeireiros não fizeram as grandes derrubadas, muitos entrevistados descreveram as conexões entre a atividade de extração de madeira e a pecuária.

Na época aqui [décadas de 1970 e 1980] a madeira servia pra custear a atividade. Você vendia as toras para os madeireiros, eles escolhiam o que queriam e aí você ia custeando as novas aberturas de área, a compra de gado e as coisas que precisava. Então a madeira era o capital, e você ia usando porque você precisava sobreviver. Só do gado não dava, então você utilizava as madeiras da propriedade pra vender e poder ir sobrevivendo. Na época perdeu muita madeira, porque as próprias serrarias não tinham interesse em certas madeiras. Como tinha muita abundância eles escolhiam

só as mais bonitas, mais grossa e as mais valiosa e o resto queimava. Passava fogo pra limpeza, as que resistiam ficava, as outras queimavam tudo, então foi perdido muita madeira, dava até dó. (Agropecuarista em MT).

Você explorava a madeira, sobrava uma floresta em pé que não tinha mais madeira comercial, toda aquela derrubada transformada em pasto, porque as pessoas vieram pra cá pra formar essa fazenda e naquele momento eu acho que começou a dar esse *boom* porque foi acabando a madeira aqui na região, foi escasseando. [...] Na época não existiam regras, o desmatamento era 50% permitido, então as pessoas que tinham acabado de tirar a madeira queriam realmente formar fazenda. (Madeireiro em MT)

Finalmente, dois outros fatores foram apresentados pelos entrevistados como causas do aumento do desmatamento na década de 1980 e início de década de 1990: a falta de titulação das terras e a incoerência da legislação de conservação ambiental. Com relação a questão dos títulos, muitos argumentam que, sem eles, o agropecuarista que não possui a propriedade legalizada não é identificável pelo poder público e não tem compromisso com a legalidade.

Eu acho que o governo ajuda muito a ter esse progresso problemático de desmate na região, porque não existe titulação. Se a gente fosse contemplado com títulos, se o cara fosse dono da terra e tivesse ali a porcentagem ou pra reflorestar ou para poder derrubar e se sustentar, resolvia 90% dos problemas de derrubada ilegal no Brasil. Aqui o problema é fundiário. Se titular todo mundo, pronto, acaba a confusão. (Funcionário Público no PA)

O maior culpado dessa situação de desmatamento aqui é o Incra que nunca trabalhou, nunca fez o papel dele, nunca titulou. O dia que tiver dono e o cara puder desmatar só os seus 20% ele vai respeitar a lei. O cara só está a margem da lei porque o governo criou essa situação nessa região. Se o governo titular as áreas aqui acabam os aventureiros. (Madeireiro no PA)

No que diz respeito a inconsistência da legislação ambiental, o argumento mais utilizado é o de que não houve planejamento e não há base científica para implementar um processo adequado para a região. Para muitos, o correto seria liberar completamente as terras agricultáveis e proteger integralmente as inadequadas à agropecuária.

Toda legislação ambiental não foi feita com base técnica e nem científica, ela é com base em ideologia, achismo, moda do momento, porque se fosse mesmo feito com técnica a gente tinha o levantamento do que são solos aptos à prática da agricultura e isso a gente poderia abrir com técnica e tudo. Aqueles que não são aptos por condições de declividade, estrutura química do solo ou lugares em que o clima não é tão propício deveria preservar 100% e os outros, onde são solos especiais, melhores terrenos, deveria abrir 100% [...]. (Pecuarista em MT)

Eu acho que muito desse erro tem realmente de ignorância científica, agrônômica, do processo agrícola, que aliás foi criado nessa mesma época do final dos anos 70. Então quando isso aqui estava sendo iniciado a gente

sabia pouco sobre o Cerrado, a gente sabia muito pouco sobre a Amazônia, [...] então acho que muito do erro que foi cometido na década da 80 é um erro por falta de conhecimento. A gente não sabia como é que fazia pra usar isso aqui. (Funcionário Público em MT)

Sobre desmatamento a minha opinião sincera é que foi cometido um equívoco desde o princípio pelos órgãos estaduais e federais, quanto a avaliação de área útil. Foi liberado áreas arenosas com declive acentuado pra ser explorado e se deixou planícies com toda característica pra exploração de agricultura sem poder explorar. Então, acho que começou a limitar as pessoas e as pessoas foram passando por cima de algumas leis. Não admito uma área 100% agricultável numa mesa onde sou obrigado a deixar de reserva. (Agropecuarista em MT)

Nós estamos aqui há 35 anos na Amazônia, nós viemos pra cá sem uma informação, sem uma orientação, sem uma fórmula como você vai fazer produção da Amazônia. [...] Viemos pra a Amazônia na década de 80 integrar pra não entregar. (Pecuarista em MT)

O novo período de aumento de desmatamentos na região Amazônica, iniciado a partir da retomada das derrubadas ocorridas após a queda das taxas, verificada em 1996, e que assume um ritmo crescente até atingir o segundo pico histórico de 2004, é atribuído, pela maioria dos informantes-chave, à entrada dos grãos no Estado de Mato Grosso, impulsionado pela elevação do preço das *commodities* no mercado internacional. Há, portanto, na visão dos entrevistados, uma mudança no processo de financiamento do desmatamento, originalmente baseado nos incentivos do governo que viabilizaram a infraestrutura e as derrubadas para a implantação da pecuária, em associação com a extração de madeira, para um novo ciclo sustentado pela expansão em larga escala da soja.

O pico de 2004 eu diria que é muito mais forte de interpretar, porque se nós pegarmos o câmbio e o agronegócio ele veio crescendo, crescendo até 2004. [...]. Então, esse desmatamento que foi crescendo até 2004 com certeza era o agronegócio. (Madeireiro em MT)

Se deveu [o aumento do desmatamento] ao crescimento das lavouras no Estado de Mato Grosso, Goiás, enfim, lá do Centro-Oeste, crescimento do mercado de grãos e a expansão da pecuária. Então, as áreas do Centro-Oeste elas ficaram insuficientes para atender a demanda do mercado de grãos, de carne e essa atividade se estendeu à regiões que estavam com terras mais baratas, com mais condições de comprar. O próprio crescimento do agronegócio jogou o desmatamento pra cima da região da BR-163. (Madeireiro no PA)

Foi reflexo da alta das *commodities* e da questão do desenvolvimento da agricultura na nossa região. Nós tivemos dois fatores nessa ocasião: nós tivemos uma semente que se adaptou a região do Cerrado, juntamente com a valorização das *commodities*. Então áreas planas e com teor de argila e de produtividade, simplesmente foram desmatadas mesmo. (Madeireiro em MT)

O Brasil poucos anos atrás era um pequeno produtor de grão. Com o grande avanço do grão no mundo, [...] quem mexe com grão tá por cima da carne seca, exportando e produzindo bastante [...] e o grão tá vindo. O grão veio pra Guarantã, vamos dizer há 10, 20 anos, veio para Castelo [dos Sonhos], há dois, três anos, já tem grandes produtor em Castelo, já tem em Novo Progresso e Santarém. O crescimento [do desmatamento] foi o grão porque a terra é barata e uma saca de soja aqui nós vendemos por 16, 17% mais caro. (Empresário no PA)

Depois de uns 25 a 30 anos [de uso], a terra fica fraca, e vem a hora de colocar calcário, adubar e ele [produtor] não quer mais criar boi. É aí que entra no grão. Esta é a realidade que tá acontecendo na Amazônia. (Empresário no PA)

A falta de fiscalização e uma política deliberada de estímulo à expansão da soja sem respeito às restrições legais, foram, para alguns, fatores que contribuíram de forma significativa para a expansão do desmatamento.

Em 2004 eu já estava morando em Alta Floresta. A sensação era de que não havia nada, nenhum tipo de controle. Podia acontecer desmatamento gigantescos aqui e ali, que não ia acontecer absolutamente nada. Era uma sensação de total vulnerabilidade. Então, os fatores assim que a gente enxergava naquele momento eram externos, mais macro, ligados à demanda por produtos agropecuários, pelas commodities. Naquele momento, esse segundo *boom*, teve uma coisa muito clara da soja, da expansão da soja aqui em Mato Grosso, que diretamente desmatou muitas áreas e indiretamente também levou a mais desmatamento. A gente identificou muito claramente como uma política do Governo do Estado de estimular o desmatamento enquanto era possível. O governador colocou na Secretaria do Meio Ambiente a pessoa menos capaz possível nessa questão ambiental. Foi um plano de governo, inclusive falado assim quase que abertamente. Dessa forma, a pressão do mercado, a ausência de controle e um governo do Estado com todas as lideranças locais alinhadas com essa visão, não tinha o que segurasse. A gente viu muito também o que era a economia do desmatamento, tudo girava em torno dessa atividade, as máquinas, tratores, pessoas e trabalhadores. A valorização extrema da terra depois de desmatada gerava um giro incrível de compra-venda. Então, pra quem tinha dinheiro, comprar uma área para desmatar era o melhor jeito possível de, sei lá, triplicar o patrimônio em um, dois anos, com um risco muito baixo. (Conservacionista em MT)

Eu penso que foi a questão de produzir sem ter a visão da consequência e a impunidade. Então, você queria produzir mais independentemente da questão da área, da produtividade, mas você pensava em produção e o Estado estava ausente. O Ibama muito distante e não fazia aquele controle, aquele monitoramento, não tinha esse poder de controle. (Funcionário Público em MT)

Finalmente, alguns entrevistados alegaram que a ampliação do desmatamento decorreu, também, de uma ação preventiva por parte de produtores de perceberem a tendência do acirramento do controle e do aumento das restrições legais que estavam por vir. Alguns, que ocupavam posição de liderança de setores rurais, afirmam terem

feito campanha alertando para que fossem realizados os desmatamentos o mais rápido possível, antes que se tornassem inviáveis.

Em 2004, eu previ que ia acontecer algumas medidas drásticas do governo, eu fui o maior incentivador do desmatamento da Amazônia. Eu previ, porque quando eu ia pra Brasília eu sentia a coisa forte, fortes tendências de organismo internacionais pressionando o Brasil pra criar unidade de conservação. Eu via que estava uma tendência de criação de unidade de conservação horrível. Eu dizia, pra quem podia: desmate o que vocês puderem agora porque não vai poder mais. Desmatem o que vocês puderem, eu gritava assim de voz alta pra todo mundo. Teve um sujeito aqui que fez 5.000 hectares de desmatamento num só ano. Então, eu estava vendo que isso ia acontecer. (Agropecuarista no PA)

Quando o Governo incentivou o pessoal a ir pra lá, todo mundo, era 50% [de Reserva Legal]. Aí veio a onda pra voltar pra 80% e eles aproveitaram pra fazer as derrubadas, antes de fechar. [...] Foi aí que o pessoal apavorou e quis abrir. Porque você não toca uma propriedade com 20%. É muito difícil. Por isso que acho que aconteceu deles aproveitarem esse momento aí. (Agropecuarista em MT)

Em alguns momentos por exemplo a turma desmatou por causa da lei dos 80%: vamos desmatar porque essa lei não vai vingar e, depois, [quem desmatou] mesmo com a lei dos 80%, acabou sendo meio que perdoado [pelo novo Código Florestal de 2012]. (Madeireiro em MT)

O aumento se deu porque o assunto começou a ser discutido e todo mundo ficou com medo que ninguém ia poder mais derrubar, então todo mundo correu pra derrubar a parte que era de direito dele e até avançou um pouco mais, porque o documento não saia. (Pecuarista em MT)

6.2.7 Porquê reduziu o desmatamento a partir de 2005

A terceira etapa da entrevista tinha como objetivo identificar junto aos informantes-chave, ou seja, junto aos atores locais, quais os fatores que teriam levado a uma redução tão rápida de um processo de desmatamento, que vinha se consolidando de forma crescente há quase uma década, a partir de 1996.

Essa questão foi respondida por todos os 39 entrevistados e a opinião da quase totalidade (37) é de que a redução do desmatamento foi consequência da intensa fiscalização implementada na região. “Eu acho que a lei pegou.” (Agropecuarista em MT). “Foi devido à fiscalização. Começaram a apertar” (Agropecuarista em MT). “Neste período que começou a diminuir houve uma pressão muito forte pela redução dos desmatamentos” (Pecuarista em MT).

O Ibama vindo e multando, exigindo e embargando área, então não adiantava fazer irregular. Houve uma conscientização muito grande disso aí, porque no passado não existia fiscalização, não existia nada, era uma bagunça [...] isso tudo forçou as pessoas a enxergarem essa questão ambiental de uma outra forma. (Madeireiro em MT)

Um momento decisivo foi no governo Lula quando o Ministério do Meio Ambiente andou fazendo operações aqui em Mato Grosso. Eu não sei se pressionado por interesses internacionais ou por uma consciência interna, ou porque teve a presença de Marina e outros, realmente houve ações efetivas [...] no Estado [de Mato Grosso]. (Advogado em MT)

Mudou bastante por conta da repressão e controle. [...] Antes a questão ambiental era piada, hoje não. Hoje, a questão ambiental tá amarrando pela via legal, ela tá entranhada e tem essa questão de você ter o conforto, quer ter tranquilidade. (Advogado no PA)

O que eu ouço da conversa dos pecuaristas, que são o meu dia a dia, é a questão da lei que realmente foi posta em cima da mesa. Aí entra um pouco da Marina, eu ouço bastante o nome dela nesse sentido, dizer que foi ela a pessoa que arrochou a questão ambiental. E aí desce helicóptero, desce avião com o pelotão do exército e o negócio começa a funcionar do ponto de vista da multa e da caneta. Eu acho que a grande redução de 2004 pra cá é feita pela aplicação da lei no chão mesmo. Foi a imposição da lei quando o governo federal, depois que o Lula anunciou que reduziria o desmatamento e de fato o pelotão veio a campo fazer isso acontecer. (Funcionário Público em MT)

Também foi dado muito destaque às operações implementadas pelo Ibama em parceria com a Polícia Federal e o envolvimento da Força Nacional. “Com certeza, a Operação Curupira foi um divisor de águas. O próprio governador tomou um susto, tanto que depois disso você percebe que o comportamento dele mudou.” (Funcionário Público em MT)

Em 2005 houve a Operação Curupira que foi um marco, um trauma para todos aqui. Revelou problemas de gestão e a necessidade de um novo modo de se considerar as questões ambientais. Eu lembro [...], quando aconteceu essa operação e várias pessoas foram presas. Eu acho que mudou aquela sensação de impunidade que existia e de que ninguém ia ficar sabendo que estava tudo correndo solto. (Funcionário Público em MT)

Foram as intervenções que vieram a partir do governo federal, acho que foi o Arco de Fogo e mais umas outras. Até então o pessoal realmente estava desmatando meio exagerado e aí, com essa intervenção, houve uma paralisação, porque uns e outros começaram a ficar com medo. [...] Houve revolta porque o pessoal aqui achava que tinha direito de fazer tudo que queria. Teve muita choradeira, o comércio mudou, acabou o dinheiro, foi uma paralisação que o pessoal falou: acabou a cidade, acabou porque estava girando muito principalmente com os madeireiro. Então, teve aquela parada e todo mundo ficou assustado. (Agropecuarista em MT)

Foi a fiscalização, a multa, foi aquela operação violenta [Arco de Fogo] que teve e intimidou principalmente os grandes pecuaristas que tinham um certo entendimento, e que eles sabiam mesmo que quisessem não dava pra ir contra a lei. (Comerciante em MT)

O Ibama chegou com várias operações, como a Curupira e Arco de Fogo, prenderam muitas pessoas. Para mim a redução do desmatamento não foi pela consciência, não foi pela sensibilização, foi pela comando e controle firme e forte naquele momento. (Conservacionista em MT)

Outro aspecto levantado por vários informantes-chave é o aumento da percepção do risco de manter as atividades de desmatamento ilegal. Segundo relatos coletados, mesmo os grandes agropecuaristas e madeireiros, que inicialmente resistiram às iniciativas de comando e controle, passaram a perceber que o risco de serem presos e perderem seus equipamentos, se tornara muito alto.

A gente assistiu muitas audiências públicas em cidades do Mato Grosso, onde o fazendeiro falava assim: na minha terra eu que mando, eu pego arma e faço isso! A gente sabia que isso era pura bobagem deles, que eles não iam pegar em arma coisa nenhuma, porque eles não podiam com a Força Nacional e não podia com o governo. Então, o que fez parar o desmatamento dos grandes pecuaristas foram as operações. Quando veio aquela operação realmente muito violenta [Arco de Fogo], todo mundo falou: não, realmente a gente não pode com o governo e a gente vai ter que parar. (Comerciante em MT)

Acho que deu um choque na sociedade de que opa, não é bem assim, eu tenho que mudar minha conduta, eu posso ser preso. Isso tudo abalou. O Secretário de Estado sendo preso, chefe do Ibama sendo preso, causou um choque e uma mudança, uma nova forma de ver as questões ambientais. (Funcionário Público em MT)

Tenho uns amigos madeireiros, não produtor, mas madeireiro, que foram presos. Foi em 2005 e 2006 quando teve uma punição pesada aqui, pesada mesmo, forte. Teve uma aqui em Alta Floresta em que foram uns 15, 16 presos e levados pra Cuiabá. (Agropecuarista em MT)

Aumentou a sensação de risco, inclusive porque fecharam as madeiras. Eram 700 e poucas em Sinop e caiu pra 200 e hoje eu não sei se a gente tem 30 ou 40 na cidade. (Funcionário Público em MT)

Os grandes sabiam que se fizessem, continuassem com aquele desmatamento desenfreado, o que já tinha acontecido com alguém poderia acontecer com ele. (Agricultor em MT)

Muitos entrevistados apontaram o aprimoramento dos processos de monitoramento e disponibilização das informações como fatores de alta relevância para o sucesso das ações de fiscalização e punição dos responsáveis por desmatamentos ilegais. “Foi a disponibilização do Prodes, das informações do desmatamento.” (Conservacionista em MT)

Aumentou o risco, porque hoje você não consegue mais driblar o monitoramento. Isso é natural, a pessoa sabe disso, que hoje, via satélite, qualquer um pode observar o que nós estamos fazendo aqui. [...] Então hoje ficou bem complicado a ampliação de derrubada. (Garimpeiro no PA)

O controle da atividade madeireira se aperfeiçoou. Eles tem condições de ver se o manejo está sendo executado só com imagem de satélite, coisa que só se fazia até 2005 indo a campo. Hoje é fácil eles observarem se o projeto está sendo executado. (Madeireiro no PA)

Hoje você vê, acontece um desmate lá em Vila Rica, extremo norte no Estado na divisa com o Pará e no outro dia, ou instantaneamente, a imagem de satélite já mostra. Antes não tinha esse controle hoje o pessoal tem medo, tem receio. (Funcionário Público em MT)

A constância das ações de fiscalização, o uso de inteligência no planejamento das mesmas, assim como o aprimoramento das medidas necessárias a tornar as multas e apreensões de produtos e equipamentos mais efetivas, também, foram percebidas como importantes pelos entrevistados.

A atuação da fiscalização constante, repetida e feita de forma estratégica foi fundamental. Tinha uma inteligência de controle que estava informada, sabendo com antecedência e intervindo. Não acabou com todo o crime organizado, mas desmantelou fortemente as operações maiores de grilagem. (Conservacionista em MT)

Isso [redução do desmatamento] se deve a Força Nacional que não sai mais daqui. Eles estão direto aqui fiscalizando, olhando, punindo, multando. Então eu acho que esse é a maneira que conseguiu parar o desmatamento por enquanto. (Agropecuarista em MT)

Eu acho que foram as leis que foram apertando. Eu não sei quantas mil cabeças de gado já tem confiscado pela justiça, mas acredito que atinge mais de 300 mil, já com fiel depositário definido. Eu acho que essa situação aí foi a que mais paralisou. (Empresário no PA)

Antes muita gente falava assim: você nunca vai ser preso, você não paga as multas do Ibama. O cara era multado em 30 milhões e não pagava. Agora não, os processos burocráticos de formalizar essa multa estão mais corretos, então a questão de fazer só por fazer hoje mudou, hoje a sociedade tá cobrando dessa ação mais efetiva do Estado. (Funcionário Público em MT)

A criação de unidades de conservação e o reconhecimento e homologação de terras indígenas, também foram apontadas como iniciativas de grande importância no processo de controle do desmatamento. Isto porque, segundo os entrevistados, as terras inseridas nessas áreas protegidas perdem o valor para os interessados em obter títulos a partir da invasão de áreas públicas, pois sabem que essa titulação se torna impossível. “O que diminuiu também foi a instalação das Flonas, grande parte das pessoas preferiu abandonar as posses que tinham lá dentro.” (Madeireiro no PA). “Foi [a queda do desmatamento] com a chegada do zoneamento, com a implantação e demarcação das reservas indígenas” (Agricultor no PA). “As ações que interditaram tudo. As Flonas e Parques.” (Garimpeiro no PA)

Eu me considero um capitalista, mas o cara que travou o desmatamento na Amazônia foi o Lula, quando ele criou os parques. No dia que ele deu a canetada, eu acho que foi na administração da Marina, foi na hora certinha. Quem vai fazer filho na mulher do outro? Ninguém vai fazer derrubada em cima de uma coisa que não pode ser legalizada. (Empresário no PA)

E aí é claro, a fiscalização, a partir da criação da reserva, passou a acontecer com maior intensidade. Também passou a ser um crime no âmbito federal. Então era um crime ambiental fora da reserva e, digamos, que tinha lá uma tolerância, porém [...] derrubar em áreas de floresta nacional o crime passou a ser maior. (Madeireiro no PA)

Algumas áreas protegidas criadas foram fundamentais também para segurar, algumas áreas que estavam indo muito rápido seriam as próximas ameaçadas, como no nosso caso o [Parna do] Juruena e a [Rebio] Nascentes do Cachimbo. Foi colocado um freio nas áreas que estavam sob pressão ou que iriam estar sob pressão mais rapidamente. Por mais que o ICMBio até hoje não deu conta realmente de assumir, aquelas áreas já não são mais interessantes como alvo de investimento para desmatamento e especulação. (Conservacionista em MT)

Em 2006, quando o governo criou as unidade de conservação, foi um freio. O governo fez aquelas limitações [Limitações Administrativas], que eu achei forte, quando a irmã Dorothy morreu e depois anunciou as unidade de conservação e aquelas coisas toda, eu achei forte a medida do governo, foi bem forte mesmo. Então, pegou aqui, pegou moendo mesmo. Aquilo lá ajudou bastante, segurou bastante. (Empresário no PA)

No início se derrubava imaginando que conseguiria o título que possibilitaria que o banco pudesse financiar com taxas de juros baixas. A falta de documento digamos assim, desmotivou as pessoas de vir pra cá e esse desmatamento foi caindo. (Madeireiro no PA)

Os fatores econômicos, como a queda do preço das *commodities* no anos de 2004 a 2006, foram apontados como fatores importantes, porém secundários por três entrevistados. Isto porque após a recuperação dos preços no mercado internacional, o desmatamento não voltou a crescer, o que é atribuído por eles às ações de controle elencadas anteriormente.

Em 2004 o dólar despencou e deu uma crise aqui na região muito grande porque os maiores negócios eram a madeira e a agricultura e pecuária que também estão atreladas na exportação. Despencou o dólar despencou tudo. (Madeireiro em MT)

Se você ver essa queda drástica de 2005, você pode ver que a grande crise da agricultura foi 2006/2007, quando o preço caiu muito e os agricultores quebraram e pediram refinanciamento pra dez anos. Então essa queda foi diretamente ligada, também, a questão econômica da agricultura. Tanto que em 2008 quando se estabilizou teve uma nova alta do desmatamento pela valorização, mas os níveis se mantiveram, porque a fiscalização se deu com uma maior incidência na região. Aí se manteve num nível estável e eu acho que isso aí mérito do trabalho feito pelos órgãos ambientais. (Madeireiro em MT)

Obviamente, a Operação Curupira, a entrada do governo federal de uma forma conjunta sobre esse assunto, fazendo acontecer as operações, foi uma coisa excepcional que aconteceu exatamente no momento de crise do mercado das *commodities* e que teve um problema da pecuária com um surto de febre aftosa, levando os mercados internacionais a se fecharem para as nossas exportações. O Blairo mesmo falava: olha, não vai ter dinheiro para os próximos dois ou três anos. (Conservacionista em MT)

Com relação às medidas econômicas, como a redução ao acesso ao crédito rural pelos bancos públicos e privados e de mercado, como a moratória da soja, apenas um informante-chave considerou que tiveram algum impacto na redução do desmatamento. Mesmo para os agricultores atuantes no Estado do Mato Grosso, a moratória não foi mencionada e, quando questionados, não souberam avaliar se teria tido algum impacto na redução da expansão da leguminosa sobre áreas de florestas. Foram citados apenas dois casos em que houve cancelamento de compra de produtos em função de irregularidade ambiental. Um deles se referia a uma carga de madeira e outro à venda de gado para um frigorífico.

6.2.8 Visão de futuro

No que diz respeito à visão de futuro, há uma avaliação comum entre os entrevistados de que a fiscalização e punição não serão suficientes para manter o desmatamento em baixa por muito tempo.

Se o governo trabalhar da forma que ele está trabalhando, só com multa, a Amazônia será destruída, eu não vejo como. Não segura. Nós temos 20 milhões de pessoas dentro da Amazônia já, e está aumentando a cada dia. Isso é como uma bomba. (Agropecuarista no PA)

Foram citadas várias iniciativas concretas que o governo deveria implementar para resolver questões estruturais da região e controlar o desmatamento, como o ordenamento territorial, a regularização fundiária, pagamento por serviços ambientais, o incentivo ao manejo florestal sustentável e o apoio à agricultura familiar e aos assentamentos.

É necessário ter políticas públicas para os pequenos, os assentamentos hoje, porque os assentamentos estão desmatando e vão continuar desmatando, se nós não tivermos uma estratégia muito bem pensada para as pequenas propriedades, para a agricultura familiar também. Então, há muito o que fazer. O futuro da Amazônia pra mim exige uma estratégia bem desenhada no combate ao desmatamento e de políticas públicas para produção com um baixo impacto. Eu tenho esperança, eu acredito que a gente é capaz de reverter essa situação, porque as pessoas vão percebendo que podem aumentar a sua capacidade de produção, podem ganhar dinheiro, sem precisar avançar na floresta. (Conservacionista em MT).

Eu acho que um risco muito grande que tem nessa história é do CPF [ter que] pagar os 80% [de reserva legal a ser preservada]. Essa é uma coisa que eu discuto bastante com os produtores em palestras em que o tema sempre aparece. Se você pensar do ponto de vista do CPF, quem tem R\$ 10 milhões e resolve comprar terra para ser agropecuarista em Sinop, só vai poder explorar 20% dela. Então, porque alguém vai pagar R\$ 8 milhões

para comprar floresta e ficar olhando pra ela... sem usar, sem gerar renda, deixando 80% do patrimônio dele parado? (Funcionário Público em MT)

Primeiro eu acho que se você quer pensar no futuro você tem que ter regras definidas. Segundo, você tem que ter mecanismos que te possibilite fiscalizar ou exigir o cumprimento dessas regras. Terceiro, você tem que dar o verdadeiro valor nesse ambiente; não é transferir única e exclusivamente a responsabilidade para o detentor da terra. [...] O Estado brasileiro tem que ser mais responsável na conservação do ambiente. Não são apenas os proprietários, os detentores das áreas, que são os responsáveis. Toda a sociedade é responsável. (Pecuarista em MT)

Não sei, se você retirar a fiscalização ostensiva não dá um pique no desmatamento. Eu acho que falta um pagamento pelos serviços ambientais da floresta. É preciso valorizar esses serviços de absorção de carbono, de biodiversidade, de evapotranspiração. A gente está com um lapso aí de pelo menos 20 anos. Então, falta uma política consistente para mudar a lógica de desmatamento. Nessa lógica, a gente tinha uma expectativa grande com REDD, mas o governo federal tá muito reticente. Quantas vezes foi reduzido o IPI pra carro aqui nesse país? Isso é uma fábula. E não teve nem um pouquinho para conservar floresta. A política de comando e controle foi efetiva, reduziu as emissões, mas isso é pouco. A Floresta é importante demais para não ser melhor trabalhada (Funcionário Público em MT)

Nos depoimentos sobre o futuro da Amazônia, há uma nítida diferença entre as respostas dos entrevistados no Estado do Mato Grosso e do Pará. Os primeiros consideram que os recentes avanços tecnológicos que vêm permitindo o aumento da produtividade da agricultura e da pecuária, são conquistas que podem ajudar a manter o desmatamento sob controle, sem comprometer a renda. “O campo está buscando tecnologias, aumentando a sua produtividade, percebendo que não precisa desmatar pra triplicar a produção.” (Conservacionista em MT)

Foi uma quebra de paradigmas. Hoje eles começaram a perceber que eles devem cuidar da terra, devem colocar o calcário, devem colocar o adubo, devem piquetear melhor as suas áreas e trabalhar lotes de animais pertinentes a cada tipo de pastagem que eles têm. [...] Eu acho que se a gente conseguir aliar essa produtividade que tá vindo e a necessária segurança ambiental, aí a gente conseguiu ficar no mundo ideal. (Conservacionista e MT)

O futuro da Amazônia? A mata que está em pé continua em pé, [...] a integração lavoura, pecuária e floresta já se comprovou que é viável. [...] Todo produtor tá isolando suas APP, tá aumentando floresta nas APP e tá plantando árvores (Pecuarista em MT).

A gente percebe que as fazendas de pecuária estão cedendo espaço para as áreas de soja, mas mesmo assim não estão perdendo produtividade na pecuária, justamente por essas tecnologias que estão sendo implantadas onde você consegue intensificar as pastagens, criar mais animais, girar mais esses lotes de gado produzindo mais do que você produzia na área toda só de gado. (Conservacionista e MT)

Novas tecnológicas. A Amazônia tem já tem hoje várias fazendas com aí quatro, cinco cabeças por hectare. (Conservacionista em MT)

A pressão por não abertura de novas áreas fez retornar a agricultura em áreas de pastagens degradadas. Mas não são necessariamente degradadas, são áreas de pastagens antigas, áreas de terras menos férteis e que você de um modo ou de outro tem que inserir tecnologias para ela recuperar produtividade. Quando a pessoa insere tecnologia ele não retorna para a pecuária. (Pecuarista em MT)

Diminuiu o desmatamento e aumentou a produção. Além da melhoria genética que vai melhorando a qualidade, vai aproveitando mais as áreas, vai zelando mais das áreas que tem, vai tendo mais cabeça de gado em cima de menos área e assim por diante. (Empresário no PA)

Houve justamente por essas técnicas que estão implementando, [...] você é capaz de produzir mais com menos, sem precisar de tanta terra. Você consegue produzir mais do que você vinha produzindo sem nenhuma técnica, sem nenhum trabalho em cima da terra. (Agricultor em MT)

A visão mais pessimista sobre o futuro foi apresentada pelos entrevistados do Estado do Pará, para os quais a questão da falta de ações concretas no campo da regularização fundiária é o maior problema e a causa dos principais conflitos, sendo que não há muita esperança, entre eles, de que essa questão será efetivamente resolvida. “Eu vejo muitas impossibilidades. Eu vejo um engessamento. Eu não sou otimista em relação à Amazônia não.” (Pecuarista no PA). “O futuro da Amazônia que a gente percebe assim pelo cenário que tá hoje, é um futuro triste.” (Agricultor no PA).

Eu acho que aqui o problema sempre vai ser o título. A hora que titulou, definiu as reservas acaba o problema, ninguém em sã consciência vai fazer besteira. Pensa nisso, você tem tanto aventureiro que vai correr esse risco, mas depende de titulação. Então eu acho que a base de tudo é título. (Madeireiro no PA).

Nós só queremos a legalidade. Hoje nós não temos coragem de plantar uma árvore. Por que, se não temos documento como é que eu vou plantar uma árvore e depois não poder tirar ela. Hoje é mais fácil você derrubar do que você fazer um projeto pra plantar uma árvore. (Agricultor no PA).

O mesmo sentimento de desânimo vem do setor madeireiro que não acredita na efetiva implementação da lei de gestão de florestas públicas e, por consequência, não veem iniciativas concretas para viabilizar as licitações das florestas nacionais e implantação do Distrito Florestal Sustentável da BR163. Há, ainda, uma avaliação de que se as licitações saírem de fato, as empresas de fora da região deverão vencê-las, pois possuem maior capacidade do que as locais.

Levando em consideração a condição financeira do madeireiro aqui da região, se saírem as concessões das Flonas do Jamanxim, de Altamira e outras não vai significar nada. Virão outras empresas de fora que já são

especialistas em licitação e vão ganhar. Existe um total descrédito em relação ao Serviço Florestal Brasileiro ao governo federal, ao Ibama. As coisas demoram demais para acontecer. Eu, na verdade, eu já arrendei parte do meu equipamento. (Madeireiro no PA).

6.2.9 Grau de conhecimento e opinião sobre os Ministros de Meio Ambiente da década de 2000

A última questão apresentada tratou do grau de conhecimento, por parte dos informantes-chave, a cerca dos ministros que estiveram à frente do Ministério do Meio Ambiente nos anos 2000, período de interesse da presente pesquisa. O objetivo desta pergunta foi o de identificar se o principal ocupante de cargo público do governo federal no que concerne às políticas públicas de controle do desmatamento na Amazônia, era conhecido e qual a avaliação do desempenho dos mesmos.

No total, 26 entrevistados responderam essa pergunta. O Ministro mais conhecido foi Marina Silva, que ocupou o cargo entre 2003 e 2008, com 25 afirmando conhecer, sendo 24 de forma aprofundada e apenas um alegando não ter qualquer conhecimento. Na sequência, aparece o nome de Carlos Minc, Ministro de 2008 a 2010, conhecido por 24 entrevistados, sendo que 19 consideravam o conhecer bem. Izabella Teixeira, que assumiu em abril de 2010 e permanecia à frente do MMA na época das entrevistas, era conhecida por 20 dos entrevistados, sendo que sete afirmaram conhecê-la bem. O menos conhecido dos ministros foi José Sarney Filho, que ocupou o cargo entre 1999 e 2002, com 11 citações entre as quais apenas cinco declararam que o conheciam bem.

As avaliações sobre o trabalho de Marina Silva são as mais enfáticas e variam da crítica ao excesso de radicalismo nas ações de combate ao desmatamento, passando pela qualificação como sonhadora e inimiga da Amazônia, até como a pessoa que teve a coragem de enfrentar o modelo predatório como nenhum outro. “O Ministro que mais feriu a Amazônia de fato foi a Marina Silva. Ela foi a precursora de toda essa mudança.” (Agropecuarista no PA). “As políticas da Marina Silva me soam extremamente protecionistas, ambientalistas, não tem a visão que o Brasil precisa pra se tratar a Amazônia.” (Madeireiro em MT). “A Marina mudou várias legislações, foi um marco.” (Funcionário Público no PA). “Muito radical, muito radical mesmo.” (Empresário no PA)

Eu diria que quem mais radicalizou essa questão ambiental foi a Marina Silva. Eu não vou te citar exemplos, que qualquer um sabe que quem deu subsídio, quem melhorou a fiscalização foi a Marina Silva, não foi nenhum outro. A partir da Marina Silva deram sequência. (Madeireiro no PA)

Os outros passaram. Quem deixou marca foi a Marina, embora eu tenha um terror muito grande a respeito dela, e é muito difícil de tirar isso, porque ela é pura em excesso. (Garimpeiro no PA)

A que teria sido um pouquinho melhor, ainda seria no caso da Marina Silva, mas eu tenho medo da pessoa quando ela é fanática. A Marina Silva é uma fanática. Eu até gosto de muitas opiniões dela, muitas ideias dela eu até acho interessante, mas eu não gosto de radicalismo. (Pecuarista em MT)

Muitos entrevistados se referem à Marina Silva como alguém que teve capacidade de planejamento e que agiu de forma estratégica, sendo pioneira na implantação de políticas, que levaram a uma ruptura no modelo predatório que vigorava antes dela. Nesse sentido, há quem afirme que a rejeição ao seu nome por produtores e políticos da região, foi uma reação às ações enérgicas adotadas na época mas que, gradativamente, as principais lideranças passaram a reconhecer sua contribuição para o redirecionamento do desenvolvimento da Amazônia.

A Marina faz a diferença nessa história, ela teve uma estratégia bem pensada, ela pensou, planejou, ela tinha um plano de ação. Marina ainda vai ser lembrada, a gente vê várias pessoas aqui que na época que falavam muito mal dela, de uma forma até pejorativa e, hoje, reconhecem que graças a estratégia dela [...] é que a gente conseguiu ter um divisor de águas, a gente pegou outra direção. (Conservacionista em MT)

Naquela época, as pessoas não tinham a consciência que passaram a ter depois de um determinado tempo e precisou acontecer tudo isso pra as pessoas enxergarem. Eu vejo como positivo e vejo ela [Marina] como uma grande defensora do meio ambiente, que é de fundamental importância. (Pecuarista em MT)

Marina teve que enfrentar a coisa de frente, mas mostrando outras formas de como é que a gente produz com baixo impacto, como é que a pecuária de baixo carbono é possível na Amazônia. Se todos eles [ministros] continuam nessa linha [...] a nossa história poderia ser totalmente diferente, [...] tenho certeza, não tenho dúvida disso e hoje eu já escuto fazendeiros, madeireiros falando isso. (Conservacionista em MT)

A Marina [...] tinha um fundamento, ela tinha um objetivo, ela tinha um olhar e uma visão e as vezes que ela atropelou porque realmente não tinha como, ela tinha que atropelar. Eu acho que faltou estabilidade política pra ela fazer as coisas de uma maneira mais calma, faltou a segurança da continuidade e aí muitas das vezes ela teve que atropelar mesmo e passar por cima até porque não sabia o dia de amanhã. (Comerciante em MT)

A Marina trouxe muita coragem na ação política na questão do meio ambiente, de forma geral mas especialmente no combate ao desmatamento, uma coisa que não tinha um antecedente na história do Brasil. Junto com a coragem, veio a eficácia das medidas que foram tomadas e que chegou até um ponto de ruptura, no momento em que, enfim, a liderança política do

país não aceitou mais aquela ação, e ela teve que se retirar. (Conservacionista em MT)

A Marina paga o preço desse impacto negativo muito forte que se causou na região, mas eu acho que de fato isso foi necessário lá atrás, naquele momento, pra que a gente viva o que a gente vive hoje. Acho que a imagem dela é muito negativa na região, por conta de ter sido a pessoa que deu a canetada. (Funcionário Público em MT)

A passagem de Carlos Minc pelo MMA é lembrada como alguém que deu continuidade aos processos de combate ao desmatamento e por sua grande capacidade de mobilização da mídia. Este último aspecto, é considerado positivo por alguns, mas muito criticado por outros. “Minc tinha uma boa capacidade de relação com a mídia.” (Conservacionista em MT).

Eu gostei muito do trabalho do Minc porque eu vejo que é interessante a gente mostrar o resultado de um trabalho que é feito, transformar isso politicamente. (Funcionário Público no PA)

O Minc sitiou e mudou a história de Paragominas. Mas atuou muito de forma pontual, sem uma ação estratégica. (Conservacionista em MT)

O Carlos Minc já entrou dando uma declaração complicada, mas também teve uma função importante na questão dos embargos. Ele era mais midiático. (Funcionário Público em MT)

A gestão da Ministra Izabella Teixeira é a mais bem avaliada por produtores rurais e representantes do setor madeireiro, principalmente, por identificarem nela uma posição menos radical, comparado com Marina Silva e Carlos Minc. As críticas se referem a falta de estratégia para avançar nas políticas ambientais e uma atuação identificada como carreirista, com baixa disposição para contrariar interesses econômicos e falta de transparência e capacidade de diálogo com ONGs e movimentos sociais.

A Izabella, eu acho que tem feito um trabalho bem interessante, tá lá há muito tempo já, não é tida como uma pessoa de medidas insanas ou intempestivas, mas numa tentativa de controle, numa tentativa de fiscalização, mas no entendimento do que é melhor para o país. Acho que a Izabella é uma pessoa que contribui bastante. (Funcionário Público em MT)

Eu particularmente acho a Izabella Teixeira a mais proativa e a que tem trabalhado mais eficientemente na visão global da Amazônia, não só na parte ambiental mas também na parte produtiva. [...] Nós tivemos umas reuniões com ela, o setor de base florestal se propôs a auxiliar isso, criar um grupo de trabalho pra que a gente pudesse rever algumas questões simples [...] e não conseguimos esse avanço ainda. Eu, particularmente, achei ela um pouco intransigente. (Madeireiro em MT)

Ela tem tido uma visão diferente, porque não é possível você preservar meio ambiente se não tiver também o lado econômico junto, porque eu acho que houve aquele amadurecimento que eu falei que houve no Ibama ao longo dos anos foi acontecendo isso. Izabella Teixeira inclusive ela é

funcionária do Ibama, se eu não engano, ela vem de carreira. Então ela acompanhou todas as besteiras que foi feito, tem então hoje eu diria que hoje é uma pessoa que tem uma visão muito boa e coerente. Ela pra nós é positiva (Madeireiro em MT)

A Izabella é uma funcionária de carreira ali sentada no seu lugar, assinando o que precisa assinar, então não tem também uma estratégia para o meu ambiente. (Conservacionista em MT)

A Izabella faz a política ambiental do agronegócio. Ela muito abertamente despreza as ONGs, não tem nenhum interesse em parcerias, em abrir informações, dar acesso a informação. Alguns espaços de diálogo que o MMA tinha foram fechados. (Conservacionista em MT)

7 REPERCUSSÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA NA DÉCADA DE 2000 NOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO COM ABRANGÊNCIA NACIONAL E REGIONAL

Nessa etapa dos trabalhos de desenvolvimento desta tese, foi realizada uma análise de notícias⁴¹ veiculadas em veículos de comunicação, envolvendo jornais, TVs e emissoras de rádio, sobre desmatamento na Amazônia. O objetivo deste levantamento foi verificar se houve variação na cobertura da mídia nacional e regional sobre o tema e, caso positivo, como essa variação ocorreu ao longo da década de 2000.

A primeira iniciativa desenvolvida foi uma análise preliminar da quantidade de notícias publicadas em três importantes jornais de circulação nacional: O Estado de São Paulo (OESP), O Globo e Folha de São Paulo (FSP). Para tanto foi realizada uma pesquisa condicional nos *sites* desses veículos, em que as palavras “desmatamento” e “Amazônia” constassem juntas na mesma matéria, artigo ou reportagem, nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000.

Os resultados obtidos revelaram que o número de notícias veiculadas nos três jornais pesquisados variaram muito pouco nas três primeiras décadas e aumentaram de forma intensa na década de 2000. Esse aumento foi da ordem de 620% no OESP, 400% na FSP e 300% no O Globo, em relação à média das décadas anteriores, conforme pode ser visto na Tabela 13 e na Figura 49.

Tabela 13 – Notícias sobre desmatamento na Amazônia veiculadas em três jornais de circulação nacional nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000

Década	OESP	FSP	O Globo
1970	319	188	267
1980	206	253	391
1990	327	181	293
2000	2.048	1.038	1.272

Fonte: *sites* OESP, 2015; FSP, 2015 e O Globo, 2015. Elaborada pelo autor.

⁴¹ Relato de fatos e acontecimentos, recentes ou atuais, ocorridos no país ou no mundo, veiculado em jornal, televisão, revista etc. (Dicionário Houaiss: <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-0/html/index.htm#3>)

Figura 49 – Quantidade de notícias veiculadas pelos jornais OESP, FSP e O Globo nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000

Fonte: *sites* OESP, 2015; FSP, 2015 e O Globo, 2015. Elaborada pelo autor.

Na sequência desse trabalho, foi realizada uma pesquisa detalhada de notícias veiculadas especificamente na década de 2000. O trabalho envolveu, novamente, os três jornais de circulação nacional (O Globo, O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo); cinco jornais da região líderes em número de leitores, sendo dois no Estado do Pará (O Liberal e Diário do Pará) e três no Estado de Mato Grosso (A Gazeta de Mato Grosso, O Diário de Cuiabá e Folha do Estado); sete emissoras de televisão (TV Assembleia, Brasil Oeste, Centro América - Globo, STB Regional, Rede TV local, Record Regional e Record Nacional; e emissoras de rádio (Cultura AM, Cuiabana FM, CBN AM e Eldorado FM).

As buscas foram feitas diretamente nos *sites* mantidos pelos veículos pesquisados; no *site* da Agência de Monitoramento de Informações Ltda. (AFPL), empresa localizada em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, que realiza o monitoramento de notícias em veículos de comunicação em âmbito regional; e na hemeroteca da Fundação Cultural do Pará (FCP), sediada em Belém. Os detalhes das fontes de pesquisa para cada veículo de comunicação e o número de matérias selecionadas para estudo, constam da Tabela 14.

Tabela 14 – Notícias sobre desmatamento na Amazônia identificadas e analisadas em veículos de comunicação de âmbito nacional e regional do período de 2000 a 2010

Veículo de comunicação	Quantidade de notícias
Jornais de âmbito nacional	2.533
FSP impresso ⁽¹⁾	783
O Globo impresso ⁽¹⁾	609
OESP digital ⁽¹⁾	455
OESP impresso ⁽¹⁾	686
Jornais de âmbito regional	1.488
Diário de Cuiabá ⁽¹⁾	323
A Gazeta (Cuiabá) ⁽¹⁾	843
Folha do Estado (MT) ⁽²⁾	50
Diário do Pará ⁽³⁾	24
O Liberal (Pará) ⁽³⁾	248
Televisão	1.062
TV Assembleia ⁽²⁾	21
Brasil Oeste ⁽²⁾	60
Centro América (Globo) ⁽²⁾	565
STB Regional (inclui TV Cidade) ⁽²⁾	85
Rede TV local (antiga Rondon até 07/2009) ⁽²⁾	80
Record Regional ⁽²⁾	205
Record Nacional ⁽²⁾	46
Rádio	252
Cultura AM ⁽²⁾	98
Cuiabana FM ⁽²⁾	24
CBN – AM ⁽²⁾	54
Eldorado (Território Eldorado) ⁽²⁾	76
Total	5.335

Fontes: (1) sites próprios dos veículos na Internet (2016); (2) Agência de Monitoramento de Informações (FPL); (3) hemeroteca na Fundação Cultural do Pará (FCP). Elaborada pelo autor.

O critério de seleção das notícias nos citados *sites* e na hemeroteca da FCP foi o mesmo utilizado no levantamento preliminar acima exposto, ou seja, pesquisa condicional em que as palavras “desmatamento” e “Amazônia” constassem juntas nas mesmas matérias, artigos ou reportagens. Feita a seleção, as notícias foram copiadas e introduzidas em uma planilha no programa *excel*, com os seguintes campos: data, veículo de comunicação, formato (impresso, digital, TV, rádio), nome do jornalista principal, nome do jornalista colaboradores, título, link da notícia no *site* e resumo.

Após análise do conteúdo das matérias e verificação da coerência das mesmas com o objeto da pesquisa, foram selecionadas 5.335 notícias entre os anos de 2000 e 2010, organizadas por veículo, sendo: 609 do jornal O Globo; 1.141 do jornal O Estado de São Paulo; 783 da Folha de São Paulo; 323 do Diário de Cuiabá; 843 de A Gazeta; 50 da Folha do Estado; 248 do O Liberal do Pará; 24 do Diário do Pará; 1.314 da AFPL, sendo 1.062 de veículos de televisão e 252 de emissoras de rádio (Tabela 14)

A fim de viabilizar a análise do expressivo volume de notícias, elas foram classificadas com os seguintes critérios:

- a) principais fatos abordados (prisão, autuação, embargo de áreas, fiscalização, ação do Ministério Público (MP), ação da Polícia Federal e Ibama);
- b) relato de apreensões de produtos (fauna, flora, recursos florestais, recursos pesqueiros, grãos, cabeças de gado);
- c) relato de apreensões de equipamentos (tratores, caminhões, correntes, colheitadeiras, armas de fogo, documentos, esteiras, veículos, artigos pesca, motosserras);
- d) fatos envolvendo UCs, TIs, assentamentos rurais e zoneamento;
- e) desataque para avanços ou retrocessos nas ações de conservação.

A análise da evolução das notícias veiculadas na década de 2000 revela uma estreita correlação com os principais fatos envolvendo as ações do governo federal por meio, principalmente, do PPCDAm (Tabela 15 e Figura 50). O primeiro aumento significativo no número de matérias ocorreu no ano de 2005, sendo que a maioria delas se concentra em três fatos que mobilizaram os noticiários: o envio de 2.000 soldados do exército para conter os conflitos entre lideranças locais e grileiros, acirrada após o assassinato da freira Dorothy Stang, em 12 de fevereiro; a interdição administrativa de toda a região do entorno da BR-163, desde a divisa com o Estado do Mato Grosso à sua intersecção com a BR-230 (Rodovia Transamazônica) e a criação de um conjunto significativo de unidades de conservação, incluindo a Esec da Terra do Meio (3,3 milhões de hectares) e o Parna da Serra do Pardo (445 mil hectares), abrangendo uma área equivalente a duas vezes o Estado de Sergipe, em fevereiro; e a operação Curupira, em junho, considerada uma das maiores operações realizadas pela PF.

A partir desse ano o número de matérias na imprensa nacional e regional se mantém em número bem acima do período anterior ao PPCDAm (2000 a 2003), sendo que o segundo pico ocorreu em 2008, com forte cobertura sobre o aumento do desmatamento verificado no final de 2007 e as novas medidas de controle impostas à região com o Decreto 6.321 que estabelece a lista de municípios prioritários para controle e fiscalização; embargo obrigatório de áreas ilegalmente desmatadas; responsabilização da cadeia de produção e comercialização por produtos oriundos de áreas irregularmente desmatadas; e condicionamento da liberação de crédito agropecuário a comprovação de adimplência ambiental pelo tomador. Também mobilizam a imprensa a polêmica envolvendo a contestação dos dados do Inpe pelo governador Blairo Maggi, do Estado de Mato Grosso, e a renúncia da Ministra Marina Silva em maio, devido as tentativas de alteração do Decreto 6.321.

Tabela 15 – Evolução anual do número de notícias sobre desmatamento na Amazônia na década de 2000

Ano	Número de notícias
2000	91
2001	114
2002	123
2003	169
2004	231
2005	482
2006	288
2007	536
2008	1.706
2009	1.000
2010	597

Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborada pelo autor.

Figura 50 – Evolução anual do número de notícias sobre desmatamento na Amazônia na década de 2000

Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborada pelo autor.

A seguir são apresentadas figuras com a distribuição anual das notícias analisadas em diferentes veículos de comunicação, que reforçam a forte conexão entre a frequência das mesmas e a evolução da implantação de medidas de controle do desmatamento na Amazônia.

Figura 51 – Quantidade de notícias veiculadas pelos jornais OESP, FSP e O Globo por ano na década de 2000

Fonte: sites OESP, 2015; FSP, 2015 e O Globo, 2015. Elaborada pelo autor.

Figura 52 – Número de matérias sobre desmatamento na Amazônia veiculadas pelos canais televisivos no Estado de Mato Grosso por ano na década de 2000

Fonte: *site APFL*, 2015. Elaborada pelo autor.

Figura 53 – Número de matérias sobre ações de punição ao desmatamento ilegal na Amazônia veiculadas pelos canais televisivos no Estado de Mato Grosso por ano na década de 2000

Resultados da pesquisa. Elaborada pelo autor.

Figura 54 – Número de reportagens sobre desmatamento na Amazônia veiculadas em programas especiais da Rede Globo

Fonte: *site* APFL, 2015. Elaborada pelo autor.

Figura 55 – Número de matérias sobre desmatamento na Amazônia veiculadas pelo jornal televisivo Bom Dia Mato Grosso (Rede Globo)

Fonte: *site* APFL, 2015. Elaborada pelo autor.

Figura 56 – Número de matérias sobre desmatamento na Amazônia veiculadas nos principais jornais televisivos de âmbito nacional

Fonte: *site APFL*, 2015. Elaborada pelo autor.

Tabela 16 – Temas/assuntos mais noticiados no universo de artigos, matérias e reportagens analisado

Ações de comando e controle	2.126
Prisão	139
Autuação	185
Embargo de áreas	90
Fiscalização Ibama	688
Atuação MP	156
Atuação Polícia Federal	687
Apreensão de produtos agropecuários e florestais	121
Apreensão de equipamentos	60
Unidades de Conservação	263
Terras indígenas	165
Assentamentos rurais	128
Zoneamento	81
Avanços no controle do desmatamento	1.078
Retrocessos no controle do desmatamento	506

Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborada pelo autor.

8 CONCLUSÕES

As análises dos dados compilados e produzidos no presente trabalho demonstram que o esforço depreendido pelo governo federal nos sete primeiros anos de operação do PPCDAm se concentrou, principalmente, nos eixos de ordenamento fundiário e territorial e monitoramento e controle ambiental. A ação pública foi marcada pela intersetorialidade, com vários ministérios e órgãos vinculados agindo de forma sinérgica. Essa atuação foi inédita em relação aos governos anteriores tanto do ponto de vista da forma – intersetorial –, como no grande volume de iniciativas implementadas.

As ações empreendidas no âmbito do PPCDAm inovaram de forma significativa em relação ao verificado no período anterior (1990 a 2002) tanto no número de medidas adotadas, como nas categorias de concentração, ganhando destaque as voltadas à melhoria dos processos de gestão, integração intergovernamental, transparência e monitoramento. As diversas iniciativas de abertura de dados e o envolvimento direto de setores da academia, institutos de pesquisa e organizações da sociedade civil, estabeleceu um ambiente colaborativo virtuoso para as análises de cenários, proposição de políticas públicas e aperfeiçoamento de mecanismos de governança socioambiental.

Ficou demonstrado, também, que a redução constante e consistente do desmatamento na Amazônia Legal, no período de execução do PPCDAm, não apresentou relação de causa e efeito com a evolução das principais *commodities* presentes na região, contrariando o verificado em períodos anteriores. Segundo os dados analisados, a flutuação nos preços da soja e da carne e as variações cambiais, em alguns momentos desfavoráveis à exportação de produtos brasileiros, foram fatores secundários no controle da degradação florestal, ainda que se possa afirmar que a conjuntura econômica, no que se refere ao mercado agropecuário nacional e internacional, tenha sido favorável à redução da pressão por abertura de novas áreas, no início da primeira fase do Programa (2004 a 2006). A partir de 2008, no entanto, verificou-se um aumento constante na área plantada e na produção de soja e milho, assim como o aumento do rebanho bovino na Amazônia, com a simultânea redução anual das taxas de desflorestamento.

O mesmo processo de reversão de expectativas ocorreu em relação à disponibilidade de crédito agropecuário. Considerado um dos principais vetores de estímulo ao desmatamento regional, o crescente acesso aos financiamentos destinados ao custeio, investimentos e comercialização das safras agrícolas e atividades de pecuária, verificado a partir de 2010, após redução de oferta 2006 a 2009, tampouco foi acompanhado de aumento do desflorestamento. Ao contrário, mesmo com o crescimento significativo da participação da Amazônia Legal no montante do crédito agropecuário nacional em 2012, com crescimento de 41,7% em relação a 2005, o desmatamento seguiu em queda.

Foi demonstrado, ainda, que os resultados esperados de importantes ações empreendidas pelo governo federal na região não foram alcançados. A interrupção da disponibilização de crédito agropecuário para propriedades irregulares frente à legislação ambiental e para os municípios incluídos na lista de prioritários para o controle do desmatamento teve efeito em alguns anos, mas deixou, como já registrado, de ser um fator importante a partir de 2009. As multas aplicadas pelo Ibama, que cresceram de forma acentuada após o início do PPCDAm, não tinham sido efetivamente cobradas e os infratores não sofreram punição até a conclusão dessa pesquisa. As unidades de conservação ambiental, criadas em grande quantidade em pontos estratégicos da frente de expansão da fronteira agrícola predatória, não foram implantadas ou dotadas de fiscais para garantir efetiva proteção.

Entretanto, a despeito desses e outros fatos correlatos, a presença do Estado aumentou sensivelmente na Amazônia em decorrência do grande volume de iniciativas de amplo alcance coligidas, documentadas e analisadas no presente trabalho e as taxas de desmatamento caíram de forma consistente e contínua durante todo o período, com exceção do ano de 2007 que registrou um pequeno aumento.

Considerando o exposto a as análises realizadas, é possível concluir que as várias ações adotadas no âmbito do PPCDAm, especialmente as de grande impacto local, como, mas não somente, as operações de fiscalização com prisão de centenas de pessoas entre produtores, empresários e funcionários corruptos; a criação de unidades de conservação em territórios em franco processo de invasão para especulação imobiliária; e a suspensão de milhares de títulos de terra e posses irregulares, que tiveram grande visibilidade na mídia regional e nacional, geraram o efeito não planejado de um inédito e significativo aumento da percepção de risco no

descumprimento da legislação ambiental, decorrente de maior presença do Estado e da redução da impunidade.

Essa conclusão é fortemente apoiada pelos depoimentos dos informantes-chave entrevistados na pesquisa de campo detalhada nessa tese. Conforme pode ser verificado, 37 dos 39 participantes da pesquisa desenvolvida, definem a fiscalização constante e intensa e as ações de ordenamento territorial (suspensão de títulos e criação de unidades de conservação) como os principais fatores responsáveis pela queda do desmatamento. Também ficou evidente nas respostas oferecidas, o elevado grau de conhecimento das ações implementadas pelo PPCDAm e seus efeitos que, mesmo quando criticados por alguns, são amplamente reconhecidos como de grande eficiência e eficácia.

A repercussão na imprensa nacional e regional também surge como um fator de destaque, visto o crescimento extremamente significativo da cobertura dos fatos associados ao desmatamento na Amazônia registrado a partir do início da década de 2000 e acelerado a partir de 2005, quando o PPCDAm inicia a implementação de iniciativas de forma mais contundente.

A postura firme do governo federal nas medidas implementadas e a comunicação precisa sobre o rigor no cumprimento da legislação socioambiental, contribuiu para a instauração de um ambiente de “tolerância zero” com o desmatamento ilegal e predatório. Esse efeito teria, inclusive, estimulado o aumento do número e da criatividade das iniciativas de governos estaduais, municipais e da sociedade em geral que contribuíram para esse resultado. Entre essas iniciativas podemos citar o aumento sem precedentes na criação de unidades de conservação por governos estaduais na Amazônia, que chegaram a superar as criadas pelo governo federal⁴², moratória da soja⁴³, as negociações entre o Ministério Público Federal e pecuaristas que levaram ao início da moratória da carne em 2012⁴⁴ e a iniciativa da criação do Programa Município Verdes (PMV) no Estado do Pará⁴⁵.

⁴² No período de 2003 a 2009 foram incorporados 37.363.113 ha ao sistema estadual de unidades de conservação na Amazônia Legal, acima, portanto, dos cerca de 25 milhões adicionados pelo governo federal (TONI, 2011)

⁴³ O plantio da soja na Amazônia cresceu, no período de 2001 a 2006, a média anual de 1,0 milhão ha ao custo de novos desmatamentos, ao passo que, em 2006, a expansão da leguminosa continuou sobre mais 1,3 milhões ha em áreas já convertidas (AZEVEDO: STABILE; MOUTINHO, 2015).

⁴⁴ Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/empresas-fazem-acordos-da-moratoria-da-carne/>. Acesso em set. 2016.

⁴⁵ Instituído pelo governo do Estado do Para em parceria com o Ministério Público Federal no Pará em março de 2011, como resposta às medidas definidas pelo Decreto Federal 6.321/2007, voltado ao

A estabilização das taxas de desmatamento no patamar de 5.000 km² a partir de 2012, quando foi interrompida a curva descendente iniciada em 2005, e o recente aumento nos índices de desmatamento registrado nos anos de 2014 e 2015, também geram argumentos que podem vir a reforçar essas conclusões. Isto porque a reversão da eficiência do PPCDAm se dá após a aprovação da flexibilização da legislação de regularização fundiária e de proteção florestal, com apoio explícito do governo federal, do próprio MMA e da retirada da Casa Civil da posição de coordenação do Programa, até então considerado um elemento chave para a sua eficácia.

REFERÊNCIAS

- ABIOVE - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais. **Moratória da Soja - Relatório do 9º Ano**, 2016. Disponível em: [http://www.abiove.org.br/site/ FILES/Portugues/09112016-141009-relatorio_da_moratoria_da_soja_2015-16_gts.pdf](http://www.abiove.org.br/site/FILES/Portugues/09112016-141009-relatorio_da_moratoria_da_soja_2015-16_gts.pdf). Acesso em 20 de set. 2016.
- ALBERT, B. **Terras indígenas, política ambiental e geopolítica militar no desenvolvimento da Amazônia: a propósito do caso Yanomami**. Museu Paraense Emílio Goeldi: Coleção Eduardo Galvão, Belém, 1991.
- ALMEIDA, O.T. de, org. **A evolução da fronteira amazônica : oportunidades para um desenvolvimento sustentável**. Belém: Imazon, 1996. 147 p.
- ANDERSEN, L.E. et al. **The Dynamics of deforestation and economic growth in the Brazilian Amazon**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2002. 259p.
- ARIMA, E.Y.; RICHARDS, P.; WALTER, R.T.; CALDAS, M.M. Statistical confirmation of indirect land use change in the Brazilian Amazon. **Environmental Letters**, v.6, n.2, p.024010, 2011.
- ARNT, R. O tesouro verde. In **Revista Exame**. São Paulo: Abril, nº 739, 02/05/2001.
- ASSUNÇÃO, J.; GANDOUR, C.; ROCHA, R. **Crédito afeta desmatamento? evidência de uma política de crédito rural na Amazônia**. Núcleo de Avaliação de Políticas Climáticas, PUC-Rio, 2013.
- AZEVEDO, A.; STABILE, M.; REIS, T.; MOUTINHO, P. **Produção de commodities no Brasil: Desmatamento zero e ilegalidade zero**. Brasília : IPAM, 2015. 8 p. Disponível em: < http://ipam.org.br/wp-content/uploads/2015/12/produção_de_commodities_no_brasil.pdf . Acesso em dez. 2015.
- BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário estatístico do crédito rural**. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>. Acesso em abr. 2014
- BECKER, B. K., **Geopolítica da Amazônia. A Nova Fronteira de Recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982
- _____. Reflexões sobre políticas de integração nacional e de desenvolvimento regional. In: KINGO, M.D. (Org.). In: **Reflexões sobre políticas de integração nacional e de desenvolvimento regional**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2000. p. 71-138.
- _____. Geopolítica da Amazônia. In **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71- 86, 2005.
- _____. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Boletim do**

Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.-abr. 2010.

BRITO, B; BARRETO, P. A eficácia da aplicação da lei de crimes ambientais pelo Ibama para proteção de florestas no Pará. **Revista de Direito Ambiental**. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais, n. 46, p. 35-45, 2006.

CALDAS, E. L.; ÁVILA, M. L. Continuidade de políticas públicas e o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 13, n. 148, p. 77-84, 2013.

CAPOBIANCO, J. P. R. (Org.). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**. São Paulo: Estação Liberdade : Instituto Socioambiental, 2001.

_____. Biomas Brasileiros. In: CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J.P.R.; OLIVEIRA, J.A.P. (Org.). **Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós Rio-92**. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

_____. A fragilização da política ambiental do Brasil em crescimento econômico na era das mudanças climáticas. **Interesse Nacional**, v.2, n.5, p.42-51, 2009.

_____. Gestão socioambiental na Amazônia no período 2003 a 2010: da geopolítica de integração desenvolvimentista ao Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento. In: **VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales**, São Paulo, 2014. Anais. São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2014, p. 3078 a 3093

CASA CIVIL. Casa Civil da Presidência da República. Brasil. **Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm**. Brasília, 2004. 156p. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/casacivil/desmat.pdf>. Acesso em 12 de fev. 2014.

_____. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163**. Brasília, 2006. 195p.

_____. Brasil. **Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm 2ª Fase 2009 – 2011**. Brasília, 2009. 153p. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/casacivil/desmat.pdf>> . Acesso em 22 de mai. 2014.

_____. Brasil. Chefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 10 dez. 2014.

CELENTANO, D. ; VERÍSSIMO, A. **O avanço da fronteira na Amazônia: do boom ao colapso**. Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2007

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – Esalq/USP.

Indicador Soja CEPEA/ESALQ – Paranaguá. **Indicadores de Preços**. Disponível em <<http://cepea.esalq.usp.br/soja/>>. Acesso em 20 nov. 2014.

_____. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – Esalq/USP. Indicador ESALQ/BM&F Bovespa. Disponível em <<http://cepea.esalq.usp.br/boi/>>. Acesso em 05 jan. 2015

COCHRANE, M.A. O significado das queimadas na Amazônia. In: **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro: SBPC, v. 26, nº 157, jan./fev. p. 26-31, 2000.

COSTA, W. M. **O Futuro da Gran Amazonia – um desafio para os sul-americanos**. Disponível em _____. <https://geopousp.files.wordpress.com/2008/12/artigo_gran_amazonia2.pdf>. Acesso em 09 ago. 2015

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Global Forest Resources Assessment. **Forestry Paper 163**, Rome, 2010. 378p.

_____. **Global Forest Resources Assessment 2015 – Desk reference**. Rome, 2015. 245p.

FEARNSIDE, P. Soyben Cultivation as a Threat to the Environment in Brazil. **Environmental Conservation**, 28, p. 23-28, 2001

FERREIRA, F. S. S. **Políticas públicas de ordenamento territorial no Baixo Amazonas (PA): uma análise a partir das políticas e programas dos governos federal e estadual na área de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) / 2010 - 266 f.**

FERREIRA, L. V.; VENTICINQUE, E.; ALMEIDA, S. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Estudos Avançados**, 19:1–10, 2005.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed Ed., 2009

HADDAD, C.F.B. “Biodiversidade de anfíbios no Estado de São Paulo”. In: JOLLY, C.A. & BICUDO, C.E, de M. (Orgs.). **Biodiversidade do Estado de São Paulo: síntese do conhecimento ao final do século XX**, v. 6: Vertebrados. São Paulo: Fapesp, 1998, p. 15-26.

HOGAN, D.J. Demographic dynamics and environmental change in Brazil. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 4, n. 9, p. 43-73, 2001.

HUERTAS, D. M., **Da fachada atlântica à imensidão amazônica: fronteira agrícola e integração territorial**. São Paulo: Annablume, 2009; Fapesp; Belém: Banco da Amazônia. 344 p.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Consulta Pública de Autuações Ambientais e Embargos**. Disponível em:

<<https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEm>

[bargadas.php](#)>. Acesso em jul. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa de Biomassas e de Vegetação**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtml>>. Acesso em 10 dez. 2014

_____. **Pesquisa agrícola municipal**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?z=t&o=11&i=P>>. Acesso em 10 jul. 2014

_____. **Áreas Especiais – Cadastro dos municípios brasileiros localizados na Amazônia Legal**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/amazonialegal.shtml?c=2>>. Acesso em jan. 2015

_____. **Censo demográfico 2010 – Resultados preliminares do universo**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/universo-resultados-preliminares>>. Acesso em fev. 2016

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Cadastro Rural**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tree/info/directory/36>>. Acesso em mar. 2016.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite**: Projeto Prodes. São José dos Campos: INPE, 2014. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/prodes/index.html>>. Acesso em 10 dez 2014

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada; GIZ. Agência Internacional Alemã de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável; CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Avaliação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM 2004-2010**. Brasília: IPEA/GIZ/CEPAL, 2011.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Mato Grosso - Amazônia (i)Legal**. Brasília: ISA, 2005.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37-61, 2002.

KRUG, T. O quadro de desflorestamento da Amazônia. In: Ministério do Meio Ambiente. Brasil. **Causas e dinâmicas do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001

LAURANCE, W.F.; ALBERNAZ, A.K.M.; FEARNside, P.M.; VASCONCELOS, H.L.; FERREIRA, L.V. Deforestation in Amazonia. **Science**, Washington, n. 304, p. 1109-1111, 2004.

LIRA, S.R.B. **Morte e ressurreição da SUDAM**: uma análise da decadência e

extinção do padrão de planejamento regional na Amazônia. 2005. 252 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

LOUREIRO, V. R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002.

MADEIRA, W. do V. Plano Amazônia Sustentável e desenvolvimento desigual. In: **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XVII, n. 3, p. 19-34, jul.-set. 2014.

MARGULIS, S. **Causas do desmatamento da Amazônia brasileira**. 1. ed. Brasília: Banco Mundial, 2003. 100 p.

MEIJER, K. S. A comparative analysis of the effectiveness of four supply chain initiatives to reduce deforestation. *Mongabay.com Open Access Journal - Tropical Conservation Science* Vol.8 (2): p. 564-578, 2015

MELLO, N.A. **Políticas Territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Território e gestão ambiental na Amazônia: terras públicas e os dilemas do Estado**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2011.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. Brasil. **Primeiro Relatório Nacional para a Conservação sobre Diversidade Biológica**. Brasília: MMA, 1998.

_____. Brasil. **Causa e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília : MMA, 2001. 436p.

_____. Brasil. **Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade do Bioma Amazônia** . Brasília : MMA, 2002.

_____. Brasil. **Sistema de Licenciamento Ambiental em propriedades rurais do Estado de Mato Grosso: análise de lições na sua implementação – relatório final**. Brasília, 2005.

_____. Brasil. **Avaliação do Programa Piloto – Resumo Executivo**. Brasília: MMA, 2006.

_____. Brasil. **Política Ambiental Integrada para o Desenvolvimento Sustentável – Relatório de Gestão 2003 a 2006**. Brasília: MMA, 2007. 132 p.

_____. Brasil. **Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm – Documento de Avaliação 2004-2007**. Brasília : MMA, 2008. 99 p.

_____(b). Brasil. **Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira**. Brasília: MMA, 2008.

_____. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Unidades de Conservação

por Bioma. Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC_Biomas_Out14.pdf. Acesso em dez. 2014.

_____. I3Geo. Catálogo de Mapas. **Áreas Especiais**. Disponível em <http://mapas.mma.gov.br/i3geo/mma/openlayers.htm?g7erhdluo22eh6phlbj3remrc0>. Acesso em fev. 2015.

NEPSTAD, D. et. al. **Avança Brasil: Os Custos Ambientais para a Amazônia**. Belém, Brasil: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2000.

NEPSTAD, D. et al. Road paving, fire regime feedbacks, and the future of Amazon forests. **Forest ecology and management**, v. 154, n. 3, p. 395-407, 2001.

NEPSTAD, D. et al. Inhibition of Amazon Deforestation and Fire by Parks and Indigenous Lands. **Conservation Biology**, v. 20, n. 1, p. 65–73, 2006.

NEPSTAD, D.C.; STICKLER, C.M.; ALMEIDA, O.T. Globalization of the Amazon soy and beef industries: opportunities for conservation. **Conservation Biology**, Malden, v. 20, p. 1595- 1603, 2006.

NEPSTAD, D. et al. Interactions among Amazon land use, forests and climate: prospects for a near-term forest tipping point. **Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences**, v. 363, n. 1498, p. 1737-1746, 2008.

NEPSTAD, D. et al. The End of Deforestation in the Brazilian Amazon. **Science**, v. 326, n. 5959, p. 1350-1351, 2009

NEPSTAD, D. et. al. Slowing Amazon deforestation through public policy and interventions in beef and soy supply chains. **Science**, v. 344, n. 6188, p. 1118-1123, 2014.

NEVES, E. M. S. C., et al. **O processo de municipalização da estratégia de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia - Estudos de casos sobre municípios integrantes da lista de municípios prioritários do Ministério do Meio Ambiente**. Revisão 1, 2015. Disponível em <http://www.prpa.mpf.mp.br/Relatorio%20Processo%20Municipalizacao%20Prevencao%20e%20Controle%20Desmatamento%20Amazonia%202014.pdf>. Acesso em set. 2016.

NOBRE, A.D. **O Futuro Climático da Amazônia, relatório de avaliação científica**. Articulação Regional Amazônica (ARA). 2014. Disponível em: <http://www.ccst.inpe.br/wp-content/uploads/2014/10/Futuro-Climatico-da-Amazonia.pdf>. Acesso em 12 jan. 2015.

NOBRE, C.A.; NOBRE, A.D. O balanço de carbono da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 81-90, 2002.

OMETTO, Jean Pierre et al. Amazon forest biomass density maps: tackling the uncertainty in carbon emission estimates. In: **Uncertainties in Greenhouse Gas**

Inventories. Springer International Publishing, 2015. p. 95-110.

PEREIRA, J. C. M. Os modos de vida na cidade: Belterra, um estudo de caso na Amazônia brasileira. Tese (Doutorado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro. 2012. 256 f.

PFAFF, A. S. P. **What drives deforestation in the Brazilian Amazon?** MIT Joint Program on the Science and Policy of Global Change. Cambridge, 1996. 32 p. Disponível em: <<http://web.mit.edu/globalchange/www/rpt16.html>>. Acesso em 20 abr. 2015.

PFAFF, A. S. P. et al. Impactos de Estradas na Amazônia Brasileira. **Amazonia and Global Change.** Geophysical Monograph Series 186. 2009.

QUARESMA, S. J.; BONI, V. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2, n. 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

RAISG – RED AMAZÓNICA DE INFORMACIÓN SOCIOAMBIENTAL GEORREFERENCIADA. **Amazônia Bajó Presión.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2012.

SAATCHI, S. S.; HOUGHTON, R. A.; DOS SANTOS A., R. C.; SOARES, Z. J. V.; YU, Y. **Distribution of aboveground live biomass in the Amazon basin.** Global Change Biology 13, 816–837. 2007.

SCHMITT, J. **Crime sem castigo: a efetividade da fiscalização ambiental para o controle do desmatamento ilegal na Amazônia.** Brasília, 2015. 188 p. : il.

SEEG – Sistema de Estimativa das Emissões de Gases de Efeito Estufa. **Emissões Totais de Gases de Efeito Estufa no Brasil.** Observatório do Clima, 2016. Disponível em <<http://www.seeg.eco.br/emissoes-totais/>>. Acesso em 12 dez. 2016.

SHIMABUKURO, Y.E. *et al.* Roraima: o incêndio visto do espaço. In: **Ciência Hoje.** Rio de Janeiro: SBPC, v. 26, nº 157, jan./fev, p. 32-4, 2000.

SILVA, J. H. G. **Economic causes of deforestation in the Brazilian Amazon: an empirical analysis of the 2000s.** (apresentado no mestrado em Economia e Política da Universidade de Freiburg). Universidade de Freiburg, Alemanha, 2009.

SOARES-FILHO, B. S.; NEPSTAD, D.C.; CURRAN, L. Cenários de desmatamento para a Amazônia. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 19, n. 54, p. 137-152, 2005.

SOARES-FILHO, B. S. et al. **Cenário para a pecuária de corte amazônica.** 1 ed. – Belo Horizonte: Ed. IGC/UFGM, 2015. 29 p. – il.

SOSMA – SOS MATA ATLÂNTICA, FUNDAÇÃO; INPE. **Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica no Período 2011-2012** – Relatório Técnico, São Paulo, 2013.

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Legislação da Amazônia. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br/index.php/institucional?id=86>>. Acesso em 12 dez. 2015.

TONI, F. Decentralization and REDD+ in Brazil. **Forests**, n.2, p. 66-85, 2011. Disponível em <http://www.mdpi.com/1999-4907/2/1/66/htm>. Acesso em fev. 2016.

VALENTIM, J. F; ANDRADE, C. M. S. de. Tendências e perspectivas da pecuária bovina na Amazônia brasileira. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento, Belém**, v. 4, n. 8, p. 273-283, 2009.

APÊNDICE A – Lista não exaustiva das principais iniciativas institucionais, jurídicas e operacionais, adotadas pelo governo federal para implementar ações de governança na Amazônia, a grande maioria formuladas no âmbito do PPCDAm

Gestão Territorial e ordenamento fundiário (53 iniciativas entre 134)

12/2003 – Portaria Incra 1.141/2003 cria a modalidade de Projeto de Assentamento Florestal – PAF, destinada a áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à região Norte.

06/2004 – DSN de 03/06/2004 que cria a Resex do Lago do Capanã Grande, no Estado do Amazonas, com 304.310 ha.

11/2004 – DSN de 08/11/2004 que cria a Resex Riozinho do Anfrísio, no Estado do Pará, com 736.135 ha.

11/2004 – DSN de 08/11/2004 que cria a Resex Verde para Sempre, no Estado do Pará, com 1.289.362 ha.

12/2004 – Portaria Conjunta 10/2004 do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) promove alteração nos procedimentos de titulação de terras na Amazônia, a suspensão do cadastro de imóveis rurais e determina o recadastramento dos imóveis com documentação incompleta, que implica em bloqueio do acesso ao crédito público⁴⁶.

12/2004 – DSN de 01/12/2004 que cria a Flona de Jacundá, no Estado de Rondônia, com 221.217 ha.

02/2005 – MP 239/2005 institui a o instrumento da limitação administrativa provisória de áreas em estudo para a criação de unidade de conservação ambiental - UCs.

⁴⁶ Envolveu 352 municípios dos nove estados da Amazônia Legal. Segundo a norma o registro de posses acima de 100 hectares na Amazônia somente serão aceitos, mediante a apresentação pelo possessor de memorial descritivo georreferenciado da posse para checar se a posse está em terras públicas. No caso de registros já efetuados, o possessor também deve apresentar o memorial descritivo para validação. Um dos objetivos da norma foi agilizar os processos de reintegração de posse e de recuperação dos danos ambientais causados por posseiros. O protocolo do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR vinha sendo um dos vários documentos usados para grilar terras públicas e para a concessão de autorizações para manejo florestal, desmatamento e transporte de madeira extraída, muitas vezes, de forma ilegal. A partir da publicação da norma, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) suspendeu e cancelou inúmeros planos de manejo em toda a Amazônia, além de não mais liberar planos em áreas sem títulos comprovados. A medida causou muito polêmica, a revolta da indústria madeireira paraense e uma crise política entre o setor e o governo federal. Segundo relatório interno do Incra, as solicitações de protocolos do certificado caíram drasticamente em toda região amazônica depois da portaria. Segundo o MMA, até final de outubro de 2006, cerca de 66 mil certificados de cadastro de imóvel rural (CCIRs) de posses em toda a Amazônia continuavam “inibidos”. Também continua suspensa a emissão do protocolo de solicitação do documento. O requerimento do CCIR é o primeiro passo no processo de regularização fundiária de uma posse. o protocolo é necessário para obtenção de crédito rural, a realização de registros imobiliários, transações bancárias e comerciais.

02/2005 – DSN estabelece limitação administrativa provisória (ALAP) na região de entorno da rodovia BR - 163, no estado do Pará.

02/2005 – DSN de 17/02/2005 que cria a Esec da Terra do Meio, no Estado do Pará, com 3.373.133.

02/2005 – DSN de 18/02/2005 que cria a Flona de Anauá, no Estado de Roraima, com 259.400 ha.

02/2005 – DSN de 17/02/2005 que cria a Resex Riozinho da Liberdade, no Estado do Acre, com 324.904 ha.

02/2005 – DSN de 17/02/2005 que cria a Flona de Balata-Tufari, no Estado do Amazonas, com 802.000 ha (atualmente com 1.079.669 ha por posterior ampliação).

06/2005 – DSN de 14/06/2005 que cria a Resex Ipaú-Anilzinho, no Estado do Pará, com 55.834 ha.

03/2005 – Portaria Conjunta 03/2005 do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) prorroga os efeitos da Portaria Conjunta 10/2004 que promove alteração nos procedimentos de titulação de terras na Amazônia, e determina o recadastramento dos imóveis com documentação incompleta.

05/2005 – DSN de 20/05/2005 que cria a Rebio Nascentes Serra do Cachimbo, no Estado do Pará, com 342.192 ha.

05/2005 – DSN de 20/05/2005 que cria a Resex Mapuá, no Estado do Pará, com 93.746 ha.

05/2005 – DSN de 20/05/2005 que cria a Resex Marinha Caeté-Taperaçu, no Estado do Pará, com 42.489 ha.

05/2005 – DSN de 20/05/2005 que cria a Resex Marinha de Gurupi-Piriá, no Estado do Pará, com 74.081 ha.

05/2005 – DSN de 23/05/2005 que cria a Resex Marinha Arai-Peroba, no Estado do Pará, com 11.549 ha.

06/2005 – DSN de 14/06/2005 que cria a RDS Itatupã-Baquiá, no Estado do Pará, com 64.441 ha.

07/2005 – Sanção da Lei no 11.132/ 2005 que converte MP 239/2005 a permite ao poder público decretar áreas sob limitação administrativa provisória de áreas em estudo para a criação de unidade de conservação ambiental - UC.

10/2005 – Portaria Conjunta 17/2005 do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) prorroga novamente os efeitos da Portaria Conjunta 10/2004 que promove alteração nos procedimentos de titulação de terras na Amazônia, e determina o recadastramento dos imóveis com documentação incompleta.

11/2005 – DSN de 16/11/2005 que cria a Resex Arióca Pruanã, no Estado do Pará, com 83.445 ha.

01/2006 – DSN estabelece limitação administrativa provisória (ALAP) no entorno da BR - 319, no Estado do Amazonas.

02/2006 – DSN de 13/02/2006 que cria o Parna do Rio Novo, no Estado do Pará, com 538.151 ha.

02/2006 – DSN de 13/02/2006 que cria a Flona de Trairão, no Estado do Pará, com 257.526 ha.

02/2006 – DSN de 13/02/2006 que cria o Parna do Jamanxim, no Estado do Pará, com 859.797 ha.

02/2006 – DSN de 13/02/2006 que cria a Flona do Jamanxim, no Estado do Pará, com 1.301.683 ha.

02/2006 – DSN de 13/02/2006 que cria a APA do Tapajós, no Estado do Pará, com 2.039.581 ha.

02/2006 – DSN de 13/02/2006 que cria a Flona do Crepori, no Estado do Pará, com 739.805 ha.

02/2006 – DSN de 13/02/2006 que cria a Flona do Amaná, no Estado do Pará, com 539.571 ha.

02/2006 – DSN de 13/02/2006 que amplia o Parna da Amazônia, nos estado do Amazonas e Pará, com 1.084.895,62 ha (ampliação em 167.379 ha).

05/2006 – DSN de 02/05/2006 que cria a Rebio do Jaru, no Estado de Rondônia, com 346.861 ha.

06/2006 – DSN de 05/06/2006 que cria o Parna de Juruena, nos estado do Amazonas e Mato Grosso, com 1.958.203 ha.

06/2006 – DSN de 05/06/2006 que cria a Resex Rio Iriri, no Estado do Pará, com 398.992 ha.

06/2006 – DSN de 05/06/2006 que cria a Resex Terra Grande Pracuuba, no Estado do Pará, com 194.867 ha.

06/2006 – DSN de 21/06/2006 que cria a Resex do Rio Unini, no Estado do Amazonas, com 849.684 ha.

06/2006 – DSN de 21/06/2006 que cria a Resex Arapaxi, no Estado do Amazonas, com 133.710 ha.

06/2006 – DSN de 21/06/2006 que cria o Parna de Campos Amazônicos, nos estado do Amazonas, Mato Grosso e Rondônia, com 961.317 ha.

11/2006 – DSN de 30/11/2006 que cria a Resex Gurupá-Melgaço, no Estado do Pará, com 145.572 ha.

12/2007 – DSN de 21/12/2007 que amplia a Esec de Cuniã, no Estado de Rondônia, com 186.743 ha.

02/2008 – Instrução Normativa IN 44/2008 do Incra que estabelece diretrizes para recadastramento de imóveis rurais de que trata o Decreto 6.321/2007.

05/2008 – DSN de 08/05/2008 que amplia a Flona de Balata-Tufari, no Estado do Amazonas, com 1.079.669 ha (ampliação em 445.048 ha).

05/2008 – DSN de 08/05/2008 que cria a Resex do Médio Purús, no Estado do Amazonas, com 604.231 ha.

05/2008 – DSN de 08/05/2008 que cria a Flona do Iquiri, no Estado do Amazonas, com 1.472.598 ha.

05/2008 – DSN de 08/05/2008 que cria o Parna Nascentes do Lago Jari, no Estado do Amazonas, com 812.745 ha.

05/2008 – DSN de 05/06/2008 que cria o Parna Mapinguari, nos estados do Amazonas e Rondônia, com 1.776.914 ha.

06/2008 – DSN de 06/06/2008 que cria a Resex Ituxí, no Estado do Amazonas, com 776.323 ha.

06/2008 – DSN de 05/06/2008 que cria a Resex Rio Xingu, no Estado do Pará, com 303.000 ha.

06/2009 – DSN de 05/06/2009 que cria a Resex Renascer, no Estado do Pará, com 211.531 ha.

10/2009 – Decreto 6992/2009 regulamenta a Lei no 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar no 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências.

07/2010 – DSN de 07/2010 que amplia os limites da Resex do Ciriaco, no Estado do Maranhão, com 8.106 ha (ampliação em 1.056 ha).

12/2010 – Decreto 7.378/2010 aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - Macrozee da Amazônia Legal (altera o Decreto 4.297/2002).

Monitoramento, fiscalização e controle (55 iniciativas em 134)

02/2003 – Decreto 4.593/2003 que suspende a exploração da espécie *Swietenia macrophylla* King (mogno) no território nacional, pelo período de cento e cinquenta dias e institui a Comissão Especial do Mogno.

04/2003 – MP 115/2003 (convertida na lei nº 10.687/2003) destina crédito extraordinário ao Ibama para combate ao desmatamento;

06/2003 - Decreto 4.722/2003 limita a exploração da espécie *Swietenia macrophylla* King (mogno) exclusivamente a planos de manejo sustentável novos ou reformulados e proíbe, por cinco anos, o abate da espécie em áreas autorizadas para o desmatamento.

09/2003 – Realização da Operação Setembro Negro pela Polícia Federal e Ibama no Estado de Rondônia, inaugurando a ação integrada dos dois órgãos federais, para combater esquemas fraudulentos de desmatamento e exploração florestal ilegal, envolvendo servidores do órgão e madeireiros da região. Resultados: 17 prisões, sendo 4 servidores de órgão públicos e 13 madeireiros (DPF, 2010).

01/2004 – Realização da Operação Feliz Ano Velho pela Polícia Federal no Estado do Pará. Foi preso um grupo organizado ligado à falsificação de ATPF's. Envolveu mais de 110 policiais federais. Tailândia, Tomé Açu, Breu Branco, Paragominas, Marabá, Mãe do Rio e Moju são as cidades onde foram cumpridos os mandados de prisão e de busca e apreensão emitidos pela Justiça no dia 10 de Dezembro de 2003. (DPF, 2010)

03/2004 – Portaria Incra 15/2004 inclui qualificar e adequar as normas ambientais como condição necessária à implantação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, promovendo a exploração racional e sustentável da área e a

melhoria de qualidade de vida dos assentados e o Plano de Recuperação de Assentamento - PRA, que deverá assegurar a recuperação do passivo ambiental,

04/2004 – Início da realização das Operações Integradas com a participação da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ministério do Trabalho e Emprego e Exército (apoio logístico).

06/2004 – Início das missões do 2º/6º Grupo de Aviação do Comando da Aeronáutica para coleta de dados obtidos pelo SAR - Radar de Abertura Sintética, embarcado na aeronave R-99B, permitindo o uso inédito de imagens de alta resolução para o planejamento de ações de fiscalização, identificação de áreas de conflitos e definição de limites de unidades de conservação.

12/2004 – Instrução Normativa 58/2004 do Ibama determina o recadastramento das serrarias no Pará e a declaração do seu estoque no pátio, com objetivo de identificar empresas fantasmas.

12/2004 – Início da operação experimental do Deter - Detecção de Desmatamento em Tempo Real, desenvolvido pelo Inpe, que passou a fornecer informações atualizadas para orientar o trabalho de fiscalização do Ibama e dos órgãos ambientais estaduais.

12/2004 – Realização da Operação Faroeste pela Polícia Federal no Estado do Pará para desarticular quadrilhas especializadas em grilagem de terras públicas atuantes na região oeste do estado. Resultados: foram cumpridos 18 mandados de prisão temporária. Dos presos, 8 eram servidores do Incra no Pará, inclusive o superintendente do órgão no estado e o superintendente adjunto (DPF, 2010).

02/2005 – 18/02/2005 Governo anuncia Pacote Ambiental⁴⁷ e institui Gabinete de Crise⁴⁸, ligado ao GSI - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, para coibir a violência e o desmatamento na Amazônia, principalmente no Estado do Pará, em que a freira Dorothy Mae Stang havia sido assassinada. São enviados de 2.000 soldados do Exército para a região.

02/2005 – Realização da Operação “Terra Nostra” pela Polícia Federal no Estado do Tocantins para combater a grilagem de terras na região, com a prisão de 16 suspeitos de formação de quadrilha e fraudes na emissão de cessões de direito de posse sobre terras do estado⁴⁹.

06/2005 – Realização da Operação Curupira⁵⁰ pela Polícia Federal, Ibama e Ministério Público Federal no Estado do Mato Grosso para combater o desmatamento

⁴⁷ Entre outras medidas, somente no Pará, na chamada Terra do Meio (entre Altamira e São Félix do Xingu) onde havia um acelerado processo de grilagem de terras públicas e intensos desmatamentos, foram criadas duas unidades de conservação: a Estação Ecológica da Terra do Meio (3,3 milhões de hectares) e o Parque Nacional da Serra do Pardo (445 mil hectares), abrangendo uma área equivalente a duas vezes o Estado de Sergipe.

⁴⁸ Participaram do gabinete funcionários dos ministérios da Justiça, Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário, GSI, Exército, Polícia Federal, Governo do Pará, entre outros.

⁴⁹ Entre os presos havia três policiais civis, que receberiam propina para não investigar a quadrilha, cinco pistoleiros e uma tabeliã cartorária. Um oficial de justiça foi indiciado. O grupo vendia as terras para produtores rurais do Paraná e do Rio Grande do Sul, interessados em plantar soja no estado, devido à boa qualidade do solo.

⁵⁰ Considerada uma das maiores operações realizadas pela PF, envolveu 20 meses de investigação e teve a participação de 480 policiais federais. Resultados: 126 prisões decretadas (42 empresários e respectivos procuradores, 47 servidores do Ibama e funcionários da Fundação Estadual do Meio

ilegal e a exploração florestal ilegal na Amazônia, por meio do desmonte do esquema de fraude e corrupção que foi instalado no Ibama/MT desde o início da década de 90 (DPF, 2010).

07/2005 – Início da instalação de 19 Bases Operativas do Ibama, conferindo maior agilidade e intensificação das ações de fiscalização na Amazônia⁵¹.

07/2005 – Ajuste no processo de monitoramento da Amazônia pelo Inpe, com o início do desenvolvimento do Prodes Multisensores, possibilitando a utilização de diferentes imagens de satélite capazes de fornecer informações em áreas cobertas por nuvens nos satélites Landsat e Cbers⁵², até então os únicos utilizados no processo. Esse aprimoramento permitiu que o Inpe passasse a concluir a análise preliminar da evolução do desmatamento na Amazônia no mês de novembro do próprio ano de ocorrência, possibilitando uma avaliação quase que imediata dos resultados das ações de controle.

08/2005 – Decreto 5.523/2005 elevou de R\$ 1 mil para R\$ 5 mil o valor da multa por hectare de floresta derrubada ilegalmente, autorizou a retenção de veículos e embarcações usados nesses crimes e a divulgação de informações relativas a multas emitidas e outras sanções aplicadas a infratores.

08/2005 – Realização da Operação Curupira II pela Polícia Federal, Ibama e Ministério Público Federal no de Rondônia para combater o desmatamento ilegal e a exploração florestal ilegal na Amazônia, por meio do desmonte do esquema de fraude e corrupção que foi instalado no Ibama/RO desde o início da década de 90. Resultados: 22 prisões decretadas, sendo 17 Empresários e respectivos procuradores, 02 Servidores do IBAMA e 03 pistoleiros (DPF, 2010).

10/2005 – Portaria 76/2005 do Ibama determina a suspensão, pelo prazo de até 30 dias, do fornecimento de ATPFs a pessoas físicas e jurídicas consumidoras de matéria-prima florestal nos Estados do Pará, Maranhão e Rondônia.

10/2005 – Operação Ouro Verde da Polícia Federal para combater a fabricação, distribuição e comercialização de ATPF's falsificadas, adulteradas e ilícitas utilizadas para transporte de madeira (ATPF's Tarja Verde) e carvão (ATPF's Tarja Preta). A operação envolveu 400 policiais federais que cumpriram 78 mandatos de busca e apreensão e 43 prisões nos estados do Pará, Maranhão, Tocantins, Goiás, Rondônia, Mato Grosso e Rio Grande do Norte (DPF, 2010).

11/2005 – Realização da Operação Rio Pardo pela Polícia Federal com o objetivo de desarticular uma quadrilha que estava loteando área indígena no noroeste do estado do Mato Grosso. Entre os 20 presos estava o Secretário de Habitação de Cuiabá, Oscar Martins (DPF, 2010)

Ambiente do Mato Grosso – Fema que foi fechada após a operação) e desarticuladas 431 empresas fantasmas cadastradas no Ibama que movimentaram ilegalmente um volume estimado de madeira serrada de 1,98 milhões de m³ (equivale a uma fila de 76 mil caminhões que enfileirados que cobririam a distância Brasília – Rio de Janeiro).

⁵¹ Alta Floresta/MT, Altamira/PA, Apuí/AM, Ariquemes/RO, Breves/PA, Guarantã do Norte/MT, Itaituba/PA, Ji-Paraná/RO, Juína/MT, Marabá/PA, Novo Progresso/PA, Paragominas/PA, Porto Velho/RO, Redenção/PA, Rio Branco/AC, Sinop/MT, Tucumã/PA, Tucuruí/PA, Vila Rica/MT.

⁵² Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres

06/2006 – Operação Novo Empate da Polícia Federal e Ibama no estado do Acre, com o objetivo de desarticular quadrilha que fraudava autorizações de desmatamento e o uso, movimentação e fiscalização de ATPF's (DPF, 2010).

08/2006 – Operação Isaías da Polícia Federal e Ibama nos estados do Amapá, São Paulo, Santa Catarina e Pará com objetivo de desarticular um esquema ilícito de emissão e comércio de ATPFs, com envolvimento de servidores públicos, empresários madeireiros e intermediários (DPE, 2010).

09/2006 – Operação Daniel da Polícia Federal e Ibama no estado de Rondônia que desarticulou uma organização criminosa composta por empresários do ramo madeireiro, contadores, advogados e alguns servidores do IBAMA (DPF, 2010).

10/2006 – Resolução Conama 378/2006 define como empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional a supressão de vegetação em área maior que dois mil hectares em imóveis rurais localizados na Amazônia Legal e a exploração de florestas que envolvam espécies enquadradas no Anexo II da Cites, em imóveis rurais que abranjam dois ou mais Estados e em área de manejo superior a 50 mil ha.

11/2006 – Decreto 5.975/2006 regulamenta planos de manejo e corte de vegetação nativa.

12/2006 – Resolução Conama 387/2006 que estabelece procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, e dá outras providências.

12/2006 – Operação Maçaranduba da Polícia Federal e Ibama, no estado do Amazonas, com o objetivo de identificar crimes ambientais de madeireiros nas proximidades do município de Humaitá, no Estado do Amazonas. (DPF, 2010)

02/2007 – Operação Cedro-Maracá da Polícia Federal e Ibama na região do Boqueirão, município de Alto Alegre/RR, nas proximidades da Ilha de Maracá, com o objetivo de coibir o desmatamento ilegal de florestas e outros crimes ambientais (DPF, 2010).

03/2007 – Operação Ananias da Polícia Federal e Ibama região de Altamira/PA, levou à prisão cerca de 30 integrantes de uma quadrilha de criminosos ambientais que atuavam em um complexo esquema que envolvia madeireiros, despachantes e servidores públicos (DPF, 2010).

12/2007 – DSN cria o Sub-grupo de Trabalho de Responsabilização Ambiental no âmbito do Grupo Permanente de Trabalho Interministerial com a finalidade de propor medidas e coordenar ações que visem a redução dos índices de desmatamento na Amazônia Legal.

12/2007 – Decreto 6.321/2007 dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia, estabelecendo; (i) lista de municípios prioritários para controle e fiscalização; (ii) embargo obrigatório de áreas ilegalmente desmatadas; (iii) responsabilização da cadeia de produção e comercialização por produtos oriundos de áreas irregularmente desmatadas; e, (iv) condicionamento da liberação de crédito agropecuário a comprovação de adimplência ambiental pelo tomador.

01/2008 – Portaria MMA nº 28/2008 institui lista de municípios situados no Bioma Amazônia onde incidem ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal.

02/2008 – Resolução 3.545/2008 do Banco Central estabelece exigência de documentação comprobatória de regularidade ambiental e outras condicionantes, para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia.

02/2008 – Operação Arco de Fogo da Polícia Federal, Ibama e Força Nacional em Tailândia (PA), envolvendo cerca de 300 agentes públicos, com o objetivo de combater o desmatamento ilegal na região (DPF, 2010).

04/2008 – Operação Termes da Polícia Federal no Mato Grosso, com o objetivo de desarticular um esquema criminoso de liberação de cargas irregulares de madeira envolvendo advogados e servidores públicos de diversos órgãos, entre os quais a Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA, Instituto de Defesa Agropecuária do Mato Grosso – INDEA/MT, Delegacia Estadual do Meio Ambiente – DEMA/MT e Polícia Rodoviária Federal – PRF (DPF, 2010).

06/2008 – Operação Savana da Polícia Federal em Rondônia, com objetivo de reprimir a exploração ilegal de madeira com a participação de servidores públicos, inclusive da Superintendência do Ibama em Porto Velho/RO (DPF, 2010).

06/2008 – Operação Esperança da Polícia Federal, Ibama, ICMBio, Polícia Militar e Oficiais de Justiça do Pará com objetivo de desocupar a Esec da Terra do Meio, estado do Pará (DPF, 2010)

06/2008 – Decreto 6.472/2008 proíbe de forma permanente o abate da espécie *Swietenia macrophylla* King (mogno) em áreas autorizadas para o desmatamento que não possuam planos de manejo sustentável devidamente aprovados.

07/2008 - Decreto 6.515/2008 institui, no âmbito dos MMA e do Ministério da Justiça, os programas de segurança ambiental denominados Guarda Ambiental Nacional e Corpo de Guarda-Parques.

11/2008 – Operação Pacajá II da Polícia Federal, Ibama, 23ª Brigada de Infantaria (Pará e Amapá), BOPE, Receita Federal e Corpo de Bombeiros, envolvendo 1000 homens no combate a crimes ambientais, contrabando de armas, garimpo e tráfico de drogas nas regiões fronteiriças no extremo norte do país (DPF, 2010).

02/2009 – Resolução Conama 406/2009 que estabelece parâmetros técnicos a serem adotados na elaboração, apresentação, avaliação técnica e execução de Planos de Manejo Florestal Sustentável-PMFS com fins madeireiros, para florestas nativas e suas formas de sucessão no bioma Amazônia.

03/2009 – Operação Aimara da Polícia Federal e Ibama, em ação conjunta com as forças militares da França (Exército, Aeronáutica e Marinha francesa), para prevenção de crimes na Baía de Oiapoque/AP (DPF, 2010)

03/2009 – Portaria MMA Nº 102/2009 atualiza lista de municípios prioritários para o controle do desmatamento na Amazônia.

05/2009 – Operação Simbiose da Polícia Federal, Exército, Receita Federal, Ibama e ICMBio, para coibir delitos ambientais, tais como a garimpagem ilegal, destruição de floresta nativa, além de outros crimes no Parna Montanhas do Tumucumaque/AP (DPF, 2010).

07/2009 – Operação Pluma da Polícia Federal em Mato Grosso, para coibir a prática de grilagem de terras da União e vários crimes vinculados a ela como os crimes contra a vida, a administração pública, o meio ambiente, corrupção, peculato, prevaricação, extorsão e ameaça (DPF, 2010).

08/2009 – Operação Pracuuba da Polícia Federal e Ibama no Amapá para combater a exploração ilegal de madeira nas ilhas da União banhadas pelo Rio Amazonas e seus afluentes (DPF, 2010).

03/2010 – Portarias MMA N°s 66, 67 e 68, de 24 de março de 2010 que dispõem sobre a lista de municípios situados no Bioma Amazônia onde incidem ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal.

04/2010 – Operação Delta envolvendo os órgãos federais integrantes da Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais (CICCIA), para coibir o desmatamento e o comércio ilegal de madeira na região metropolitana de Belém, no Pará.

05/2010 – Operação Tronco Serrado da Polícia Federal e o Ibama, para coibir o transporte ilegal de madeiras no estado do Acre (DPF, 2010).

07/2010 – Operação Floresta Viva II da Polícia Federal e Ibama, com o objetivo de fiscalizar, reprimir, orientar e prevenir o desmatamento ilegal, queimadas, tráfico ilícito de animais silvestres e comércio ilegal de carne de caça na região do Baixo Acre.

11/2010 – Operação Térmita da Polícia Federal, com o objetivo de desarticular um grupo de que vinha cometendo crimes ambientais no Pará (DPF, 2010).

11/2010 – Operação Fazenda Brasil 2 da Polícia Federal, Força Nacional de Segurança Pública e Ibama, com o objetivo de prender pessoas e apreender bens utilizados no desmatamento e retirada ilegal de madeira do interior da Reserva Indígena da etnia Irantxe-Manochi, localizada no município de Brasnorte/MT (DPF, 2010).

11/2010 – Operação Pharisaicos da Polícia Federal, Ibama, Força Nacional e Funai, para reprimir crimes ambientais na região de Juína/MT, relacionados à extração ilegal e comercialização de madeiras da Terra Indígena Serra Morena (DPF, 2010).

12/2010 – Operação Alvorecer da Polícia Federal em Belém/PA, com a finalidade de investigar e comprovar a participação de pessoas físicas e jurídicas voltadas para a prática de crimes ambientais diversos (DPF, 2010).

Organização institucional, planejamento, gestão de informações e integração entre órgãos de governo e sociedade (19 iniciativas em 134)

06/2003 – Abertura dos dados digitais do Inpe, indisponíveis até então.

06/2003 – Realização do primeiro seminário técnico científicos com instituições públicas e organizações não-governamentais nacionais (ONGs) que realizavam trabalhos relacionados ao desmatamento na Amazônia⁵³.

07/2003 – DSN de 03/07/2003 que institui o Grupo Permanente de Trabalho Interministerial com a finalidade de propor medidas e coordenar ações que visem a redução dos índices de desmatamento na Amazônia Legal.

03/2004 – Lançamento do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia - PPCDAm, somando os esforços de 13 ministérios, coordenados pela Casa Civil, com 144 ações, sendo 31 estratégicas, divididas em três eixos: (i) ordenamento territorial e fundiário, (ii) monitoramento e controle e (iii) fomento às atividades produtivas sustentáveis. Orçamento inicial de R\$ 394 milhões.

03/2004 – DSN de 15/03/2004 cria Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar e coordenar a implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a região de influência da rodovia BR - 163.

03/2004 – DSN 15/03/2004 institui a Comissão Executiva do PPCDAm.

04/2004 – II Seminário técnico-científico de análise dos dados referentes ao desmatamento na Amazônia Legal

10/2004 – Decreto 4.864 altera Decreto 3.420/2000, sobre o Programa Nacional de Florestas – PNF, criando a Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas - Conaflor.

07/2005 – Realizado o III Seminário Técnico-científico de análise dos dados de desmatamento na Amazônia Legal

06/2006 – Decreto 5.794/2006 altera e acresce dispositivos ao decreto n.º 3.420/2000, ampliando funções e alterando a composição da Comissão Nacional de Florestas – Conaflor.

07/2006 – Realizado o IV Seminário Técnico-científico de análise dos dados de desmatamento na Amazônia Legal

10/2006 – Resolução Conama 379/2006 que cria e regulamenta o sistema de dados e informações sobre a gestão florestal no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA.

04/2007 – MPV 366/2007 cria do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

⁵³ Participantes: Museu Emilio Goeldi, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Inpa, Inpe, Incra, Ibama, Embrapa e Sipam, com a participação das ONGs IPAM, Imazon e ISA. Os objetivos do seminário eram: (i) promover uma análise qualificada da série histórica dos dados do INPE nos anos 1997, 2000, 2001 e 2002; (ii) identificar os principais vetores do desmatamento, tendências, cenários; (iii) segregar as áreas de desmatamentos legalmente autorizados dos desmatamentos ilegais; (iv) identificar novas frentes de desmatamentos de áreas de consolidação de processos de desmatamentos ocorridos no passado; (v) identificar áreas críticas onde deverão ser adotadas medidas enérgicas de combate ao desmatamento ilegal; (vi) promover o aprimoramento das metodologias de avaliação do desmatamento na região, incluindo a implantação de um sistema de monitoramento em tempo real que permita a atuação preventiva do Governo Federal; (vii) democratizar o acesso aos dados de desmatamento a fim de estimular o debate qualificado e envolver os setores interessados na formulação e implementação das ações de combate ao desmatamento; e, (viii) envolver o conjunto dos ministérios na busca de soluções para o problema.

08/2007 – Sanção da Lei 11.516/2007 que converte a MPV 366/2007 que cria do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

09/2007 – Realizado o V Seminário Técnico-científico de análise dos dados de desmatamento na Amazônia Legal

06/2008 – DSN/2008 institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de apresentar propostas para Criação do Fundo Amazônia.

12/2008 – Realizado o VI Seminário Técnico-científico de análise dos dados de desmatamento na Amazônia Legal

12/2009 – Portaria da Casa Civil de 28/12/2009 designa integrantes do Comitê Gestor Nacional da Operação Arco Verde.

06/2010 – Portaria Casa Civil/Censipam Nº 130, de 12 de julho 2010 institui grupo de trabalho responsável pela gestão e coordenação do Programa Arco Verde no âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia — Censipam.

Incentivo à conservação e ao uso sustentável (7 iniciativas em 134)

02/2006 – DSN institui o complexo geoeconômico e social denominado Distrito Florestal Sustentável - DFS da BR - 163. Trata-se do primeiro distrito florestal sustentável do país, com área total de 16 milhões de hectares, sendo 5 milhões destinados ao manejo florestal.

03/2006 – Sanção da lei 11.284/2006 que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, institui, na estrutura do MMA, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; e, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF.

12/2006 – Instrução Normativa IN 4/2006 do MMA que Dispõe sobre a Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável-APAT, e dá outras providências.

03/2007 – Decreto 6.063/2007 regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da lei n.º 11.284/ 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável.

12/2007 – Decreto 6.290/2007 institui o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR - 163 no trecho Cuiabá/MT a Santarém/PA - Plano BR - 163 Sustentável.

08/2008 – Decreto 6.527/2008 estabelece o Fundo Amazônia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

11/2009 – Decreto 7.008/2009 institui a operação Arco Verde, no âmbito do PPCDAm.

Iniciativas adotadas pelo governo federal com repercussões no controle do desmatamento.

Gestão Territorial e ordenamento fundiário (76 iniciativas entre 98)

02/2003 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Jaminawá/Envira, localizada no Município de Feijó, no Estado do Acre.

02/2003 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Kwazá do Rio São Pedro, localizada no Município de Parecis, no Estado de Rondônia.

02/2003 – DSN que retifica o art. 1º do Decreto de 8 de setembro de 1998, que homologou a demarcação da terra indígena Paumari do Lago Maranhão, localizada no Município de Lábrea, no Estado do Amazonas.

05/2003 – DSN que altera o art. 1º do Decreto de 23 de maio de 1996, que homologa a demarcação da terra indígena Padre, localizada no Município de Autazes, no Estado do Amazonas.

05/2003 – DSN que retifica o art. 1º do Decreto de 8 de setembro de 1998, que homologou a demarcação da terra indígena Paumari do Lago Manissuã, localizada no Município de Tapauá, no Estado do Amazonas.

05/2003 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Fortaleza do Castanho, localizada no Município de Manaquiri, no Estado do Amazonas.

05/2003 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Apipica, localizada no Município de Careiro da Várzea, no Estado do Amazonas.

05/2003 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Patauá, localizada no Município de Autazes, no Estado do Amazonas.

05/2003 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Itaitinga, localizada no Município de Autazes, no Estado do Amazonas.

05/2003 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Moskow, localizada no Município de Bonfim, no Estado de Roraima.

06/2003 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Boqueirão, localizada no Município de Alto Alegre, no Estado de Roraima.

06/2003 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Jacamim, localizada nos Municípios de Bonfim e Caracará, no Estado de Roraima.

06/2003 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena WaiWái, localizada nos Municípios de Caracará, Caroebe e São João da Baliza, no Estado de Roraima.

06/2003 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Badjonkôre, localizada nos Municípios de Cumarú do Norte e São Félix do Xingu, no Estado do Pará.

06/2003 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Muriru, localizada nos Municípios de Bonfim e Cantá, no Estado de Roraima.

06/2003 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Cuiú-Cuiú, localizada no Município de Maraã, no Estado do Amazonas.

02/2004 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Mundurukú, localizada no Município de Jacareacanga, Estado do Pará.

04/2004 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Coatá-Laranjal, localizada no Município de Borba, Estado do Amazonas.

04/2004 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Fortaleza do Patauá, localizada no Município de Manacapuru, no Estado do Amazonas.

04/2004 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Igarapé Grande, localizada no Município de Alvarães, Estado do Amazonas.

04/2004 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Juma, localizada no Município de Canutama, Estado do Amazonas.

04/2004 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Porto Praia, localizada no Município de Uarini, Estado do Amazonas.

04/2004 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Tenharim do Igarapé Preto, localizada no Município de Novo Aripuanã, Estado do Amazonas.

04/2004 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Tupã-Supé, localizada nos Municípios de Alvarães e Uarini, Estado do Amazonas.

10/2004 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Rio Juma, localizada no Município de Careiro, Estado do Amazonas.

10/2004 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Paraná do Arauató, localizada no Município de Itacoatiara, Estado do Amazonas.

10/2004 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Alto Tarauacá, localizada nos Municípios de Jordão e Feijó, Estado do Acre.

10/2004 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Deni, localizada nos Municípios de Itamarati, Tapauá, Lábrea e Pauini, no Estado do Amazonas.

10/2004 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Diahui, localizada no Município de Humaitá, Estado do Amazonas.

10/2004 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Krikati, localizada nos Municípios de Amarante do Maranhão, Lajeado Novo, Montes Altos e Sítio Novo, Estado do Maranhão.

10/2004 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Kumaru do Lago Ualá, localizada no Município de Juruá, Estado do Amazonas.

10/2004 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Lago Jauari, localizada no Município de Manicoré, Estado do Amazonas.

10/2004 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Lauro Sodré, localizada no Município de Benjamin Constant, Estado do Amazonas.

10/2004 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Nova Esperança do Rio Jandiatuba, localizada nos Municípios de São Paulo de Olivença e Amaturá, Estado do Amazonas.

10/2004 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Rio Urubu, localizada no Município de Itacoatiara, Estado do Amazonas.

10/2004 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Sepoti, localizada nos Municípios de Humaitá e Manicoré, Estado do Amazonas.

10/2004 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Torá, localizada nos Municípios de Humaitá e Manicoré, Estado do Amazonas.

04/2005 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima.

04/2005 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Maranduba, localizada nos Municípios de Santa Maria das Barreiras e Araguacema, Estados do Pará e Tocantins.

04/2005 – DSN que retifica o Decreto de 5 de janeiro de 1996, que homologa a demarcação da terra indígena Évare I, localizada no Estado do Amazonas.

04/2005 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Awá, localizada nos Municípios de Centro Novo do Maranhão, Zé Doca, Governador Newton Bello e São João do Caru, Estado do Maranhão.

04/2005 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Tabalascada, localizada no Município de Cantá, Estado de Roraima.

04/2005 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena São Sebastião, localizada no Município de Tonantins, Estado do Amazonas.

04/2005 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Espírito Santo, localizada no Município de Jutai, Estado do Amazonas.

09/2005 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Hi Merimã, localizada nos Municípios de Lábrea e Tapauá, no Estado do Amazonas.

10/2005 – DSN que altera o art. 1º do Decreto de 23 de junho de 2003, que homologou a demarcação da terra indígena Jacamim, localizada nos Municípios de Bonfim e Caracará, no Estado de Roraima, e dá outras providências.

04/2006 – DSN institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias.

04/2006 – Resolução Conama 371/2006 que estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei 9.985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e dá outras providências.

04/2006 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Arara do Igarapé Humaitá, localizada nos Municípios de Porto Walter e Tarauacá, no Estado do Acre.

04/2006 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Barreirinha, localizada no Município de Paragominas, no Estado do Pará.

04/2006 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Inãwébohona, localizada nos Municípios de Pium e Lagoa da Confusão, no Estado do Tocantins.

04/2006 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Kuruáya, localizada no Município de Altamira, no Estado do Pará.

04/2006 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Rio Omerê, localizada nos Municípios de Chupinguaia e Corumbiara, no Estado de Rondônia.

04/2006 – DSN que retifica o Decreto de 27 de outubro de 2004, que homologou a demarcação da terra indígena Deni, localizada no Estado do Amazonas.

09/2006 – DSN dá nova redação ao DSN de 2001 que dispõe sobre a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional e seu Grupo de Trabalho Permanente.

11/2006 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena São Francisco do Canimari, localizada no Município de Amaturá, no Estado do Amazonas.

11/2006 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Cunhã-Sapucaia, localizada nos Municípios de Autazes e Borba, no Estado do Amazonas.

11/2006 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Maraitá, localizada no Município de Amaturá, Estado do Amazonas.

02/2007 – DSN institui o grupo de trabalho interministerial - GTI para elaborar proposta da Política Nacional de Ordenamento Territorial - PNOT.

03/2007 – DSN que Homologa a demarcação da terra indígena Apurinã do Igarapé São João, localizada no Município de Tapauá, no Estado do Amazonas.

04/2007 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Apyterewa, localizada no Município de São Félix do Xingu, no Estado do Pará.

04/2007 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Itixi Mitari, localizada nos Municípios de Anori, Beruri e Tapauá, no Estado do Amazonas.

12/2007 – Decreto 6.288/2007 dá nova redação ao Decreto 4.297/ 2002 estabelecendo competência ao poder público federal para elaborar e executar o ZEE nacional e regionais, quando tiver por objeto biomas brasileiros ou territórios abrangidos por planos e projetos prioritários estabelecidos pelo governo federal.

04/2008 – DSN que Retifica os limites da terra indígena Panará, localizada nos Estados de Mato Grosso e Pará, de que trata o Decreto de 30 de abril de 2001.

06/2008 – DSN que Homologa a demarcação da terra indígena Baú, localizada no Município de Altamira, Estado do Pará.

06/2009 – Sanção da Lei 11.952/2009 que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal (altera as leis 8.666/1993 e 6.015/1973).

07/2009 – Portaria 01/2009 do Incra aprova a norma técnica para georreferenciamento em ações de regularização fundiária aplicada à Amazônia Legal.

12/2009 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Anaro, localizada no Município de Amajari, no Estado de Roraima.

12/2009 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Balaio, localizada no Município de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas.

12/2009 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Lago do Correio, localizada no Município de Santo Antônio do Içá, no Estado do Amazonas.

12/2009 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena São Domingos do Jacapari e Estação, localizada nos Municípios de Jutai e Tonantins, no Estado do Amazonas.

12/2009 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Las Casas, localizada nos Municípios de Floresta do Araguaia, Pau D'Arco e Redenção, no Estado do Pará.

12/2009 – DSN que homologa a demarcação administrativa terra indígena Prosperidade, localizada no Município de Tonantins, no Estado do Amazonas.

12/2009 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Trombetas Mapuera, localizada nos Municípios de Nhamundá e Urucará, no Estado do Amazonas, Faro e Oriximiná, no Estado do Pará, Caroebe e São João da Baliza, no Estado de Roraima.

12/2009 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Zo'ê, localizada no Município de Óbidos, Estado do Pará.

12/2010 – DSN que Homologa a demarcação da terra indígena Apurinã do Igarapé Mucum, localizada no Município de Lábrea, no Estado do Amazonas.

Monitoramento, fiscalização e controle (2 iniciativas em 98)

07/2008 – Decreto 6.514/2008 dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.

09/2008 – Decreto 6.565/2008 dispõe sobre medidas tributárias aplicáveis às doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras.

Organização institucional, planejamento, gestão de informações e integração entre órgãos de governo e sociedade (5 iniciativas em 98)

04/2003 – Sanção da Lei 10.650/2003 dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama (de autoria dos Deputados Fabio Feldmann e Rita Camata – PL 4649/98).

06/2003 – DSN de 05/06/2003 institui a Conferência Nacional do Meio Ambiente.

07/2006 – DSN. altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais.

11/2007 – Decreto 6.263/2007 institui o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima – CIM e orienta a elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

01/2008 – DSN institui o Comitê Interministerial para Coordenar a Implementação do projeto "Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA".

Incentivo à conservação e ao uso sustentável (15 em iniciativas em 98)

04/2003 – Decreto 4.703/2003 dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica – Pronabio e a Comissão Nacional da Biodiversidade a fim de dinamizar, entre outras questões o reconhecimento das Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade.

05/2004 – Decreto 5.092/2004 define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade.

11/2005 – Decreto 5.577/2005 institui, no âmbito do MMA, o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado - Programa Cerrado Sustentável.

11/2006 – Divulgada a proposta de “Incentivos positivos para reduzir as emissões de gases do efeito estufa provenientes de desmatamento nos países em desenvolvimento: perspectivas brasileiras”, proposta pelo MMA.

02/2007 – Decreto 6.040/2007 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

09/2008 – Portaria 75/2008 da Secretaria da Agricultura Familiar estabelece normas operacionais para a execução do Pronaf Floresta

06/2009 – Decreto 6882/2009 institui, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Unidade de Produção Familiar – Pronaf Sustentável, e dá outras providências.

06/2009 – Decreto 6.874/2009 institui, no âmbito do MMA e MDA o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF.

12/2009 – Sanção da Lei 12.187/2009 que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC.

01/2010 – Sanção da Lei Nº 12188/2010 institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

05/2010 – Decreto 7.167/2010 (modificado pelo Decreto 7.341/2010) regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF.

05/2010 – Resolução Conama 425/2010 que dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades e empreendimentos agropecuários sustentáveis do agricultor familiar, empreendedor rural familiar, e dos povos e comunidades - as de Preservação Permanente e outras de uso limitado.

06/2010 – Decreto 7215/2010 regulamenta a Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.

10/2010 – Decreto 7.343/2010 regulamenta a Lei 12.114/2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC.

12/2010 – Decreto 7.390/2010 regulamenta artigos da Lei 12.187/2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC.

APÊNDICE B – Lista não exaustiva das principais iniciativas institucionais, jurídicas e operacionais, adotadas pelo governo federal diretamente voltadas à redução e ao controle do desmatamento na Amazônia, no período de 1990 a 2002

Gestão Territorial e ordenamento fundiário (48 iniciativas entre 78)

01/1990 – Decreto 98.897/1990 que dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências.

01/1990 – Decreto 98.863/1990 que cria a Resex do Alto Juruá, no Estado do Acre, com 537.846 ha.

03/1990 – Decreto 99.144/1990 que cria a Resex Chico Mendes, no Estado do Acre, com 931.537 ha.

03/1990 – Decreto 99.145/1990 que cria a Resex do Rio Cajari, no Estado do Amapá, com 532.397 ha.

03/1990 – Decreto 99.166/1990 que cria a Resex do Rio Ouro Preto, no Estado de Rondônia, com 204.631 ha.

03/1990 – Decreto 99.193/1990 que dispõe sobre as atividades relacionadas ao zoneamento ecológico-econômico, com o encargo de conhecer e analisar os trabalhos de zoneamento ecológico-econômico, objetivando a ordenação do Território e propor, no prazo de 90 (noventa) dias, as medidas necessárias para agilizar sua execução, com prioridade para a Amazônia Legal, e dá outras providências.

05/1992 – Decreto 532/1992 que cria a Resex da Mata Grande, no Estado do Maranhão, com 11.431 ha.

05/1992 – Decreto 535/1992 que cria a Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins, com 9.070 ha.

05/1992 – Decreto 534/1992 que cria a Resex do Ciriaco (alterado pelo de 17/06/2010), no Estado do Maranhão, com 8.106 ha.

05/1992 – Decreto 536/1992 que cria a Resex do Quilombo Flexal, no Estado do Maranhão, com 9.338 ha.

10/1994 – Decreto 1.298/1994 que aprova o Regulamento das Florestas Nacionais, e dá outras providências.

10/1996 – Portaria Incra 268/1996 que criar em substituição à modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, a modalidade de Projeto de Assentamento Agro-Extrativista.

10/1996 – Portaria Incra 269/1996 que aprovar a Metodologia para implantação de Projetos de Assentamento de Base Agro-Extrativista.

03/1997 – DSN que dispõe sobre a criação da Resex do Médio Juruá, no Estado do Amazonas, com 251.577 ha.

01/1998 – Decreto 2.473/1998 que cria o Programa Florestas Nacionais, e dá outras providências.

02/1998 – Decreto 2.480/1998 que cria a Flona do Itacaiunas, no Estado do Pará, com 136.698 ha.

02/1998 – Decreto 2.481/1998 que cria a Flona de Itaituba I, no Estado do Pará, com 220.639 ha.

02/1998 – Decreto 2.482/1998 que cria a Flona de Itaituba II, no Estado do Pará, com 427.366 ha.

02/1998 – Decreto 2.483/1998 que cria a Flona de Altamira, no Estado do Pará, com 724.965 ha.

02/1998 – Decreto 2.484/1998 que cria a Flona do Xingu, no Estado do Pará, com 252.790 ha. Incorporada à Esec da Terra do Meio, criada em 2005.

02/1998 – Decreto 2.485/1998 que cria a Flona de Humaitá, no Estado do Amazonas, com 472.154 ha.

02/1998 – Decreto 2.486/1998 que cria a Flona de Carajás, no Estado do Pará, com 392.725 ha.

04/1998 – DSN que cria o Parna do Viruá, no Estado de Roraima, com 241.948 ha.

10/1998 – DSN que dispõe sobre a criação da APA dos Meandros do Rio Araguaia, nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins, com 359.190 ha.

11/1998 – DSN que cria a Resex Tapajós-Arapiuns, no Estado do Pará, com 677.513 ha.

08/1999 – DSN que cria a Arie Seringal Nova Esperança, no Estado do Acre, com 2.573 ha.

10/1999 – Portaria MEPF 88/1999 que proíbe a desapropriação, aquisição e quaisquer outras formas de obtenção de terras rurais em áreas com cobertura florestal primária incidentes nos Ecossistemas da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, e do Pantanal Mato-Grossense e em outras áreas protegidas, assim definidas pelos órgãos federais e estaduais do meio ambiente; proíbe o assentamento de trabalhadores rurais em áreas que necessitem de corte raso em florestas primárias; e determina que o Programa de Reforma Agrária seja executado em áreas antropizadas.

11/1999 – Decreto 3.238/1999 que dispõe sobre a criação da Resex do Lago do Cuniã, Estado de Rondônia (alterado pelo Dec 3.449/2000).

11/1999 – Portaria Incra 477/1999 que trata da criação de Projeto de Desenvolvimento Sustentável.

11/2000 – DSN que cria a Resex do Alto Tarauacá, no Estado do Acre, com 150.923 ha.

08/2001 – DSN que cria o Parna Serra da Cutia, no Estado de Rondônia, com 283.501 ha.

08/2001 – DSN que cria a Flona de Mulata, no Estado do Pará, com 216.601 ha.

08/2001 – DSN que cria a Resex do Baixo Juruá, no Estado do Amazonas, com 187.982 ha.

08/2001 – DSN que cria a Resex do Rio do Cautário, no Estado de Rondônia, com 73.818 ha.

08/2001 – DSN que cria a Resex Barreiro das Antas, no Estado de Rondônia, com 107.234 ha.

08/2001 – DSN que cria a Resex Auatí-Paraná, no Estado do Amazonas, com 146.950 ha.

09/2001 – DSN que cria a Esec de Cuniã, no Estado de Rondônia, com 186.743 ha.

11/2001 – DSN que cria a Resex Marinha de Soure, no Estado do Pará, com 27.464 ha.

03/2002 – Portaria Conjunta Incra/Ibama 155/2002 que define procedimentos para compensação de áreas de reserva legal nos projetos do INCRA.

07/2002 – DSN que Cria a Resex do Rio Jutai, no Estado do Amazonas, com 275.513 ha.

08/2002 – Decreto 4.326/2002 que institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia – Arpa (substituído pelo Dec 8.505/2015).

09/2002 – DSN que cria a Flona do Jatuarana, no Estado do Amazonas, com 569.428 ha.

09/2002 – DSN que cria a Resex do Cazumbá-Iracema, no Estado do Acre, com 750.917 ha.

11/2002 – Portaria Incra 39/2002 que autoriza a criação de 4 (quatro) Projetos de Desenvolvimento Sustentável (Anapu I a IV).

12/2002 – DSN que cria a Resex Chocoaré-Mato Grosso, no Estado do Pará, com 2.783 ha.

12/2002 – DSN que cria a Resex Mãe Grande de Curuçá, no Estado do Pará, com 36.678 ha.

12/2002 – DSN que cria a Resex de São João da Ponta, no Estado do Pará, com 3.409 ha.

12/2002 – DSN que cria a Resex Maracanã, no Estado do Pará, com 30.179 ha.

Gestão, integração de ministérios e órgãos do governo federal (5 iniciativas em 78)

08/1993 – Decreto 901/1993 que dispõe sobre a atuação do Ministro de Estado Extraordinário para a Articulação de Ações na Amazônia Legal.

10/1993 – Decreto 964/1993 que regulamenta o Conselho Nacional da Amazônia Legal.

11/1993 – MP 370/1993 que cria, mediante transformação, o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, altera a redação de dispositivos da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, instituindo a Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal e dá outras providências. Convertida na Lei nº 8.746, de 1993.

06/1995 – Decreto 1.541/1995 que regulamenta o Conselho Nacional da Amazônia Legal.

10/1995 – Resolução 09/1995 que cria a Câmara Técnica Temporária para Assuntos da Amazônia.

Incentivo à conservação e uso sustentável (9 iniciativas em 78)

12/1990 – Resolução Conama 14/1990 que dispõe sobre a criação da Câmara Técnica de proteção ao patrimônio dos povos da floresta.

05/1992 – Decreto 563/1992 que institui o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e cria a Comissão de Coordenação.

05/1994 – Decreto 1.141/1994 que dispõe sobre as ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas (alterado pelo Dec 3.799/2001).

06/1996 – Decreto 1.930/1996 que cria a Comissão de Acompanhamento do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo - PRODEX, em apoio ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO.

01/1997 – Decreto 2.119/1997 que dispõe sobre o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e sobre a sua Comissão de Coordenação.

08/1997 – Lei 9.479/1997 que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica a produtores de borracha natural.

08/1998 – Decreto 2.707/1998 que promulga o Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, assinado em Genebra, em 26 de janeiro de 1994.

04/2001 – Decreto 3.799/2001 que altera dispositivos do Decreto no 1.141, de 19 de maio de 1994, que dispõe sobre as ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas (revogado pelo Dec 7.747/2012).

06/2002 – Decreto 4.284/2002 que institui o Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia – Probem.

Monitoramento, fiscalização e controle (16 iniciativas em 78)

12/1992 – Portaria Ibama 149-p/1992 que define a obrigatoriedade de registro no Ibama para os estabelecimentos comerciais responsáveis pela comercialização de motosserras, bem como aqueles que, sob qualquer forma, adquirirem o equipamento.

08/1993 – Decreto 892/1993 que define orientação para o processo de implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia.

01/1994 – Decreto 1.049/2014 que define normas para a implantação do Sistema de Proteção da Amazônia - Sipam.

10/1995 – Lei 9.111/1995 que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna.

11/1995 – Protocolo Verde - Carta de Princípios para o Desenvolvimento Sustentável assinada pelos cinco bancos controlados pelo Governo Federal: BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, em que assumem o compromisso de incorporar a dimensão ambiental nos seus sistemas de análise e avaliação de projetos.

07/1996 – Decreto 1.963/1996 que suspende as autorizações e concessões para exploração de Mogno e Virola, pelo período de dois anos.

07/1998 – Decreto 2.661/1998 que regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (código florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências.

07/1998 – Decreto 2.662/1998 que dispõe sobre medidas a serem implementadas na Amazônia Legal, para monitoramento, prevenção, educação ambiental e combate a incêndios florestais.

07/1998 – Decreto 2.687/1998 que suspende a exploração da espécie mogno (*Swietenia Macrophylla* King) na Região Amazônica, pelo período de dois anos, e dá outras providências.

02/1999 – IN MMA 04/99 que suspendeu, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a execução dos desmatamentos decorrentes de autorizações concedidas pelo Ibama nos Estados da Amazônia Legal, anteriormente à sua edição.

09/1999 – Decreto 3.179/1999 que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências (alterado pelo Dec 3.919/2001).

10/1999 – DSN que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - CONSIPAM, e dá outras providências.

08/2000 – Decreto 3.559/2000 que suspende a exploração da espécie mogno (*swretenia macrophylla king*), na região Amazônica, pelo período de dois anos, e dá outras providências (revogado pelo Decreto 4.335/2002).

10/2001 – Resolução Conama 289/2001 que estabelece diretrizes para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. Alterada pelas Resoluções nº 318, de 2002, e nº 356, de 2004 e revogada pela Resolução 387/2006.

03/2002 – IN 003/2002 que define procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal.

08/2002 – Decreto 4.335/2002 que suspende a exploração da espécie mogno (*Swietenia macrophylla King*) na Região Amazônica, pelo período de seis meses, e dá outras providências (substituído pelo Dec 4.593/2003).

Lista não exaustiva das principais iniciativas institucionais, jurídicas e operacionais, adotadas pelo governo federal que podem ter contribuído com a redução e ao controle do desmatamento na Amazônia, no período de 1990 a 2002

Gestão territorial e ordenamento fundiário - Homologação de TIs (Terras Indígenas) 195 TIs

01/1990 – Decreto 98.814/1990 que homologa a demarcação da terra indígena Nambikwara, Estado de Mato Grosso.

01/1990 – Decreto 98.824/1990 que homologa a demarcação da terra indígena Serra Morena, no Estado de Mato Grosso.

01/1990 – Decreto 98.827/1990 que retifica os limites e homologa a demarcação da terra indígena Irantxe, no Estado de Mato Grosso.

01/1990 – Decreto 98.852/1990 que homologa a demarcação da terra indígena Arariboia, no Estado do Maranhão.

03/1990 – Decreto 99.062/1990 que homologa a demarcação da terra indígena Kraolândia, Estado do Tocantins.

03/1990 – Decreto 99.170/1990 que homologa a demarcação da terra indígena Tubarão Latundê, no Estado de Rondônia.

01/1991 – DSN que homologa a demarcação do Parque indígena do Xingu, no Estado do Mato Grosso.

01/1991 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Capoto/Jarina, no Estado de Mato Grosso.

10/1991 – Decreto 246/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Cana Brava/Guajajara, no Estado do Maranhão.

10/1991 – Decreto 248/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Parakanã, no Estado do Pará.

10/1991 – Decreto 249/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Sangradouro/Volta Grande, no Estado de Mato Grosso.

10/1991 – Decreto 251/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Apurinã Km-124 BR-317, no Estado do Amazonas.

10/1991 – Decreto 253/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Apurinã do Igarapé Tauamirim, no Estado do Amazonas.

10/1991 – Decreto 254/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Mamoadate, no Estado do Acre.

10/1991 – Decreto 255/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Kaxinawá do Rio Jordão, no Estado do Acre.

10/1991 – Decreto 256/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Pacaas Novas, no Estado de Rondônia.

10/1991 – Decreto 257/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Bom Jesus, no Estado de Roraima.

10/1991 – Decreto 258/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Serra da Moça, no Estado de Roraima.

10/1991 – Decreto 259/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Tubarão Latundê, no Estado de Rondônia.

10/1991 – Decreto 260/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Macarrão, no Estado do Amazonas.

10/1991 – Decreto 261/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Utiariti, no Estado do Mato Grosso.

10/1991 – Decreto 262/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Roosevelt, nos. Estados de Rondônia e Mato Grosso.

10/1991 – Decreto 263/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Boca do Acre, no Estado do Amazonas.

10/1991 – Decreto 264/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Jaquiri, no Estado do Amazonas.

10/1991 – Decreto 265/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Zoró, no Estado do Mato Grosso.

10/1991 – Decreto 266/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Zuruahã, no Estado do Amazonas.

10/1991 – Decreto 268/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Kaxinawá da Colônia Vinte e Sete, no Estado do Acre.

10/1991 – Decreto 269/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Funil, no Estado do Tocantins.

10/1991 – Decreto 271/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Pium, no Estado de Roraima.

10/1991 – Decreto 272/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Cacau do Tarauacá, no Estado do Amazonas.

10/1991 – Decreto 273/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Jatuarana, no Estado do Amazonas.

10/1991 – Decreto 274/1991 que homologa a demarcação da terra indígena terra Vermelha, no Estado do Amazonas.

10/1991 – Decreto 275/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau, no Estado de Rondônia.

10/1991 – Decreto 278/1991 que homologa a demarcação da terra Indígena Igarapé do Caucho, no Estado do Acre.

10/1991 – Decreto 279/1991 que homologa a demarcação da terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá, no Estado do Acre.

10/1991 – Decreto 280/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Kulina do Rio Envira, no Estado do Acre.

10/1991 – Decreto 281/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Rio Gregório, no Estado do Acre.

10/1991 – Decreto 282/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Caititu, no Estado do Amazonas.

10/1991 – Decreto 283/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Katukina/Kaxinawá, nos Estados do Acre e Amazonas.

10/1991 – Decreto 284/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Uati-Paraná, no Estado do Amazonas.

10/1991 – Decreto 287/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Paresi, no Estado de Mato Grosso.

10/1991 – Decreto 288/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Marajá, no Estado do Amazonas.

10/1991 – Decreto 291/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Tirecatinga, no Estado do Mato Grosso.

10/1991 – Decreto 293/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Bakairi, no Estado do Mato Grosso.

10/1991 – Decreto 294/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Kaxinawá Nova Olinda no Estado do Acre.

10/1991 – Decreto 295/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Recreio/São Félix, no Estado do Amazonas.

10/1991 – Decreto 296/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Natal/Felicidade, no Estado do Amazonas.

10/1991 – Decreto 298/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Uauá, no Estado do Amapá.

10/1991 – Decreto 300/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Tadarimana, no Estado do Mato Grosso.

10/1991 – Decreto 303/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Barreira da Missão, no Estado do Amazonas.

10/1991 – Decreto 304/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Turé/Mariquita, no Estado do Pará.

10/1991 – Decreto 305/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Gavião, no Estado do Amazonas.

10/1991 – Decreto 306/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Parabubure, no Estado do Mato Grosso.

10/1991 – Decreto 309/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Cuia, no Estado do Amazonas.

10/1991 – Decreto 310/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Paracuhuba, no Estado do Amazonas.

10/1991 – Decreto 311/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Tikuna de Santo Antonio, no Estado do Amazonas.

10/1991 – Decreto 312/1991 que homologa a demarcação da terra indígena São Marcos, no Estado de Roraima.

10/1991 – Decreto 313/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Lagoa Comprida, no Estado do Maranhão.

10/1991 – Decreto 316/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Kayapó, no Estado do Pará.

12/1991 – Decreto 375/1991 que homologa a demarcação de terra indígena Aripuanã, no Estado do Mato Grosso.

12/1991 – Decreto 376/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Anta, no Estado de Roraima.

12/1991 – Decreto 378/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Trincheira, no Estado do Amazonas.

12/1991 – Decreto 380/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Anambé, no Estado do Pará.

12/1991 – Decreto 381/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Camicuã, no Estado do Amazonas.

12/1991 – Decreto 382/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Urucu/Juruá, no Estado do Maranhão.

12/1991 – Decreto 383/1991 que homologa a demarcação da terra indígena São Domingos, no Estado do Mato Grosso.

12/1991 – Decreto 384/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Xikrin do Rio Cateté, no Estado do Pará.

12/1991 – Decreto 385/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Perigara, no Estado do Mato Grosso.

12/1991 – Decreto 386/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Japuira, no Estado do Mato Grosso.

12/1991 – Decreto 387/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Truaru, no Estado de Roraima.

12/1991 – Decreto 388/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Paquicamba, no Estado do Pará.

12/1991 – Decreto 389/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Tembê, no Estado do Pará.

12/1991 – Decreto 390/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Miratu, no Estado do Amazonas.

12/1991 – Decreto 391/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Rio Formoso, no Estado do Mato Grosso.

12/1991 – Decreto 393/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Sai-Cinza, no Estado do Pará.

12/1991 – Decreto 394/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Apiaká-Kayabi, no Estado do Mato Grosso.

12/1991 – Decreto 397/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Karajá Santana do Araguaia, no Estado do Pará.

12/1991 – Decreto 398/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Erikpatsa, no Estado de Mato Grosso.

12/1991 – Decreto 399/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Arara, no Estado do Pará.

12/1991 – Decreto 400/1991 que homologa a demarcação da terra indígena Nukini, no Estado do Acre.

05/1992 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Juminá, no Estado do Amapá.

05/1992 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Yanomami, nos Estados de Roraima e Amazonas.

08/1992 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Kaxarari, nos Estados do Amazonas e Rondônia.

11/1992 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Kampa do Rio Amônia, localizada no Estado do Acre.

08/1993 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Lago Aiapoá, no Estado do Amazonas.

08/1993 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Estivadinho, localizada no Estado de Mato Grosso.

08/1993 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena São Leopoldo, no Estado do Amazonas.

08/1993 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Campinas/Katukina, localizada nos Estados do Acre e Amazonas.

08/1993 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Menkragnoti, nos Estados do Mato Grosso e Pará.

10/1993 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Méria, no Estado do Amazonas.

10/1993 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Alto Rio Guamá, no Estado do Pará.

10/1993 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Juininha, no Estado do Mato Grosso.

05/1994 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Geralda Toco Preto, no Estado do Maranhão.

07/1995 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Estrela da Paz, localizada no Estado do Amazonas.

07/1995 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Lago do Beruri, Estado do Amazonas.

07/1995 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Ilha do Camaleão, localizada no Estado do Amazonas.

07/1995 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Vui-Uatá-In, localizada no Estado do Amazonas.

07/1995 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Betânia localizada no Estado do Amazonas.

07/1995 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Figueiras, localizada no Estado de Mato Grosso.

01/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Araweté Igarapé Ipixuna, localizada no Estado do Pará.

01/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Évare I, localizada no Estado do Amazonas.

01/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra Indígena Tukuna Porto Espiritual, localizada no Estado de Amazonas.

01/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Évare II, localizada no Estado do Amazonas.

01/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Alto Rio Purus, localizada no Estado do Acre.

01/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Bom Intento, localizada no Estado do Amazonas.

01/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena São Pedro, localizada no Estado do Amazonas.

01/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Lagoa dos Brincos, localizada no Estado do Mato Grosso.

01/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Tenharim Marmelos, localizada no Estado do Amazonas.

01/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Koatinemo, localizada no Estado do Pará.

01/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Pequizal, localizada no Estado de Mato Grosso.

01/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Malacacheta, localizada no Estado de Roraima.

01/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Tikuna de Feijoal, localizada no Estado do Amazonas.

02/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Canauanim, localizada no Estado de Roraima.

02/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Jabuti, localizada no Estado de Roraima.

05/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Waiãpi, localizada no Estado do Amapá.

05/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Padre, localizada no Estado do Amazonas.

05/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Taihantesu, localizada no Estado de Mato Grosso.

05/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Sagarana, localizada no Estado de Rondônia.

05/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Rio Guaporé, localizada no Estado de Rondônia.

05/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Rio Mequens, localizada no Estado de Rondônia.

10/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Trincheira Bacajá, localizada no Estado do Pará.

10/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Marechal Rondon, localizada no Estado de Mato Grosso.

10/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Areões, localizada no Estado de Mato Grosso.

10/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Enawenê-Nawê, localizada no Estado de Mato Grosso.

12/1996 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Arara do Rio Branco, localizada no Estado de Mato Grosso.

11/1997 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Igarapé Capana, localizada no Estado do Amazonas.

11/1997 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Xambioá, localizada no Estado do Tocantins.

11/1997 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Rio Paru D'Este, localizada no Estado do Pará.

11/1997 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Nove de Janeiro, localizada no Estado do Amazonas.

11/1997 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Peneri/Tacaquiri, localizada no Estado do Amazonas.

11/1997 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Paumari do Cuniuá, localizada no Estado do Amazonas.

11/1997 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Ipixuna, localizada no Estado do Amazonas.

11/1997 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Pirahã, localizada no Estado do Amazonas.

11/1997 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Tumiã, localizada no Estado do Amazonas.

11/1997 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena São Pedro do Sepatini, localizada no Estado do Amazonas.

11/1997 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Parque do Tumucumaque, localizada no Estado do Pará e Amapá.

11/1997 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Alto Sepatini, localizada no Estado do Amazonas.

11/1997 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Camadeni, localizada no Estado do Amazonas.

11/1997 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Inauini/Teuini, localizada no Estado do Amazonas.

11/1997 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Raimundão, localizada no Estado de Roraima.

11/1997 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Rio Biá, localizada no Estado do Amazonas.

11/1997 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Apinayé, localizada no Estado do Tocantins.

11/1997 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Água Preta/Inari, localizada no Estado do Amazonas.

11/1997 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Acimã, localizada no Estado do Amazonas.

11/1997 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Kanamari do Rio Juruá, localizada no Estado do Amazonas.

11/1997 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Catipari/Mamoriá, localizada no Estado do Amazonas.

11/1997 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Paraná do Boá Boá, localizada no Estado do Amazonas.

04/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Rio Téa, localizada no Estado do Amazonas.

04/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Parque do Araguaia, localizada no Estado do Tocantins.

04/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Médio Rio Negro II, localizada no Estado do Amazonas.

04/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Médio Rio Negro I, localizada no Estado do Amazonas.

04/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Rio Téa, localizada no Estado do Amazonas.

04/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Rio Apaporis, localizada no Estado do Amazonas.

04/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati, localizada no Estado do Amazonas.

04/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Cabeceira do Rio Acre, localizada no Estado do Acre.

04/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Kararaô, localizada no Estado do Pará.

09/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Urubu Branco, localizada no Estado de Mato Grosso

09/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Escondido, localizada no Estado de Mato Grosso.

09/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Wawi, localizada no Estado de Mato Grosso.

09/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Batovi, localizada no Estado de Mato Grosso.

09/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Karipuna, localizada no Estado de Rondônia.

09/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Paumari do Lago Manissuã, localizada no Estado do Amazonas.

09/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Paraná do Paricá, localizada no Estado do Amazonas.

09/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Paumari do Lago Paricá, localizada no Estado do Amazonas.

09/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Paumari do Lago Marrahã, localizada no Estado do Amazonas.

09/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Karajá de Aruanã II, localizada no Estado de Mato Grosso.

12/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Boa Vista, localizada no Estado do Amazonas.

12/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Guajahã, localizada no Estado do Amazonas.

12/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Paumari do Rio Ituxi, localizada no Estado do Amazonas.

12/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Uneiuxi, localizada no Estado do Amazonas.

12/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Jaminawá do Igarapé Preto, localizada no Estado do Acre.

12/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Tukuna Umariacu, localizada no Estado do Amazonas.

12/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Maraã Urubaxi, localizada no Estado do Amazonas.

12/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Massaco, localizada no Estado de Rondônia.

12/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Marãiwatsede, localizada no Estado de Mato Grosso.

12/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Jaminawá Arara do Rio Bajé, localizada no Estado do Acre.

12/1998 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Kulina do Médio Juruá, localizada no Estado do Amazonas.

08/2000 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Ubawawe, localizada no Estado de Mato Grosso.

09/2000 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Seruini/Mariênê, localizada no Estado do Amazonas.

04/2001 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Culina (Kulina) do Igarapé do Pau, localizada no Estado do Acre.

04/2001 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Miguel/Josefa, localizada no Estado do Amazonas.

04/2001 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Campa (Kampa) do Igarapé Primavera, localizada no Estado do Acre.

04/2001 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Caxinauá/Ashaninka (Kaxinawá/Ashaninka) do Rio Breu, localizada no Estado do Acre.

04/2001 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Caxinauá (Kaxinawá) do Baixo Rio Jordão, localizada no Estado do Acre.

04/2001 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Chão Preto, localizada no Estado de Mato Grosso.

04/2001 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Vale do Javari, localizada no Estado do Amazonas.

04/2001 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Caxinauá (Kaxinawá) da Praia do Carapanã, localizada no Estado do Acre.

04/2001 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Maueteque (Mawetek), localizada no Estado do Amazonas.

04/2001 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Panará, localizada nos Estados de Mato Grosso e Pará.

04/2001 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Poianaua (Poyanawa), localizada nos Estados do Amazonas e Acre.

12/2001 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Rio Manicoré, localizada no Estado do Amazonas.

12/2001 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Pinatuba, localizada no Estado do Amazonas.

12/2001 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Barata/Livramento, localizada no Estado de Roraima.

12/2001 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Ariramba, localizada no Estado do Amazonas.

12/2001 – DSN que homologa a demarcação da terra indígena Lago Capanã, localizada no Estado do Amazonas.

Decretos de criação de UCs editados e revogados (8)

03/1990 – Decreto 99.105/1990 que cria, no Estado do Amazonas, a Floresta Nacional Cubaté. Revogado pelo DSN de 05/09/1991;

03/1990 – Decreto 99.106/1990 que Cria, no Estado do Amazonas, a Floresta Nacional Urucu. Revogado pelo DSN de 05/09/1991;

03/1990 – Decreto 99.107/1990 que cria, no Estado do Amazonas, a Floresta Nacional Xié. Revogado pelo DSN de 05/09/1991;

03/1990 – Decreto 99.108/1990 que cria, no Estado do Amazonas, a Floresta Nacional IçanaAiari. Revogado pelo DSN de 05/09/1991;

03/1990 – Decreto 99.109/1990 que cria, no Estado do Amazonas, a Floresta Nacional Cuair. Revogado pelo DSN de 05/09/1991;

03/1990 – Decreto 99.110/1990 que cria, no Estado do Amazonas, a Floresta Nacional Içana. Revogado pelo DSN de 05/09/1991;

03/1990 – Decreto 99.111/1990 que cria, no Estado do Amazonas, a Floresta Nacional Piraiauara. Revogado pelo DSN de 05/09/1991;

03/1990 – Decreto 99.112/1990 que cria, no Estado do Amazonas, a Floresta Nacional Taracuá I. Revogado pelo DSN de 05/09/1991;

Outras iniciativas de gestão territorial e ordenamento fundiário (16)

02/1990 – Decreto 98.914/1990 que dispõe sobre a instituição, no território nacional, de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, por destinação do proprietário.

06/1990 – Decreto 99.277/1990 que cria a Rebio do Uatumã, no Estado do Amazonas, com 938.720 ha.

06/1990 – Decreto 99.274/1990 que regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.

09/1990 – Decreto 99.540/1990 que institui a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional e dá outras providências (alterado pelo Dec 707/92).

12/1990 – Resolução Conama 13/1990 que dispõe sobre a área circundante, num raio de 10 (dez) quilômetros, das Unidades de Conservação (revogado pela Resolução 428/2010).

12/1992 – Decreto 707/1992 que altera o art. 2º do Decreto nº 99 540, de 21 de setembro de 1990, que instituiu a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional.

01/1996 – Decreto 1.775/1996 que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências.

06/1996 – Decreto 1.922/1996 que dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências.

04/1998 – DSN que cria o Parna Serra da Mocidade, no Estado de Roraima, com 376.812 ha.

07/2000 – Lei 9.985/2000 que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

01/2001 – DSN que cria Grupo de Trabalho com a finalidade de propor medidas que impeçam a apropriação e a detenção indevidas de terras públicas.

06/2001 – Decreto 3.834/2001 que regulamenta o art. 55 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e delega competência ao Ministro de Estado do Meio Ambiente para a prática do ato que menciona, e dá outras providências.

08/2001 – DSN que cria a Flona de Pau-Rosa, no Estado do Amazonas, com 827.877 ha.

08/2001 – DSN que cria a Flona de Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre, com 230.257 ha.

08/2001 – DSN que cria a Flona de São Francisco, no Estado do Acre, com 21.147 ha.

09/2001 – DSN que cria a Esec Serra Geral do Tocantins, nos Estados do Tocantins e da Bahia, com 707.078 ha.

12/2001 – DSN que dispõe sobre a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional e o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, institui o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE-Brasil.

03/2002 – Resolução Conama 303/2002 que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente (alterada pela Resolução 341/2003).

04/2002 – Resolução Conama 298/2002 que cria Grupos de Trabalho para analisar e propor alternativas às questões específicas sobre as Áreas de Preservação Permanente-APPs (alterada pela Resolução 311/2002).

07/2002 – DSN que cria o Parna das Nascentes do Rio Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins, com 724.325 ha.

07/2002 – Decreto 4.297/2002 que regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE.

08/2002 – Decreto 4.340/2002 que regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.

08/2002 – DSN que cria o Parna Montanhas do Tumucumaque, no Estado do Amapá, com 3.865.188 ha.

09/2002 – DSN que amplia os limites da Reserva de Uatumã, no Estado do Amazonas, ampliação em 380.358 ha.

Outras iniciativas de incentivo à conservação e uso sustentável (11)

12/1994 – Decreto 1.354/1994 que institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, o Programa Nacional da Diversidade Biológica, e dá outras providências.

10/1995 – Decreto 1.671/1995 que promulga o Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Projeto Integrado de Proteção das Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal/Demarcação de Terras Indígenas", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, de 06 de abril de 1995.

10/1995 – Resolução Conama 10/1995 que cria a Câmara Técnica Temporária de Proteção à Fauna.

11/1995 – Decreto 1.696/1995 que cria a Câmara de Políticas dos Recursos Naturais, do Conselho de Governo.

04/1995 – Resolução Conama 02/1996 que determina a implantação de unidade de conservação de domínio público e uso indireto, preferencialmente Estação Ecológica, a ser exigida em licenciamento de empreendimentos de relevante impacto ambiental, como reparação dos danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas, em montante de recursos não inferior a 0,5 % (meio por cento) dos custos totais do empreendimento. Revoga a Resolução Conama nº 10/87, que exigia como medida compensatória a implantação de estação ecológica (revogada pela Resolução 371/2006).

11/1996 – Resolução Conama 09/1996 que estabelece corredor de vegetação área de trânsito a fauna.

03/1998 – Decreto 2.519/1998 que promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992.

04/2000 – Decreto 3.420/2000 que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Florestas - PNF.

09/2000 – Decreto 3.607/2000 que dispõe sobre a implementação da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES, e dá outras providências.

08/2001 – MP 2.186/2001 que Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências. Revogado pela Lei nº 13.123, de 2015.

08/2002 – Decreto 4.339/2002 que institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.

Outras iniciativas

09/2002 – Decreto 4.387/2002 que promulga o Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica.

11/2002 – DSN que cria a Comissão Nacional Permanente do Tratado de Cooperação Amazônica.

APÊNDICE C – Lista de municípios prioritários para ações de controle do desmatamento (Dec. 6.321/2007)

Município	UF	Portaria e data de Inclusão
Alta Floresta	MT	Port. 28/2008
Altamira	PA	Port. 28/2008
Alto Boa Vista	MT	Port. 175/2011
Amarante do Maranhão	MA	Port. 102/2009
Anapu	PA	Port. 323/2012
Aripuanã	MT	Port. 28/2008
Boca do Acre	AM	Port. 175/2011
Brasil Novo (excluído)	PA	Port. 28/2008
Brasnorte (excluído)	MT	Port. 28/2008
Cláudia	MT	Port. 175/2011
Colniza	MT	Port. 28/2008
Confresa	MT	Port. 28/2008
Cotriguaçu	MT	Port. 28/2008
Cumaru do Norte	PA	Port. 28/2008
Dom Eliseu (excluído)	PA	Port. 28/2008
Feliz Natal (excluído)	MT	Port. 102/2009
Gaúcha do Norte	MT	Port. 28/2008
Grajaú	MA	Port. 175/2011
Itupiranga	PA	Port. 102/2009
Juara	MT	Port. 28/2008
Juína	MT	Port. 28/2008
Lábrea	AM	Port. 28/2008
Machadinho D'Oeste	RO	Port. 28/2008
Marabá	PA	Port. 102/2009
Marcelândia (excluído)	MT	Port. 28/2008
Moju	PA	Port. 175/2011
Mucajá	RR	Port. 102/2009
Nova Bandeirantes	MT	Port. 28/2008
Nova Mamoré	RO	Port. 28/2008
Nova Maringá	MT	Port. 28/2008
Nova Ubiratã	MT	Port. 28/2008
Novo Progresso	PA	Port. 28/2008
Novo Repartimento	PA	Port. 28/2008
Pacajá	PA	Port. 102/2009
Paragominas (excluído)	PA	Port. 28/2008
Paranaíba	MT	Port. 28/2008
Peixoto de Azevedo	MT	Port. 28/2008
Pimenta Bueno	RO	Port. 28/2008
Porto dos Gaúchos	MT	Port. 28/2008

Porto Velho	RO	Port. 28/2008
Querência	MT	Port. 28/2008
Rondon do Pará	PA	Port. 28/2008
Santa Carmem	MT	Port. 175/2011
Santa Maria das Barreiras	PA	Port. 28/2008
Santana do Araguaia	PA	Port. 28/2008
São Félix do Araguaia	MT	Port. 28/2008
São Félix do Xingu	PA	Port. 28/2008
Senador José Porfírio	PA	Port. 323/2012
Tailândia (excluído)	PA	Port. 102/2009
Tapurah	MT	Port. 175/2011
Ulianópolis (excluído)	PA	Port. 28/2008
Vila Rica	MT	Port. 28/2008

APÊNDICE D – Cartogramas e tabelas de dados referentes as análises comparadas entre desmatamento, autuações do Ibama e crédito destinado à agricultura e à atividade pecuária, nos 52 municípios prioritários para controle do desmatamento.

Fontes: Desmatamento: Inpe (2014); Infrações: Ibama (2014); e. Crédito: Bacen (2014). Elaboradas pelo autor.

Alta Floresta - MT				
Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	159	69	1.763.646,77	2.794.733,25
2000	159	7	1.400.994,10	2.340.910,41
2001	285	25	1.432.682,31	3.611.025,64
2002	133	25	1.314.052,44	6.401.553,89
2003	127	30	2.040.208,42	5.237.621,34
2004	230	67	3.587.291,69	10.940.454,84
2005	125	94	1.592.579,26	14.637.185,10
2006	97	102	1.033.242,30	14.079.116,18
2007	62	90	2.030.449,46	17.258.059,48
2008	16	55	2.079.806,28	16.152.203,19
2009	7	38	2.354.672,15	24.031.535,82
2010	3	23	119.100,00	30.801.148,56
2011	6	26	952.010,61	42.296.301,44
2012	2	4	3.088.639,15	60.642.043,26

Altamira - PA

Altamira - PA

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	107	48	4.045.976,55	11.447.780,15
2000	107	39	462.288,09	7.690.983,48
2001	575	71	2.585.888,40	5.986.824,75
2002	673	59	240.682,46	1.984.640,61
2003	614	64	3.956.049,79	5.591.538,01
2004	678	66	7.949.209,70	5.390.660,88
2005	539	116	1.600.379,70	2.541.097,00
2006	286	172	3.101.210,17	2.379.070,38
2007	369	201	744.489,27	2.097.449,70
2008	341	129	390.633,98	1.972.895,42
2009	393	36	779.581,78	2.090.713,12
2010	195	82	470.093,19	2.735.395,50
2011	237	76	449.834,42	5.268.678,97
2012	245	171	328.160,24	6.780.288,72

Alto Boa Vista - MT

Alto Boa Vista - MT

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	14	-	75.354,00	203.800,00
2000	14	1	48.853,72	159.600,00
2001	62	2	26.844,64	1.299.679,73
2002	34	1	162.171,52	552.742,76
2003	90	2	434.964,96	220.737,27
2004	47	5	1.698.015,20	208.446,18
2005	38	6	667.150,39	805.320,79
2006	9	3	1.032.658,71	1.499.704,59
2007	7	4	1.032.658,71	1.499.704,59
2008	18	8	1.011.194,11	1.960.985,97
2009	14	9	1.481.161,73	3.730.196,38
2010	4	8	3.620.381,83	5.186.422,56
2011	20	31	3.451.230,56	5.598.213,68
2012	5	10	9.936.752,20	4.767.938,09

Amarante do Maranhão - MA

Amarante do Maranhão - MA

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecúária (R\$)
1999	71	11	546.735,75	249.123,82
2000	71	-	969.892,76	561.532,38
2001	47	5	891.112,79	672.216,96
2002	45	1	556.160,63	1.851.294,61
2003	28	6	1.437.902,07	1.274.269,94
2004	38	7	671.978,40	5.428.405,37
2005	105	4	3.082.903,78	6.990.230,83
2006	16	10	4.190.672,16	5.014.298,73
2007	27	48	4.190.672,16	5.014.298,73
2008	61	3	1.587.347,88	5.743.892,90
2009	59	10	1.900.479,43	6.703.544,14
2010	13	10	4.039.361,42	10.618.728,29
2011	16	-	4.183.829,53	15.030.303,77
2012	7	10	4.685.359,12	20.785.693,92

Anapu - PA

Anapu - PA

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	95	7	2.876.787,10	3.859.756,71
2000	95	17	325.117,68	2.423.118,99
2001	242	5	1.485.793,81	1.087.917,10
2002	31	15	63.543,91	624.841,20
2003	181	30	510.212,35	1.075.615,97
2004	173	27	506.033,62	1.214.484,35
2005	134	36	249.590,84	378.614,15
2006	137	30	1.334.894,47	1.007.989,97
2007	81	18	1.334.894,47	1.007.989,97
2008	75	20	32.245,56	911.108,88
2009	27	25	1.028.767,75	1.715.062,72
2010	78	24	908.192,73	4.050.793,28
2011	174	51	931.271,92	7.995.473,91
2012	67	34	157.482,97	8.922.243,68

Aripuanã - MT

Aripuanã - MT

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	216	83	283.289,21	405.753,00
2000	216	11	2.246.154,70	966.867,28
2001	174	20	208.635,28	1.562.189,73
2002	347	27	183.614,94	2.478.720,46
2003	404	26	10.600,00	3.664.833,50
2004	381	60	316.016,52	7.066.939,50
2005	331	45	687.895,63	19.182.141,10
2006	52	54	261.353,29	6.283.061,24
2007	84	49	2.057.019,80	8.018.097,45
2008	81	26	1.952.353,08	8.070.568,54
2009	42	86	496.201,06	14.592.035,73
2010	32	44	370.000,00	17.342.173,95
2011	34	56	1.733.867,00	17.410.305,97
2012	21	42	1.092.314,95	29.835.016,64

Boca do Acre - AM

Boca do Acre - AM

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecúária (R\$)
1999	68	57	31.838,00	1.995.525,18
2000	68	18	248.758,37	1.250.829,65
2001	54	40	34.559,05	1.529.612,08
2002	112	17	5.354,64	331.363,29
2003	252	32	36.656,89	1.361.952,48
2004	127	89	1.062.562,14	1.511.028,96
2005	60	22	702.216,04	2.273.328,68
2006	74	71	98.271,00	8.232.639,21
2007	33	113	98.271,00	8.232.639,21
2008	38	41	128.914,79	894.247,59
2009	24	49	671.569,51	1.697.654,02
2010	52	60	313.900,25	435.904,19
2011	59	35	377.840,42	1.266.664,21
2012	53	28	1.005.337,02	8.974.287,14

Brasil Novo - PA

Brasil Novo - PA

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	-	1	1.858.896,15	1.045.245,00
2000	-	8	351.736,14	1.534.939,01
2001	21	10	246.270,94	325.188,00
2002	-	18	316.712,36	452.513,50
2003	1.066	16	1.121.711,02	2.174.605,32
2004	59	4	2.174.842,40	2.614.667,05
2005	148	7	519.550,96	2.870.416,55
2006	17	13	573.626,96	5.127.428,45
2007	112	7	459.618,70	3.367.991,56
2008	18	25	412.232,29	1.828.919,92
2009	58	5	2.091.105,85	2.377.467,29
2010	50	4	1.117.337,62	3.304.525,60
2011	39	14	805.957,38	3.995.302,30
2012	9	2	1.115.693,67	6.708.168,35

Brasnorte - MT

Brasnorte – MT

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	167	35	1.540.681,68	685.290,22
2000	167	15	1.964.554,04	696.402,77
2001	33	34	1.773.606,93	2.978.811,27
2002	253	46	6.095.285,03	4.168.605,73
2003	454	10	21.157.435,53	7.042.498,27
2004	335	26	26.378.583,85	5.179.905,53
2005	238	12	32.483.423,22	10.268.700,79
2006	65	9	23.590.949,34	13.905.755,95
2007	50	2	31.967.384,46	16.765.807,03
2008	117	24	23.191.700,88	14.438.224,45
2009	16	13	18.182.707,71	14.065.639,09
2010	12	11	15.877.810,50	16.798.254,19
2011	13	16	42.626.878,20	14.140.847,08
2012	10	19	53.429.361,40	22.972.016,65

Cláudia - MT

Cláudia - MT

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	88	7	423.447,93	79.820,00
2000	88	33	432.874,77	1.074.995,00
2001	43	14	499.764,85	632.020,00
2002	34	19	1.566.450,24	869.699,40
2003	77	10	8.701.752,22	1.905.168,00
2004	111	13	21.313.495,85	1.400.387,00
2005	47	17	12.129.012,01	1.996.415,56
2006	11	16	4.037.366,47	2.242.731,26
2007	4	16	4.037.366,47	2.242.731,26
2008	27	35	9.965.231,75	5.006.542,33
2009	25	10	11.189.059,60	4.370.802,41
2010	8	4	16.988.818,96	8.400.244,10
2011	12	28	32.104.203,67	6.600.014,75
2012	4	27	44.147.772,08	11.510.927,93

Colniza - MT

Colniza - MT

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	116	-	-	-
2000	116	-	-	-
2001	121	-	287.740,04	491.144,87
2002	316	16	-	2.694.416,68
2003	487	18	14.999,85	1.573.733,96
2004	566	40	-	74.999,25
2005	516	17	-	5.864.863,35
2006	216	61	13.396,37	4.777.355,59
2007	257	33	-	4.963.765,39
2008	124	134	303.701,04	1.907.573,25
2009	76	55	49.047,48	4.888.986,76
2010	78	64	85.770,29	4.848.502,93
2011	87	93	98.747,55	1.948.583,73
2012	81	105	125.779,04	4.738.216,85

Confresa - MT

Confresa - MT

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	160	3	-	40.000,00
2000	160	3	-	170.276,00
2001	267	16	-	259.975,74
2002	349	7	-	6.007.816,69
2003	130	9	207.401,53	3.836.939,41
2004	121	7	2.363.607,84	5.122.006,42
2005	142	7	1.439.236,50	11.275.966,98
2006	69	6	702.120,53	19.819.046,97
2007	66	13	20.000,00	3.165.682,90
2008	65	11	-	3.764.739,78
2009	8	41	-	4.094.651,46
2010	13	12	-	9.876.256,30
2011	25	57	250.220,00	16.823.856,68
2012	50	99	10.372.173,96	22.782.307,54

Cotriguaçu - MT

Cotriguaçu - MT

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	84	13	-	27.000,00
2000	84	2	116.285,01	14.200,00
2001	96	3	-	101.500,00
2002	129	6	4.550,00	2.388.268,05
2003	258	-	14.900,00	825.412,55
2004	200	8	3.366,00	636.892,08
2005	292	14	6.000,00	811.682,76
2006	61	2	-	3.932.243,02
2007	127	7	52.983,00	2.591.158,35
2008	78	28	541.693,42	3.694.340,21
2009	36	4	347.618,80	4.751.037,34
2010	27	38	10.600,00	6.915.196,45
2011	22	7	521.630,86	5.513.093,97
2012	44	71	902.512,00	8.115.836,43

Cumaru do Norte - PA

Cumaru do Norte - PA

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	249	21	183.006,48	648.733,30
2000	249	6	79.618,35	7.214.500,29
2001	438	13	39.913,00	8.839.333,20
2002	366	14	-	8.310.763,57
2003	348	16	-	4.588.761,39
2004	402	14	441.456,55	7.581.896,10
2005	581	10	1.403.637,95	7.768.701,96
2006	175	26	2.000.833,11	9.078.927,66
2007	293	13	3.016.663,78	14.060.784,60
2008	186	29	201.600,00	26.163.919,72
2009	37	13	121.870,88	4.008.707,51
2010	43	15	56.701,30	5.850.357,67
2011	59	16	17.326,10	12.836.044,81
2012	59	21	1.834.729,40	36.041.744,45

Dom Eliseu - PA

Dom Eliseu - PA

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	94	216	1.083.814,00	947.396,72
2000	94	23	503.104,11	202.856,22
2001	52	115	1.406.914,44	2.328.625,44
2002	250	61	465.432,08	3.850.496,01
2003	60	57	2.638.985,17	2.263.697,77
2004	91	119	3.996.621,63	1.907.316,66
2005	150	106	3.500.710,16	1.122.488,80
2006	96	102	2.004.303,09	1.312.187,96
2007	67	40	2.967.661,01	1.860.380,13
2008	54	26	4.957.886,89	6.467.858,79
2009	41	72	2.243.857,73	1.507.721,13
2010	38	53	6.285.669,19	4.184.854,65
2011	25	63	2.686.251,48	3.354.519,12
2012	30	70	17.680.212,39	5.709.406,15

Feliz Natal - MT

Feliz Natal - MT

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	133	93	-	40.000,00
2000	133	20	566.130,42	33.000,00
2001	19	39	-	287.500,00
2002	82	11	318.592,50	1.125.999,40
2003	167	11	7.799.754,11	188.000,00
2004	225	10	13.495.206,20	99.909,00
2005	163	18	8.830.431,48	254.889,07
2006	50	32	6.820.381,59	477.635,69
2007	22	54	6.820.381,59	477.635,69
2008	224	64	11.442.862,52	1.344.199,85
2009	4	32	17.296.377,77	1.748.663,45
2010	28	14	28.458.775,92	2.522.560,68
2011	28	21	37.582.988,69	3.342.339,22
2012	20	53	63.708.644,99	3.714.132,24

Gaúcha do Norte - MT

Gaúcha do Norte - MT

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	151	-	490.212,50	149.200,00
2000	151	1	383.143,29	210.143,80
2001	106	5	1.786.868,54	538.505,84
2002	262	17	2.203.248,80	729.412,70
2003	314	8	6.026.436,39	731.690,97
2004	260	47	15.767.033,50	978.490,69
2005	168	20	10.227.485,07	894.303,83
2006	60	10	7.685.038,62	1.353.173,89
2007	69	51	13.188.133,21	4.991.348,08
2008	197	56	12.774.428,32	2.773.363,77
2009	9	27	26.892.812,64	3.522.011,58
2010	3	8	21.462.710,92	12.063.772,61
2011	10	28	38.565.274,68	15.846.684,75
2012	10	20	86.837.004,43	14.818.139,72

Grajaú - MA

Grajaú - MA

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	34	27	2.296.126,27	504.354,85
2000	34	21	1.419.762,53	779.926,93
2001	15	30	1.717.712,59	1.950.060,63
2002	79	4	1.158.316,72	1.500.030,61
2003	20	12	4.244.516,04	2.722.325,35
2004	32	5	3.260.993,48	2.823.514,88
2005	33	14	4.688.836,87	2.879.385,79
2006	32	35	4.577.849,99	3.889.700,72
2007	73	45	4.577.849,99	3.889.700,72
2008	55	21	8.852.110,60	3.820.796,36
2009	58	18	11.844.428,72	9.112.133,59
2010	90	39	39.510.133,83	10.332.200,94
2011	50	10	9.181.062,88	16.146.187,28
2012	43	50	11.931.492,47	16.067.498,42

Itupiranga - PA

Itupiranga - PA

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecúária (R\$)
1999	239	6	494.239,72	594.682,38
2000	239	6	361.758,48	2.355.151,99
2001	151	6	261.944,74	1.238.747,28
2002	62	20	315.678,29	1.450.933,03
2003	219	22	295.953,50	5.992.554,14
2004	154	27	1.105.151,86	13.126.043,42
2005	22	29	446.337,48	7.112.326,45
2006	237	13	837.245,34	17.478.243,28
2007	131	26	837.245,34	17.478.243,28
2008	228	24	202.980,35	10.926.752,99
2009	89	31	224.424,10	12.688.856,89
2010	52	15	306.012,79	13.829.281,51
2011	59	25	5.127,83	17.512.634,35
2012	43	11	88.246,53	20.948.800,43

Juína - MT

Juara - MT

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	308	40	526.624,21	1.991.800,04
2000	308	28	410.735,89	2.680.098,30
2001	233	10	4.663.126,12	7.364.373,75
2002	426	47	487.313,29	7.483.737,26
2003	353	14	402.538,69	5.585.182,68
2004	361	7	2.694.177,17	10.788.178,95
2005	418	6	2.590.620,08	15.980.703,20
2006	210	7	3.413.232,90	13.929.624,51
2007	117	31	2.207.009,25	27.918.930,29
2008	125	42	4.156.343,06	29.110.299,07
2009	31	128	2.971.288,01	34.611.791,29
2010	15	15	1.233.326,64	40.223.793,84
2011	57	32	1.384.809,95	48.798.426,86
2012	16	28	1.832.037,38	77.077.203,83

Juína - MT

Juína - MT

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	167	63	880.571,90	2.002.142,61
2000	167	16	1.120.967,68	3.477.450,35
2001	98	35	4.947.701,81	4.739.209,39
2002	234	92	3.245.245,86	6.450.691,66
2003	147	23	550.767,36	8.363.303,38
2004	210	32	2.248.451,04	13.295.802,97
2005	175	49	783.687,65	12.182.773,33
2006	40	55	1.941.439,19	12.651.443,19
2007	44	150	748.001,37	13.927.183,92
2008	54	27	1.086.244,83	8.688.943,54
2009	21	80	565.311,37	12.773.788,84
2010	10	38	494.941,82	14.920.532,93
2011	8	7	1.218.060,63	18.882.058,98
2012	14	19	1.699.100,73	32.114.960,67

Lábrea - AM

Lábrea - AM

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	93	19	-	31.148,32
2000	93	14	-	256.495,13
2001	179	4	-	493.731,32
2002	206	18	601.187,37	1.585.420,52
2003	421	20	-	1.196.388,15
2004	352	53	405.377,10	3.528.170,10
2005	203	14	735.651,68	1.692.769,74
2006	234	20	502.153,55	489.838,00
2007	110	67	246.609,68	2.043.598,08
2008	66	100	991.493,18	1.681.178,25
2009	44	47	1.427.506,72	3.210.525,21
2010	40	65	67.489,06	3.029.684,35
2011	75	32	157.953,06	10.384.316,60
2012	84	59	1.791.155,25	6.260.080,84

Machadinho d'Oeste - RO

Machadinho d'Oeste - RO

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	147	33	3.782.889,69	437.891,63
2000	147	22	5.517.110,24	2.941.524,43
2001	160	10	428.335,98	1.176.727,41
2002	173	11	410.718,30	2.827.989,72
2003	197	6	1.304.459,95	6.722.585,44
2004	184	9	2.080.107,96	8.209.713,49
2005	240	41	1.188.737,80	6.195.738,83
2006	115	82	1.916.270,44	4.855.347,52
2007	78	23	677.174,25	2.955.112,82
2008	53	114	1.744.383,84	3.809.813,81
2009	28	16	4.236.970,62	10.384.767,36
2010	18	15	3.731.917,19	7.524.130,37
2011	55	4	1.032.783,03	4.306.419,27
2012	67	47	4.356.958,51	16.959.782,60

Marabá - PA

Marabá - PA

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	331	112	485.517,83	4.921.706,71
2000	331	55	1.840.574,81	11.371.747,13
2001	367	79	339.021,20	10.124.769,69
2002	255	107	405.771,96	9.473.382,37
2003	464	130	2.906.865,70	20.027.458,22
2004	247	91	3.440.102,66	26.920.478,87
2005	128	99	2.104.901,02	33.315.341,37
2006	257	85	17.478.243,28	26.391.226,68
2007	166	150	1.384.917,36	26.391.226,68
2008	350	69	657.114,10	15.730.501,89
2009	111	98	2.454.325,21	6.325.973,90
2010	79	63	7.083.614,00	16.861.373,52
2011	65	114	5.216.612,23	24.592.032,14
2012	53	32	155.478,17	29.963.227,06

Marcelândia - MT

Marcelândia - MT

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	155	22	168.851,91	223.075,62
2000	155	11	138.391,37	541.031,66
2001	66	35	45.923,87	793.643,66
2002	158	22	87.001,07	1.457.814,28
2003	164	33	231.904,80	1.483.923,43
2004	282	29	1.062.479,73	4.105.469,90
2005	145	21	1.234.739,53	4.718.727,79
2006	62	11	537.349,97	4.323.121,47
2007	79	45	1.394.047,47	6.584.093,63
2008	178	91	1.123.262,39	6.296.136,86
2009	3	95	1.794.715,40	8.709.059,70
2010	6	6	245.746,47	7.914.065,92
2011	21	26	2.507.016,72	13.638.950,50
2012	12	24	9.921.600,64	24.580.424,34

Moju - PA

Moju - PA

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	100	25	808.943,12	-
2000	100	7	3.295.405,30	559.700,00
2001	570	22	-	796.368,75
2002	75	6	1.056.114,85	789.396,85
2003	117	5	1.558.262,22	2.948.793,93
2004	129	4	2.386.986,78	1.106.579,23
2005	80	11	2.083.498,97	536.873,62
2006	109	7	1.947.731,96	2.111.435,60
2007	79	6	1.947.731,96	2.111.435,60
2008	117	14	2.776.897,33	4.845.827,63
2009	67	8	1.349.139,84	3.244.719,68
2010	116	24	1.435.610,28	1.068.904,84
2011	43	32	538.545,54	2.044.766,28
2012	44	3	9.944.994,26	3.968.868,11

Mucajaí - RR

Mucajaí - RR

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecúária (R\$)
1999	55	55	320.560,26	110.920,30
2000	55	22	67.496,35	106.665,00
2001	102	24	-	-
2002	8	14	1.064,00	89.020,15
2003	96	20	396.833,07	497.777,05
2004	79	16	706.180,69	817.684,06
2005	18	33	225.931,88	2.630.624,86
2006	36	26	706.389,60	5.961.901,75
2007	61	2	706.389,60	5.961.901,75
2008	215	4	225.981,82	1.844.313,01
2009	20	53	130.771,14	538.407,76
2010	60	40	943.384,63	1.979.928,18
2011	27	9	798.233,94	3.450.962,04
2012	18	14	899.194,47	6.297.117,76

Nova Bandeirantes - MT

Nova Bandeirantes - MT

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	122	14	18.633,33	-
2000	122	1	18.067,02	40.000,00
2001	74	-	4.999,28	-
2002	189	8	-	263.000,00
2003	230	9	610.534,00	1.596.622,85
2004	376	15	186.470,93	1.151.795,54
2005	293	7	11.993,78	2.864.706,81
2006	128	12	266.369,34	6.469.457,89
2007	141	70	17.993,78	8.212.653,75
2008	125	26	352.394,28	9.640.509,79
2009	53	45	634.775,92	11.018.049,11
2010	17	48	324.651,33	11.586.340,91
2011	49	29	76.000,00	15.715.405,60
2012	34	64	255.870,00	14.385.880,67

Nova Mamoré - RO

Nova Mamoré - RO

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	91	11	132.264,60	4.897,88
2000	91	51	50.650,20	86.440,96
2001	148	41	211.079,23	2.886.749,27
2002	146	23	27.546,60	1.512.310,79
2003	205	23	-	996.734,70
2004	327	61	-	7.686.626,60
2005	306	107	345.843,44	3.912.625,24
2006	79	69	3.610,00	1.672.098,69
2007	137	103	-	2.971.655,85
2008	65	301	189.112,27	4.536.070,69
2009	29	27	279.727,35	7.387.922,78
2010	60	35	93.533,12	6.752.289,19
2011	76	93	220.803,47	7.025.484,58
2012	77	57	649.506,82	9.615.031,47

Nova Maringá - MT

Nova Maringá - MT

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	48	10	-	91.088,45
2000	48	-	442.400,00	218.191,68
2001	36	13	607.849,87	1.457.881,14
2002	193	7	1.532.302,72	674.641,67
2003	229	3	8.907.092,36	1.256.776,89
2004	445	10	12.937.171,66	1.796.181,89
2005	385	17	11.410.903,57	1.322.345,07
2006	42	4	6.025.827,41	2.378.897,32
2007	17	5	5.273.349,24	3.071.912,92
2008	18	27	7.269.487,93	4.008.771,46
2009	12	35	6.656.796,18	6.177.837,30
2010	6	3	10.226.992,46	4.392.486,52
2011	9	5	27.724.873,91	8.329.255,20
2012	5	3	47.039.422,32	8.154.752,39

Nova Ubiratã - MT

Nova Ubiratã - MT

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	258	20	739.249,29	60.000,00
2000	258	7	8.263.132,37	135.000,00
2001	158	24	11.778.210,05	291.060,00
2002	324	5	16.069.846,09	794.375,00
2003	370	13	39.059.239,05	212.365,80
2004	382	8	77.247.446,69	547.947,50
2005	255	21	61.722.976,66	1.459.432,83
2006	73	6	42.941.255,89	3.565.918,67
2007	20	12	54.356.401,68	7.524.527,32
2008	141	36	78.183.548,95	3.976.915,62
2009	31	9	67.245.730,19	4.155.472,05
2010	23	24	94.359.742,34	2.519.882,17
2011	94	24	126.493.307,09	7.794.815,01
2012	20	26	249.206.821,83	3.939.276,06

Novo Progresso - PA

Novo Progresso - PA

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	140	25	276.376,31	76.680,00
2000	140	8	14.194,08	1.309.265,00
2001	327	99	30.109,14	419.708,00
2002	651	42	-	1.238.203,00
2003	380	143	759.834,60	6.614.525,92
2004	740	42	632.660,27	5.628.212,73
2005	228	125	1.281.609,21	5.464.066,28
2006	253	138	684.762,06	28.270.784,00
2007	348	84	126.816,71	16.715.506,82
2008	236	219	251.262,53	33.012.196,30
2009	317	160	1.101.521,23	17.677.632,15
2010	51	57	37.471,84	9.188.866,73
2011	53	58	195.291,60	10.124.102,13
2012	74	104	367.955,59	16.168.958,07

Novo Repartimento - PA

Novo Repartimento - PA

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	344	6	736.402,75	478.419,65
2000	344	5	1.274.415,14	1.098.252,97
2001	664	18	-	808.415,38
2002	228	17	6.900,00	1.850.829,98
2003	523	11	123.530,00	2.353.685,90
2004	461	12	1.086.288,00	15.260.205,88
2005	221	20	87.882,85	6.790.219,17
2006	446	19	64.408,18	14.452.714,42
2007	362	57	567.202,54	10.243.246,90
2008	484	31	601.436,93	25.534.276,49
2009	289	16	3.370.449,60	47.288.282,19
2010	224	21	1.698.119,57	53.046.640,75
2011	183	52	919.025,33	48.372.302,23
2012	121	8	491.556,66	54.036.699,32

Pacajá - PA

Pacajá - PA

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	462	2	3.384.487,45	1.478.350,00
2000	462	1	536.107,13	1.550.671,74
2001	1.606	2	1.208.319,35	739.298,00
2002	55	5	264.631,16	564.745,97
2003	203	11	1.370.263,90	1.282.695,64
2004	262	5	674.219,89	2.264.812,08
2005	279	9	1.436.293,77	1.358.598,93
2006	213	13	1.077.217,04	2.716.786,72
2007	168	21	1.077.217,04	2.716.786,72
2008	261	45	378.454,34	7.488.574,79
2009	101	20	1.129.672,84	9.991.449,20
2010	276	43	2.074.885,69	12.735.989,71
2011	184	63	203.938,81	18.867.093,32
2012	48	49	406.445,40	45.870.530,16

Paragominas - PA

Paragominas - PA

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	1.634	112	7.414.754,90	8.045.938,09
2000	1.634	88	5.655.690,57	8.815.586,40
2001	111	29	6.984.176,21	6.548.188,07
2002	149	46	4.665.359,74	9.217.825,07
2003	93	76	12.125.069,03	7.557.147,13
2004	267	64	18.544.172,71	10.665.236,16
2005	334	290	15.920.536,47	7.445.666,66
2006	92	89	13.621.090,69	4.337.979,16
2007	90	99	17.470.664,41	8.102.806,00
2008	66	197	12.262.455,98	7.651.478,00
2009	123	39	17.218.700,24	3.403.267,15
2010	68	32	28.009.082,60	3.879.061,48
2011	36	25	28.480.627,61	7.456.208,41
2012	18	8	58.398.550,77	9.841.947,26

Paranaíta - MT

Paranaíta - MT

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	114	16	652.895,33	584.836,80
2000	114	-	2.361.987,29	2.193.024,58
2001	115	13	95.947,40	3.643.349,67
2002	133	24	346.464,07	2.251.882,24
2003	121	5	867.206,22	1.706.964,28
2004	209	44	748.439,29	4.769.658,15
2005	154	23	49.290,27	2.024.078,64
2006	55	48	158.096,54	4.413.452,51
2007	62	85	30.000,00	4.559.212,06
2008	42	37	228.095,86	5.908.501,15
2009	8	24	590.217,84	3.977.643,28
2010	10	10	40.000,00	7.766.717,76
2011	16	18	125.010,00	10.909.865,12
2012	6	5	1.026.940,00	19.657.446,04

Peixoto de Azevedo - MT

Peixoto de Azevedo - MT				
Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	155	14	3.360.099,93	2.517.691,17
2000	155	3	471.055,89	581.664,00
2001	100	3	424.635,95	775.639,24
2002	297	3	333.313,90	3.992.744,54
2003	118	2	182.038,79	9.251.011,65
2004	146	7	1.574.704,25	3.116.362,92
2005	246	12	943.451,30	6.938.715,42
2006	68	11	351.140,88	7.960.141,76
2007	109	14	213.081,96	10.391.479,16
2008	71	29	1.822.040,00	6.212.562,86
2009	25	5	942.454,40	8.585.717,05
2010	23	2	91.500,00	12.200.775,20
2011	58	8	1.961.680,00	12.306.935,18
2012	41	12	580.320,00	16.512.890,28

Pimenta Bueno - RO

Pimenta Bueno - RO

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	94	89	3.178.842,76	2.650.191,46
2000	94	22	3.857.347,24	5.416.666,83
2001	71	55	2.090.076,57	8.327.405,35
2002	43	57	1.733.810,02	8.756.571,33
2003	97	29	1.755.578,02	11.855.808,36
2004	108	81	2.838.902,14	16.197.944,12
2005	105	50	4.158.454,90	14.991.360,74
2006	21	48	3.973.623,88	8.642.060,73
2007	43	34	8.410.349,14	9.962.387,18
2008	44	58	8.053.279,44	5.966.531,21
2009	14	15	9.083.237,39	8.207.024,77
2010	4	26	24.820.992,72	11.118.387,66
2011	4	43	52.544.724,45	16.314.667,47
2012	33	5	24.168.102,68	31.886.101,25

Porto dos Gaúchos - MT

Porto dos Gaúchos - MT

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	96	27	2.513.312,91	520.858,15
2000	96	20	2.589.058,62	1.513.788,01
2001	185	5	711.347,24	1.731.379,60
2002	311	14	2.785.596,27	2.119.884,63
2003	297	8	8.476.468,11	2.499.918,52
2004	288	8	25.987.580,75	5.214.233,11
2005	232	24	11.891.658,06	6.222.114,55
2006	32	-	6.011.384,60	6.949.265,07
2007	12	11	8.556.440,12	9.457.588,79
2008	30	34	16.765.994,33	6.947.119,20
2009	9	14	9.470.146,71	10.012.269,58
2010	22	2	15.515.483,15	11.048.188,69
2011	20	18	34.448.075,45	11.424.212,61
2012	8	9	48.881.201,99	17.666.652,74

Porto Velho - RO

Porto Velho - RO

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	215	123	1.657.621,39	1.078.666,02
2000	215	67	1.139.936,03	1.644.255,64
2001	327	127	158.874,01	6.159.120,23
2002	406	116	442.723,43	4.341.985,64
2003	483	138	2.351.847,53	9.674.713,29
2004	751	108	6.984.434,20	22.363.540,06
2005	651	223	4.370.855,06	23.447.586,53
2006	358	219	4.522.979,97	16.854.868,72
2007	426	327	2.000.078,04	8.763.905,35
2008	211	219	3.057.533,19	16.255.050,95
2009	105	194	5.254.341,78	14.088.343,50
2010	133	158	3.679.896,55	10.094.703,60
2011	319	327	4.587.900,22	15.284.715,31
2012	194	320	4.765.306,06	29.500.951,00

Querência - MT

Querência - MT

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	159	22	2.796.081,89	99.068,51
2000	159	7	4.012.838,52	180.624,02
2001	208	5	5.268.214,82	4.562.772,76
2002	409	5	9.402.972,66	790.576,69
2003	508	23	48.832.431,54	3.032.256,11
2004	418	32	52.758.403,03	2.050.270,78
2005	146	18	35.395.456,88	3.252.850,56
2006	84	15	36.017.761,35	4.571.561,96
2007	40	22	29.357.029,56	6.216.976,65
2008	72	75	57.889.604,47	3.902.269,13
2009	7	29	73.693.754,98	6.068.123,16
2010	22	145	93.019.433,15	11.588.006,02
2011	15	46	110.032.488,32	10.105.673,49
2012	39	71	183.080.607,69	16.833.028,82

Rondon do Pará - PA

Rondon do Pará - PA

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	117	12	1.538.756,80	2.734.004,06
2000	117	7	542.582,15	6.624.078,50
2001	67	19	540.761,13	6.417.937,57
2002	466	18	265.408,62	3.531.011,68
2003	57	29	1.820.923,19	4.406.164,69
2004	217	14	2.405.444,15	6.210.559,57
2005	180	47	725.908,98	4.305.375,68
2006	42	53	2.256.428,78	4.391.428,06
2007	85	19	4.971.450,59	4.475.644,24
2008	54	19	628.055,16	7.303.303,50
2009	31	33	3.764.280,25	5.810.233,24
2010	53	24	544.367,36	8.005.643,48
2011	27	20	2.156.987,23	9.222.212,27
2012	14	58	6.854.010,88	24.084.413,72

Santa Carmem - MT

Santa Carmem - MT

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	53	15	190.917,99	-
2000	53	11	383.241,36	39.968,00
2001	29	21	737.425,38	29.986,29
2002	55	6	1.117.866,47	219.400,00
2003	182	8	9.695.107,06	562.947,00
2004	226	13	25.283.276,76	534.996,80
2005	106	12	14.902.431,71	1.017.824,64
2006	23	9	6.216.969,61	497.784,37
2007	11	22	6.216.969,61	497.784,37
2008	24	21	8.125.576,24	459.625,00
2009	5	9	12.173.504,31	1.540.255,66
2010	11	11	16.932.284,47	3.167.933,11
2011	10	4	40.473.928,99	3.217.270,02
2012	3	11	62.781.819,37	5.294.567,47

Santa Maria das Barreiras - PA

Santa Maria das Barreiras - PA

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	125	7	3.901,50	430.202,74
2000	125	14	853.532,61	16.353.432,79
2001	431	8	38.674,00	2.172.090,02
2002	248	12	108.084,93	5.148.137,44
2003	200	8	11.427,98	15.998.613,81
2004	236	3	1.430.240,37	8.454.119,03
2005	281	1	996.646,45	12.681.604,83
2006	81	8	988.826,87	22.057.828,04
2007	120	7	1.187.687,77	10.619.969,86
2008	107	6	572.473,76	24.889.389,30
2009	25	8	1.583.159,21	7.857.379,40
2010	48	16	1.730.327,85	8.011.866,91
2011	34	12	1.069.000,88	8.147.215,16
2012	20	2	3.904.635,32	14.825.530,74

Santana do Araguaia - PA

Santana do Araguaia - PA

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	155	28	-	3.679.689,56
2000	155	22	40.000,00	4.941.508,85
2001	357	15	384.956,00	6.415.338,70
2002	371	15	-	2.657.249,74
2003	343	6	1.161.987,18	7.216.264,17
2004	284	8	5.952.680,34	17.941.825,08
2005	485	10	6.090.436,71	22.755.438,59
2006	136	19	4.607.416,56	14.922.640,82
2007	221	21	1.180.432,21	19.135.882,97
2008	190	45	1.475.714,39	14.379.270,52
2009	27	30	1.501.378,64	12.836.516,26
2010	40	15	1.505.510,07	12.897.286,87
2011	33	43	1.994.787,70	19.754.720,56
2012	23	23	7.455.734,96	26.446.165,65

São Félix do Araguaia - MT

São Félix do Araguaia - MT

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecúária (R\$)
1999	57	5	375.753,00	1.479.268,90
2000	57	1	308.965,24	1.440.498,63
2001	105	1	1.028.196,76	14.597.856,08
2002	72	1	1.801.451,34	16.318.783,32
2003	159	-	17.787.901,40	6.273.808,62
2004	190	12	22.755.897,68	4.055.701,12
2005	163	6	11.063.995,47	14.753.750,86
2006	51	9	6.150.675,76	16.377.663,93
2007	42	12	3.864.756,10	9.695.258,73
2008	210	13	7.871.481,32	9.152.999,81
2009	17	7	5.959.172,48	12.064.927,93
2010	6	10	11.399.800,96	23.271.395,70
2011	19	51	17.213.537,26	31.583.947,30
2012	18	15	78.790.249,70	53.979.076,61

São Félix do Xingu - PA

São Félix do Xingu - PA

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	820	38	1.660.923,69	6.052.641,93
2000	820	27	450.707,02	12.094.974,27
2001	1.693	39	162.587,18	6.643.339,35
2002	1.268	64	667.208,33	1.450.006,73
2003	1.321	110	1.689.480,65	9.940.540,35
2004	1.084	21	2.052.786,72	24.543.875,31
2005	1.407	30	1.332.552,37	13.251.333,66
2006	764	64	3.271.360,18	34.568.372,35
2007	876	47	2.213.775,58	57.785.833,22
2008	764	21	2.295.011,55	77.384.912,63
2009	445	66	805.087,03	20.538.214,94
2010	353	56	329.384,37	24.199.929,28
2011	141	153	149.914,27	22.703.878,76
2012	169	139	719.230,92	46.731.748,70

Senador José Porfírio - PA

Senador José Porfírio - PA

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	6	9	1.018.265,00	1.007.174,40
2000	6	6	760.996,17	535.010,00
2001	79	14	281.229,79	198.890,00
2002	44	5	-	-
2003	97	3	342.931,66	309.389,92
2004	83	11	-	-
2005	56	8	174.999,50	176.987,72
2006	41	8	818.196,34	446.332,80
2007	59	15	818.196,34	446.332,80
2008	15	25	18.139,34	140.716,52
2009	4	3	19.384,80	76.148,00
2010	29	10	250.104,65	628.792,93
2011	72	3	14.362,55	231.859,26
2012	49	1	59.033,52	279.120,28

Tailândia - PA

Tailândia - PA

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	100	24	848.014,46	879.809,30
2000	100	17	826.874,96	229.332,00
2001	50	35	-	65.500,00
2002	145	35	23.161,79	807.544,65
2003	65	30	2.214.499,18	3.354.084,32
2004	92	37	1.503.530,69	6.152.463,04
2005	129	165	1.828.746,66	3.993.864,43
2006	39	33	1.109.816,83	1.804.923,04
2007	58	61	1.109.816,83	1.804.923,04
2008	73	83	1.106.460,00	975.585,40
2009	16	40	1.563.041,19	2.968.541,40
2010	49	112	1.174.831,23	2.486.039,98
2011	19	30	4.323.924,01	2.655.544,19
2012	9	10	11.890.797,83	4.257.229,48

Tapurah - MT

Tapurah - MT

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	87	53	11.934.977,62	229.000,00
2000	87	33	12.174.581,33	773.840,30
2001	91	13	19.656.045,25	1.623.123,27
2002	128	19	33.187.752,36	4.586.366,29
2003	151	4	76.848.288,97	1.511.021,90
2004	184	11	101.809.188,52	2.657.872,21
2005	82	26	82.079.663,11	6.107.120,02
2006	12	9	53.392.621,27	5.284.326,83
2007	8	20	53.392.621,27	5.284.326,83
2008	10	16	56.924.043,99	8.700.244,23
2009	7	12	50.722.185,32	2.953.131,40
2010	14	-	75.128.886,26	10.389.893,41
2011	21	28	103.351.060,62	9.729.248,09
2012	4	20	133.049.325,27	15.386.593,43

Ulianópolis - PA

Ulianópolis - PA

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuíria (R\$)
1999	160	45	1.222.058,18	208.222,01
2000	160	14	1.496.563,41	173.636,03
2001	77	30	1.776.283,52	1.116.936,06
2002	271	24	3.552.163,59	5.344.147,40
2003	19	10	6.275.752,65	2.903.340,65
2004	226	31	6.222.262,70	2.322.441,35
2005	105	69	4.541.115,48	2.998.494,74
2006	87	52	2.120.858,80	245.430,80
2007	29	33	3.997.285,63	1.483.712,50
2008	137	19	2.888.603,16	405.521,01
2009	44	14	1.976.541,74	256.501,80
2010	19	12	2.122.593,20	351.729,67
2011	23	16	9.975.717,29	234.463,21
2012	31	33	1.622.770,60	1.243.072,74

Vila Rica - MT

Vila Rica - MT

Ano	Desmatamento (ha)	Nº de Infrações	Crédito Agrícola (R\$)	Crédito Pecuária (R\$)
1999	103	-	72.292,57	4.972.480,18
2000	103	4	166.186,32	3.141.271,78
2001	198	23	549.433,66	14.508.428,38
2002	316	18	250.614,21	5.611.865,68
2003	316	17	518.339,03	6.451.905,72
2004	207	28	1.596.619,75	6.541.240,59
2005	255	30	956.462,78	9.994.601,92
2006	66	47	745.080,00	15.452.237,04
2007	101	48	24.089,33	19.439.179,08
2008	79	34	992.318,75	21.800.294,14
2009	8	17	193.463,55	28.678.825,34
2010	6	6	407.697,20	66.937.137,37
2011	12	21	1.984.573,20	69.093.962,67
2012	12	6	4.995.707,70	49.524.384,50

APÊNDICE E – Tabela de classificação dos municípios prioritários para controle do desmatamento por evolução do crédito, desmatamento e fiscalização do Ibama

Classificação dos municípios prioritários por evolução do crédito, desmatamento e fiscalização do Ibama								
Município	Crédito Rural			Desmatamento			Fiscalização Ibama	
	Destinação Principal	2004-2008	2008-2012	2004-2007	2007-2009	2009-2012	Intensidade	Coerência com desm.
Alta Floresta	P	2	3	(3)	(3)	0	0	2
Altamira	P	(3)	2	(3)	0	2	3	2
Alto Boa Vista	A/P	0	3	(3)	2	0	2	1
Amarante do Maranhão	P	2	3	2	3	(3)	2	2
Anapu	P	0	3	(2)	(2)	3	2	2
Aripuanã	P	2	3	(3)	0	(2)	3	2
Boca do Acre	P	3	2	(3)	(2)	2	(2)	2
Brasil Novo (excluído)	P	0	2	(2)	0	0	0	1
Brasnorte (excluído)	A	2	3	(3)	2	(3)	2	2
Cláudia	A	(3)	3	(3)	2	(2)	2	2
Colniza	P	3	0	(3)	(3)	0	3	2
Confresa	P	2	3	(2)	(2)	2	3	1
Cotriguaçu	P	2	3	(3)	2	2	3	2
Cumaru do Norte	P	2	2	(2)	(2)	0	3	2
Dom Eliseu (excluído)	A/P	0	2	2	(2)	(2)	2	2
Feliz Natal (excluído)	A	0	3	(3)	3	2	3	2
Gaúcha do Norte	A	0	3	(3)	3	(3)	2	2
Grajaú	A/P	0	2	3	3	(2)	3	2
Itupiranga	P	2	2	0	3	(3)	2	2
Juara	P	2	3	(3)	(3)	0	2	2
Juína	P	0	3	(3)	(2)	(2)	0	2
Lábrea	P	(3)	3	(3)	(3)	2	3	2
Machadinho D'Oeste	P	(2)	2	(3)	(2)	2	2	2
Marabá	P	3	2	(2)	3	(3)	2	2
Marcelândia (excluído)	P	0	2	(3)	3	(3)	2	2
Moju	A/P	0	2	0	0	(2)	(2)	2
Mucajá	P	3	2	2	3	(3)	2	2
Nova Bandeirantes	P	3	3	(3)	(3)	(2)	3	2
Nova Mamoré	P	(3)	3	(3)	2	2	2	2
Nova Maringá	A	0	3	(3)	0	0	0	2
Nova Ubiratã	A	0	3	(3)	2	0	3	2
Novo Progresso	P	2	2	(2)	0	(3)	3	2
Novo Repartimento	P	0	3	0	2	(3)	2	2
Pacajá	P	0	3	0	0	(2)	3	1
Paragominas (excluído)	A	0	3	(2)	0	0	(2)	2

Paranaíta	P	0	3	(3)	(3)	0	0	2
Peixoto de Azevedo	P	0	3	0	(2)	2	2	2
Pimenta Bueno	A/P	0	3	(3)	(2)	3	(2)	1
Porto dos Gaúchos	A	(2)	3	(3)	0	0	2	2
Porto Velho	P	(2)	3	(3)	(3)	3	3	2
Querência	A	0	3	(3)	(2)	0	3	1
Rondon do Pará	P	0	2	(2)	0	0	3	1
Santa Carmem	A	(2)	3	(3)	0	0	2	2
Santa Maria das Barreiras	P	3	2	(2)	(2)	0	2	1
Santana do Araguaia	P	0	3	(2)	(3)	0	2	1
São Félix do Araguaia	A/P	0	2	(3)	3	0	3	2
São Félix do Xingu	P	3	2	(2)	(2)	(2)	3	2
Senador José Porfírio	P/A	3	(2)	(2)	(2)	3	(2)	0
Tailândia (excluído)	A/P	(2)	2	(2)	2	(2)	(2)	2
Tapurah	A	(2)	3	(3)	0	0	3	1
Ulianópolis (excluído)	A	(2)	2	(3)	3	2	2	1
Vila Rica	P	2	3	(3)	(3)	(2)	2	2

Legenda:

Evolução do crédito e desmatamento:

-3 = redução forte

-2 = redução moderada

0 = estável

2 = aumento moderado

3 = aumento forte

Destinação principal:

P – pecuária

A – agricultura

A/P – agricultura e pecuária com maior volume para agricultura

P/A – pecuária e agricultura com maior volume para pecuária

Relação desmatamento e fiscalização:

0 = fraca

1 = média

2 – alta

APÊNDICE F – Relação dos entrevistados

Agamenon Silva Menezes

Novo Progresso/PA

Agrônomo, Presidente Sindicato dos Produtores Rurais de Novo Progresso.

Idade: 64 anos

Tempo na região: 34 anos

Local de nascimento: Bela Vista/MS

Entrevista realizada em 24/08/2015

Altemir Luiz Picinatto

Novo Progresso/PA

Madeireiro, Presidente do Simaspa

Idade: 50 anos

Tempo na região: 20 anos

Local de nascimento: Salgado Filho/PR

Entrevista realizada em 24/08/2015

André Luís Nunes

Alta Floresta/MT

Zootecnista, educador ICV

Idade: 44 anos

Tempo na região: 16 anos

Local de nascimento: Marília/SP

Entrevista realizada em 21/08/2015

Antonia Lemos Gurgel

Itaituba/PA

Técnica em contabilidade, produtora rural, Presidente Sipri

Idade: 49 anos

Tempo na região: 9 anos

Local de nascimento: MA

Entrevista realizada em 26/08/2015

Arlindomar Ercego

Cachoeira da Serra/PA

Produtor rural, corretor de imóveis

Idade: 38 anos

Tempo na região: 23 anos

Local de nascimento: Chopinzinho/PR

Entrevista realizada em 22/08/2015

Bruno Carneiro Pedreira

Sinop/MT

Agrônomo, pesquisador da Embrapa

Idade: 34 anos

Tempo na região: 29 anos

Local de nascimento: Salvador/BA

Entrevista realizada em 19/08/2015

Celso Crispim Bevilacqua
Alta Floresta/MT
Odontologista, pecuarista e Presidente da Acrimat
Idade: 59 anos
Tempo na região: 24 anos
Local de nascimento: Cascavel/PR
Entrevista realizada em 20/08/2015

Daniel Carneiro de Abreu
Sinop/MT
Agrônomo, professor UFMT/Sinop
Idade: nf
Tempo na região: nf
Local de nascimento: Ipatinga/MG
Entrevista realizada em 19/08/2015

Edilson Souto Rodrigues
Cachoeira da Serra/PA
Pecuarista, Presidente Aproserra
Idade: nf
Tempo na região: nf
Local de nascimento: nf
Entrevista realizada em 22/08/2015

Francisco Passos da Costa
Paranaíta/MT
Soldador elétrico, agricultor em assentamento, Presidente da Associação do Assentamento São Pedro
Idade: 62
Tempo na região: 49
Local de nascimento: Tesouro/MT
Entrevista realizada em 21/08/2015

Gleison Omar Tagliari
Sinop/MT
Engenheiro elétrico, madeireiro, Presidente Sindusmad
Idade: 46
Tempo na região: 23
Local de nascimento: Erechim/RS
Entrevista realizada em 19/08/2015

Hilário Rocha
Itaituba/PA
Engenheiro ambiental e sanitário, funcionário público, Secretário de Meio Ambiente de Itaituba
Idade: 27
Tempo na região: 01
Local de nascimento: Fortaleza/CE
Entrevista realizada em 26/08/2015

Invaldo Reis
Sinop/MT
Agropecuaria, Presidente Acrinorte
Idade: 59
Tempo na região: 22
Local de nascimento: Guaramirim/SC
Entrevista realizada em 19/08/2015

Irene Duarte
Alta Floresta/MT
Pedagoga, conservacionista, coordenadora ICV
Idade: 55
Tempo na região: 15
Local de nascimento: Terra Rica/PR
Entrevista realizada em 19/08/2015

Ivo Lubrinna de Castro
Itaituba/PA
Garimpeiro, Presidente da Amot e ex-secretário de Mineração, Meio Ambiente e
Produção de Itaituba
Idade: 69
Tempo na região: 27
Local de nascimento: MG
Entrevista realizada em 27/08/2015

João Batista de Jesus (João Garimpeiro)
Novo Progresso/PA
Garimpeiro, Presidente do Siganp, ex vereador e ex-secretario de Indústria, Comércio
e Trânsito de Novo Progresso
Idade: 49
Tempo na região: 24
Local de nascimento: Carinhanha/BA
Entrevista realizada em 24/08/2015

José Eduardo Pinto
Sinop/MT
Madeireiro, Presidente Cipem
Idade: 56
Tempo na região: 32
Local de nascimento: Leme/SP
Entrevista realizada em 19/08/2015

José João Bernardes
Cuiabá/MT
Formado em administração, pecuarista, Presidente Acrimat
Idade: 65
Tempo na região: 27
Local de nascimento: Jardinópolis/SP
Entrevista realizada em 17/08/2015

Laurent Micol
Cuiabá/MT
Geógrafo, coordenador ICV em Cuiabá
Idade: 42
Tempo na região: 28
Local de nascimento: La Tronche/França
Entrevista realizada em 17/08/2015

Layr Mota da Silva
Cuiabá/MT
Pecuarista, Presidente Empaer
Idade: 45
Tempo na região: 15
Local de nascimento: Raul Soares/MG
Entrevista realizada em 17/08/2015

Leonildo Bares
Sinop/MT
Pecuarista, Presidente Sindicato Rural de Sinop
Idade: 54
Tempo na região: 18
Local de nascimento: Goioerê/PR
Entrevista realizada em 19/08/2015

Luiz Alberto Esteves Scaloppe
Cuiabá/MT
Promotor, titular da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística
Idade: 63
Tempo na região: 30
Local de nascimento: Fernandópolis/SP
Entrevista realizada em 17/08/2015

Manoel Malinski
Novo Progresso/PA
Advogado, sócio escritório advocacia, ex-secretário de Meio Ambiente de Novo Progresso
Idade: 35
Tempo na região: 20
Local de nascimento: Nonoai/RS
Entrevista realizada em 24/08/2015

Marcelo de Castro Souza
Guarantã do Norte/MT
Comerciante, Vice-prefeito
Idade: 43
Tempo na região: 12
Local de nascimento: Cuiabá/MT
Entrevista realizada em 22/08/2015

Maria do Socorro dos Santos
Itaituba/PA
Agricultora, Presidente Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaituba
Idade: 35
Tempo na região: 35
Local de nascimento: Santarém/PA
Entrevista realizada em 27/08/2015

Maria Izaura Dias Alfonso
Alta Floresta/MT
Contabilista, comerciante, ex-Prefeita de Alta Floresta (2005 a 2012)
Idade: 70
Tempo na região: 40
Local de nascimento: Nioaque/MS
Entrevista realizada em 20/08/2015

Maurício Moleiro Philipp
Cuiabá/MT
Engenheiro florestal, funcionário público, Coordenador de Mudanças Climáticas da Sema/MT
Idade: 48
Tempo na região: 18
Local de nascimento: Presidente Epitácio/SP
Entrevista realizada em 18/08/2015

Nelson Segovi
Cachoeira da Serra/PA
Produtor rural
Entrevista realizada em 22/08/2015

Normando Corral
Cuiabá/MT
Agrônomo, agropecuarista, Vice-Presidente da Famato
Idade: 58
Tempo na região: 25
Local de nascimento: Rinópolis/SP
Entrevista realizada em 18/08/2015

Olga Patrícia Kummer
Cuiabá/MT
Geógrafa, funcionário público, Coordenadora de Geoinformação da Sema/MT
Idade: 31
Tempo na região: 6
Local de nascimento: Realeza, PR
Entrevista realizada em 18/08/2015

Osvaldo Romanholi
Novo Progresso/PA
Empresário (internet), Ex-prefeito de Novo Progresso (2012-15 cassado)

Idade: 51
Tempo na região: 36
Local de nascimento: Itaquiraí/MS
Entrevista realizada em 24/08/2015

Paulo Henrique Cunha
Cachoeira da Serra/PA
Comerciante
Entrevista realizada em 22/08/2015

Rogério Monteiro Costa e Silva
Cuiabá/MT
Engenheiro Florestal, funcionário público, Diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural da Empaer/MT
Idade: 46
Tempo na região: 46
Local de nascimento: Várzea Grande/MT
Entrevista realizada em 17/08/2015

Sara Milhomens Martins
Novo Progresso/PA
Bióloga, funcionária pública, Secretária de Meio Ambiente de Novo Progresso
Idade: 32
Tempo na região: 26
Local de nascimento: Goiânia/GO
Entrevista realizada em 24/08/2015

Valdomiro Ferraresi
Alta Floresta/MT
Agropecuarista
Idade: 61
Tempo na região: 28
Local de nascimento: Paiçandu/PR
Entrevista realizada em 21/08/2015

Valmir Clímaco de Aguiar
Itaituba/PA
Empresário, madeireiro, garimpeiro, ex-Prefeito
Idade: 55
Tempo na região: 17
Local de nascimento: Ubajara/CE
Entrevista realizada em 26/08/2015

Wagner Ferraresi
Alta Floresta/MT
Agropecuarista
Idade: 41
Tempo na região: 05
Local de nascimento: Paiçandu/PR
Entrevista realizada em 21/08/2015

Walter Chimidt
Cachoeira da Serra/PA
Produtor rural, membro da Comissão Pro-Emancipação de Cachoeira da Serra
Entrevista realizada em 22/08/2015

Wilson Fernandes
Diamantino/MT
Agropecuarista
Idade: 63
Tempo na região: 43
Local de nascimento: Pompeia/SP
Entrevista realizada em 09/07/2015

APÊNDICE G – Questionário semiestruturado utilizado nas entrevistas de campo realizadas pelo autor.

Questionário para Entrevistas

1. Nome
2. Idade
3. Profissão
4. Local de nascimento
5. Se nasceu fora do local de residência atual, que motivos familiares ou profissionais o/a trouxeram para a Amazônia?
6. Ano de início da atividade na Amazônia
7. Estava em atividade na Amazônia na década de 1990? Qual?
8. Estava em atividade na Amazônia na década de 2000? Qual?
9. Está em atividade na Amazônia na década atual? Qual?
10. Sabe o que é ou já ouviu falar do Inpe? Tem opinião a respeito?
11. Sabe o que é ou já ouviu falar do Ibama? Tem opinião a respeito?
12. Sabe o que é ou já ouviu falar do ICMBio? Tem opinião a respeito?
13. Sabe o que é ou já ouviu falar do SFB? Tem opinião a respeito?
14. Sabe o que é ou já ouviu falar do Imazon? Tem opinião a respeito?
15. Sabe o que é ou já ouviu falar de alguma ONG ou entidade ambientalista? Qual? Tem opinião a respeito?
16. Em 1995 o desmatamento na Amazônia atingiu seu recorde histórico. O Sr./Sra. tem uma avaliação ou opinião dos fatores que levaram a esse aumento no desmatamento?
17. Em 2004 o desmatamento na Amazônia atingiu seu segundo recorde histórico. O Sr./Sra. tem uma avaliação ou opinião dos fatores que levaram a esse aumento no desmatamento?
18. A partir de 2005 o desmatamento na Amazônia passou a apresentar uma queda acentuada, chegando no final da década de 2000 em índices muito inferiores aos dados do início do monitoramento. O Sr./Sra. tem uma avaliação ou opinião dos fatores que levaram a essa redução no desmatamento?
19. Conhece ou já ouviu falar de Sarney Filho? Tem opinião a respeito?
20. Conhece ou já ouviu falar de Marina Silva? Tem opinião a respeito?
21. Conhece ou já ouviu falar de Carlos Minc? Tem opinião a respeito?
22. Conhece ou já ouviu falar de Isabella Teixeira? Tem opinião a respeito?
23. Como vê o passado na Amazônia? O que foi feito de certo e errado?
24. Como o vê o futuro da Amazônia? O que tem sido feito de certo e errado?